

NAELI SIMONI-CASTRO

**LUGAR DE MULHER É MESMO ONDE ELA QUISE?:
os sentidos atribuídos às categorizações de gênero por trabalhadoras/or de um
Empreendimento de Economia Solidária (EES)**

ASSIS

2018

NAELI SIMONI-CASTRO

**LUGAR DE MULHER É MESMO ONDE ELA QUISER?:
os sentidos atribuídos às categorizações de gênero por trabalhadoras/or de um
Empreendimento de Economia Solidária (EES)**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Mestra em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade).

Orientador: Dr. Deivis Perez Bispo dos Santos

Bolsista: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, Processo Nº 2016/04331-0)

ASSIS

2018

S5991	Simoni-Castro, Naeli Lugar de mulher é mesmo onde ela quiser? : Os sentidos atribuídos às categorizações de gênero por trabalhadoras/or de um Empreendimento de Economia Solidária (EES) / Naeli Simoni-Castro. -- Assis, 2018 108 p. : tabs. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis Orientador: Deivis Perez Bispo dos Santos 1. Economia Solidária. 2. Economia Feminista. 3. Categorização de Gênero. I. Título.
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras, Assis. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Assis



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: LUGAR DE MULHER É MESMO ONDE ELA QUISE?: os sentidos atribuídos às categorizações de gênero por trabalhadoras/or de um Empreendimento de Economia Solidária (EES)

AUTORA: NAELI SIMONI DE CASTRO

ORIENTADOR: DEIVIS PEREZ BISPO DOS SANTOS



Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em PSICOLOGIA, área: Psicologia e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. DEIVIS PEREZ BISPO DOS SANTOS
Depto. de Psicologia Social e Educacional / UNESP/Assis

Profª. Dra. ANA MARIA RODRIGUES DE CARVALHO
Depto. de Psicologia Experimental e do Trabalho / UNESP/Assis

Profª. Dra. MARIA DAS GRAÇAS DE LIMA
UniPaulistana / São Paulo

Assis, 18 de dezembro de 2018

Ao protagonista do meu mais imensurável amor, Enzi;

À grande mestra da vida, vó Flauzina, figuraça cuja personalidade prenunciaria que sua despedida seria sempre, ridiculamente, breve. Um apelo à eternidade das avós;

E, àquela que tem sua morte anunciada: saúdo a democracia. Um salve à Universidade pública, gratuita e de qualidade. Militar é verbo, resistiremos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço ao meu Enzi Tchiengo. Obrigada pela chegada brilhantemente surpreendente. Por me brindar mãe, de um ser tão espetacular e ser esse companheiro incrível de todas as horas. Por abdicar da sua zona de conforto já nos primeiros meses de vida, para que esse texto tomasse corpo. Por me possibilitar aprender o que não se encontra em livro algum.

Minha gratidão à minha família: irmão João Pedro, mãe Mariuza, pai João, minha eterna e intensa vó Flauzina (*in memorian*), certamente a pessoa mais extraordinária com que pude conviver. Confesso que sempre soube de tal importância, tanto que a levo comigo na concretude que as palavras em diálogo possam oferecer, estas que afagam meu coração aflito por sua risada gostosa e cheia de janelinhas, os diálogos tão autênticos, as cantorias que ressoava, lembrando os tempos de moça. “Fia”, “Naeli, gareli” jamais esquece de tu, “Flauzina, buzina”. E vô Pedro (*in memorian*), personificando a redundância de italiano preocupado e que sempre colocou meu nome em tuas não tão silenciosas preces. Tê-los velado inexplicavelmente juntos fez o verão desse ano mais gélido. Ao companheiro Felizardo, que buscou se fazer presente na leitura e incentivo além-mar.

Às mestras e mestres: Mariele, Ana Maria, Diana, Cláudia, Gisele, Soraia, Lu, Carlos, Justus. Pela sutileza dos encontros para além dos blocos de concreto. Em vocês me espelho como ser humano, posicionamento ético e bom senso.

Aquela que me incentivou com visitas, cafezinho, cerveja (*glúten free*) e apontamentos: Talita, você é uma queridíssima. Se não tivesse havido a materialidade dos abraços fraternos eu arriscaria dizer que tu não existes, senão fruto de imaginação, feito amigo imaginário.

Às amigas e amigos que sempre estiveram comigo, independente da quilometragem imposta pela tal roda viva: Gleice, Jéssica Lima, Jéssica Ferreira, Miryan, Simone Jéssica Camargo, Mayara, Anna Betine, Arlene, Helô, Yasmim, Gio Fogaça, Malu, Karina, Wendy, Ailton, Donha, Guilherme, Vensam Iala, Cledione, Maico, PH (paiê, to mestrando). Às amigas e amigos que a pós-graduação me presenteou: Dani, Ruth, Herbert, Juliana Jardim, Jeff. Considero-me mesmo sortuda, pois tenho as/os melhores amigas/os que alguém possa ter: as/os carrego no peito por onde vou, com a certeza da reciprocidade enunciada em cada olhar caloroso, abraço em que se sente o coração acelerado, forró que bailamos como se fosse a última dança. Ainda que toda essa troca ocorra a cada ano, a intensidade das/os que resistem só intensifica.

Às amigas que a maternidade generosamente me brindou: Jessica Gottschalk, Anita, Bárbara, Ariane, com as quais aprendo todos os dias e reverencio como sinônimo de incessante superação de si mesmo. Delas é que nasce a real vibração positiva, por ver outra mãe superando os próprios limites. Acreditaram em mim e me fortaleceram para seguir, mesmo quando o puerpério, este indecifrável, sugava a todas nós, quase que concomitantemente. Resignificar foi necessário, e hoje escrever o fim dessa saga de modo compartilhado, tem um novo paladar. Mais doce, certamente.

Àquelas que compuseram a rede de apoio para que essa mãe pudesse dar continuidade aos estudos: Cida, que, em uma urgência acadêmica, cuidou com tanto amor de Enzi ainda recém-nascido; Luíza, que cuida com a atenção de uma mãe, e o amor redobrado de avó; às “meninas” do CER, Leatrice Rodrigues Afonso/Araraquara-SP, Lorena, Thayana, Rosângela, Mireli e Rose, que nos acolheram com atenção, cuidado e carinho, inclusive quanto às descobertas das alergias alimentares múltiplas e então os obstáculos maternais só aumentavam.

À FAPESP, processo nº 2016/04331-0, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo apoio financeiro. Inclusive por contemplar políticas de inclusão, como a licença maternidade, possibilitando a formação de mães cientistas.

Às trabalhadoras e trabalhadores do Empreendimento de Economia Solidária, cuja vivência trouxe-me uma admiração que transborda a relação profissional. Verdadeiras/os guerreira/os na vida!

Ao orientador Deivis Perez, pelo auxílio prestado, acompanhando em todas as esferas do trabalho, muito agradecida.

Catarina Guerreira

(Fernanda Guimarães)

Lá vai Catarina descalça subindo a ladeira
Que mulher guerreira
Sozinha levando a sacola pesada da feira
Que mulher guerreira ô, que mulher guerreira
Quem vê Catarina passando
Nem pensa
O perrengue que passa
Descalça ela vai caminhando
Sorrindo com graça
De dia ela vai pra faxina, de noite ela faz mamadeira
A força que tem Catarina
Não é brincadeira
Que mulher guerreira ô que mulher guerreira
A força que tem Catarina não é brincadeira
Que mulher guerreira ô que mulher guerreira
A força que tem Catarina
Não é brincadeira.

SIMONI-CASTRO, Naeli. **Lugar de mulher é mesmo onde ela quiser?:** os sentidos atribuídos às categorizações de gênero por trabalhadoras/or de um Empreendimento de Economia Solidária (EES). 2018. 108 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2018.

RESUMO

Esta pesquisa foi realizada em um Empreendimento de Economia Solidária tendo como base dois objetivos articulados e complementares: a) identificar e analisar as concepções e os sentidos conferidos à categoria gênero (ser homem e ser mulher) por trabalhadora/es que desenvolvem as suas atividades ocupacionais no campo da economia solidária; e b) examinar os modos como as concepções e os sentidos que os profissionais atribuem às categorizações de gênero interferem e afetam no desenvolvimento cotidiano do trabalho na perspectiva das/dos voluntárias/os desta pesquisa. Os objetivos acima foram perseguidos considerando a perspectiva qualitativa de pesquisa e seguindo os aportes teórico-metodológicos da Clínica da Atividade, a partir do dispositivo da autoconfrontação. A autoconfrontação foi realizada em três etapas cujos objetivos e ações seguem explicitados: 1) Aproximação da pesquisadora com o coletivo de trabalho, através da leitura dos documentos prescritivos, observação, construção do diário de campo e entrevista semiestruturada; 2) Estimulação do grupo voluntário para a análise das questões de gênero no ambiente de trabalho, a partir de dois movimentos: a) Registro e gravação das atividades do trabalho previamente combinados; b) Apresentação individual dos vídeos editados, estimulando a coanálise do trabalho; 3) Compilação, transcrição e análise do material coletado, agregando à análise o exame dos documentos prescritivos e a observação participante realizada em campo. Durante a autoconfrontação, foi possível compreender que três dentre as/os quatro pessoas voluntárias da pesquisa partiram de uma concepção biologicista de gênero, cujas características de homem e mulher assinaladas reforçam os estereótipos de gênero. Nesse sentido, as concepções de gênero corroboram com a divisão sexual do trabalho, que, no EES pesquisado, culmina em dois aspectos observados como cruciais: em primeiro, a hierarquização das funções, que utiliza do sexo biológico para reafirmar práticas de desigualdade, tal como a invisibilidade e inferiorização das funções reprodutivas executadas no âmbito público; em segundo, a segmentação das funções, e uma dificuldade, por parte das mulheres, de ultrapassar barreiras multifacetadas (econômicas, profissionais, pessoais, etc.), para ocupar funções distintas daquelas estabelecidas em detrimento da visão naturalista de homem e de mulher. Conclui-se que, mesmo no contexto da ES e com iniciativas de comprometimento com a igualdade de gênero e ações dedicadas ao protagonismo e fortalecimento das mulheres, as atividades reprodutivas não deixam, automaticamente, de ocupar a esfera das atividades invisibilizadas e inferiorizadas. Assim, a economia solidária, em junção com uma epistemologia feminista, a exemplo da Economia Feminista, propõe, oferece, possibilidades reais de transformação social acerca das desigualdades de gênero nos EES.

Palavras-chave: Economia Solidária. Economia Feminista. Categorização de gênero.

SIMONI-CASTRO, Naeli. **Is the woman's place really where she wants?:** the meanings attributed to gender categorizations by workers of a Solidarity Economy Entrepreneurship (SEE). 2018. 108 p. Dissertation (Master's Degree in Psychology) – São Paulo State University (UNESP), School of Sciences, Humanities and Languages, Assis, 2018.

ABSTRACT

This research was carried out in a Solidarity Economy Entrepreneurship basing itself on two articulated and complementary objectives: a) to identify and analyze the conceptions and meanings related to the category of gender (being a man and being a woman) by workers who develop their occupational activities in the field of solidarity economy; and b) to examine the ways in which the conceptions and senses that professionals attribute to gender categorizations interfere and affect the daily development of the work in the perspective of the volunteers of this research. The above objectives were pursued considering the qualitative perspective of research and following the theoretical-methodological contributions of the Clinic of Activity, which makes use of a device known as self-confrontation. Self-confrontation was carried out in three phases whose objectives and actions are namely: 1) The approach of the researcher to the work group, through the reading of prescriptive documents, observation, construction of the field journal and semi-structured interviews; 2) The stimulation of the volunteer group to analyze gender issues which are present in their work environment, based on two movements: a) Registration and recording of previously combined work activities; b) Individual presentation of the edited videos, stimulating co-analysis of the work; 3) Compilation, transcription and analysis of the collected material, adding to the analysis the examination of the prescriptive documents as well as the participant observation carried out in the field. During self-confrontation, it was possible to understand that three of the four volunteers depart from a biologicistic conception of gender, whose characteristics of men and women by them attributed reinforce gender stereotypes. In this sense, gender conceptions corroborate with sexual division of labor, which, in the researched SEE, culminates in two aspects, here observed as crucial: firstly, the hierarchization of functions, which uses biological sex to reaffirm practices of inequality, such as invisibility and inferiority of reproductive functions performed in the public sphere; and secondly, the segmentation of functions, and a kind of difficulty, on the part of women, to overcome multifaceted barriers (economic, professional, personal, etc.), in order to occupy roles other than those established, to the detriment of the naturalistic view of man and woman. It is concluded that, even in the context of SE, despite initiatives committed to gender equality and actions dedicated to the protagonism and empowerment of women, reproductive activities do not automatically cease to occupy the sphere of invisibilized and inferiorized activities. Thus, Solidarity Economy, together with a feminist epistemology, such as the Feminist Economy, proposes, offers, real possibilities of social transformation concerning gender inequalities in the SEE.

Keywords: Solidarity Economy. Feminist Economy. Gender Categorizations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 GÊNERO E TRABALHO	18
1.1 Raízes e problemática das categorizações de gênero enquanto construção social	18
1.2 Mulheres e divisão sexual do trabalho: conquistas e complexidade	23
2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E ECONOMIA FEMINISTA	29
2.1 Economia: definição e etimologia da palavra	29
2.2 Lutas anticapitalistas e surgimento das cooperativas	31
2.3 Contexto da Economia Solidária no Brasil	36
2.4 Gênero sob o enfoque da Economia Feminista	42
3 DELINEAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA	48
3.1 Clínica da Atividade e autoconfrontação simples: abordagem teórico-metodológica da pesquisa	48
3.2 O Dispositivo Metodológico: Uma explanação teórica da autoconfrontação	51
4 RECOLHA DOS DADOS E CONTEXTO INSTITUCIONAL	54
4.1 Cenário institucional	54
4.2 Caracterização das/o voluntárias/o	55
4.3 Processo de aplicação do dispositivo: aproximação das/o trabalhadoras/or	57
4.4 Detalhamento do cotidiano de aplicação do dispositivo e recolha de dados	60
5 NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE	64
5.1 “Tem sempre alguém sobrando pra fazer a função do sexo feminino, entendeu?”: Sobre divisão e desempenho de funções entre homens e mulheres na cooperativa	65
5.2 Ele é forte, mas vem dela a força	70
5.3 “Eles não gostam”, “eles não aceitariam”; então, elas se humilham?: Sobre a organização, limpeza geral e dos banheiros	79
5.4 Direção de caminhão: “vai da mulher” ou “falta oportunidade”?	85
5.5 Homem vem “ajudar”? : Sobre a dupla jornada e sobrecarga de trabalho das mulheres	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94

REFERÊNCIAS	98
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	104
APÊNDICE B – CONSENTIMENTO	105
ANEXO A – AUTORIZAÇÃO E EXISTÊNCIA DE INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	106
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	107

INTRODUÇÃO

No artigo intitulado “Memórias de uma União das Trabalhadoras”, de Virgínia Woolf, que integra uma coletânea de artigos escritos por trabalhadoras de uma Cooperativa, a autora inicia não como um prefácio de seu livro *Life As We Have Known It* (A vida como a conhecemos), como lhe haviam pedido, mas como uma carta na qual dialoga com essas trabalhadoras se valendo das lembranças vivenciadas na Inglaterra de 1913. Woolf se refere ao movimento sufragista, que data do final do século XIX, momento histórico identificado como da *primeira onda* do feminismo.

Valia a pena olhar. Certamente não havia poltronas, luz elétrica ou água quente na vida delas; e nem colinas gregas ou baías mediterrâneas em seus sonhos. Padeiros e açougueiros não vinham entregar os pedidos. Não assinavam cheques para pagar as contas da semana, nem reservavam por telefone num lugar barato, mas muito bom, no teatro. Se saíam em viagem era por um dia, levando comida na sacola e os nenês no colo. Não percorriam a casa e diziam: essa capa precisa lavar, esses lençóis precisa trocar. Mergulhavam os braços dentro da água quente e elas mesmas esfregavam as roupas. Por isso tinham um corpo atarracado e musculoso, mãos grandes, gestos lentos e pesados de gente que fica rígida muito tempo e então se joga exausta numa cadeira de costas duras. Não tocavam nada de leve. Agarravam os papéis e canetas como se fossem vassouras. Tinham rosto decidido, cheio de rugas e vincado de sulcos. Era como se estivessem com os músculos sempre tesos e no limite. Os olhos pareciam estar sempre postos em algo concreto – panelas fervendo, crianças fazendo molecagens. Os lábios nunca mostravam as emoções mais leves e soltas que aparecem quando o espírito está plenamente à vontade com o presente. Não, elas não tinham absolutamente nada de soltas, afáveis, cosmopolitas. Eram nativas da terra, com raízes num só lugar. Até os nomes pareciam pedras dos campos – comuns, sem graça, batidos, obscuros, privados de todos os esplendores do romance e da amizade (WOOLF, 2013, p. 72-73).

Mulheres de todo o país se reuniam para debates sobre seus direitos, discursavam, protestavam, reivindicavam e exigiam igualdade, direito ao voto, ao trabalho sem prévia autorização do marido, como ocorria às mulheres de uma classe e cor específicas. Mas, entre essas, havia aquelas que já trabalhavam, sem prévia autorização, não por contarem com privilégios os quais às burguesas lhes faltavam, mas por terem somente a famigerada opção entre trabalhar nos serviços mais desvalorizados que lhes restavam, ou morrer de fome. Escolhas lhes restavam poucas: talvez optar sobre qual seria o melhor dos trajes a vestir para comparecer aos acalorados discursos feministas. E no momento seguinte voltar as roupas no armário, mergulhar as mãos na água, e se colocarem a lavar (WOOLF, 2013). Virgínia soube

naquele momento que o termo genérico *mulheres* não era apenas perigoso, mas extremamente excludente.

Woolf (2013) assinala que o termo não pode ser genérico e descontextualizado, então, iniciamos essa escrita enfatizando que é sobre essas mulheres trabalhadoras, catadoras, que estamos a falar; não apenas *delas*, mas principalmente *com elas*. Essa pesquisa tem o propósito de analisar a concepção e os sentidos que as categorias de gênero possuem, especificamente o *ser homem* e *ser mulher*, por trabalhadoras/or¹ que desenvolvem suas atividades ocupacionais no campo da economia solidária. Ainda, busquei examinar como as concepções e os sentidos que os profissionais dão à categoria gênero afetam e/ou interferem no desenvolvimento cotidiano do trabalho na perspectiva das voluntárias e do voluntário desta pesquisa. A temática geral proposta foi investigada por meio do estudo de caso de um grupo composto por três trabalhadoras e um trabalhador de um Empreendimento de Economia Solidária (EES), localizado no Estado de São Paulo, eixo centro-oeste paulista. Destaca-se que foram estabelecidos acordos prévios que garantiram o respeito aos princípios éticos da pesquisa com seres humanos, conforme a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), que está diretamente ligada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), o que ensejou a substituição dos nomes das pessoas que compõem o grupo de voluntariadas/o por siglas, a fim de preservar a identidade de todas e todos. Tal substituição não compromete a compreensão da pesquisa ou interfere na adequada visualização do cenário organizacional e na compreensão das características dos participantes.

O meu² interesse em realizar esse estudo origina-se a partir de um estágio de dois anos realizado durante a graduação em Psicologia, no trabalho com EES, no qual havia muitas mulheres, o que é concordante com a realidade dos Empreendimentos Solidários localizados na área urbana. O contato com essas mulheres e com os poucos homens me ajudou a perceber o quanto as categorizações de gênero estavam presentes nas falas, que por vezes se transformavam em reivindicações, a exemplo das reclamações presenciadas para *admissão* de mais homens para executarem serviços *de homens*. Chamou-me a atenção especialmente o fato de que dentre os pilares da Economia Solidária está a igualdade, e desde então tenho perseguido a questão que já é enunciada no título, afinal na Economia Solidária e mais

¹ Adotei neste texto as orientações contidas no "Manual para uso não sexista da linguagem". Rio Grande do Sul, Governo do Estado, Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital, 2014. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034366/mod_resource/content/1/Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf>. Acesso em: 30 Jan. 2018.

² Optei por utilizar a primeira pessoa do singular no princípio do capítulo introdutório desta dissertação, porque se trata da apresentação da história pessoal que levou ao interesse pelo tema que foi investigado.

especificamente nesse EES: *Lugar de Mulher é mesmo onde ela quiser*? O que têm a nos dizer essas três trabalhadoras e esse trabalhador, voluntárias e voluntário dessa pesquisa?

Concomitantemente ao estágio, já encaminhava uma pesquisa científica em educação cuja base epistemológica da Psicologia Histórico-Cultural se alinhava aos princípios filosóficos da economia solidária. Foi aos poucos germinando um desejo de ir além da extensão e realizar uma pesquisa mais minuciosa, nascendo então os primeiros escritos do projeto de mestrado, culminando nessa dissertação. Com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), aumentou o número de cooperativas organizadas no país, entre elas as cooperativas de materiais recicláveis (SINGER, 2014). O debate sobre gênero na economia solidária tem se desenvolvido também nos últimos anos. Destaca-se a criação, em 2013, da Secretaria de Mulheres Catadoras do Estado de São Paulo (SEMUC-SP), que, além de ter sido criada em meio ao movimento nacional de catadoras e catadores, apresenta como temática principal dos seus debates o trabalho desenvolvido pelas mulheres dos empreendimentos solidários, o que reforça o interesse crescente de segmentos sociais no estudo e compreensão da equidade de gênero nessa modalidade de empreendimento de economia solidária. Essa Secretaria adotou, no ano de 2014, o seguinte lema: *Lugar de Mulher é onde ela quiser*.

No campo acadêmico-científico observei uma ampliação da relevância dos estudos sobre *economia solidária* e *gênero*. Corroborou essa impressão o levantamento que realizei junto aos bancos de periódicos e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Neste levantamento busquei identificar os principais conteúdos das produções acadêmicas associadas aos descritores *economia solidária* e *gênero*.

A busca resultou na identificação de vinte e uma pesquisas que abordavam, de modo articulado, as questões da economia solidária e gênero. De modo geral, os estudos apresentavam caráter multidisciplinar, com predominância para as áreas, conforme a delimitação da CAPES, de Ciências Sociais, Sociologia, Serviço Social e Ciências Políticas (7), Administração (5), Educação (4), Agroecologia e Desenvolvimento Rural (1), Sociedade e Cultura na Amazônia (2) e Psicologia (2). No segmento das Ciências Sociais e afins, observei o predomínio de estudos acerca do protagonismo das mulheres na ES aqueles e voltados para a identificação das estratégias de promoção de igualdade de gênero nos EES; na Administração, a ênfase foi na compreensão dos modos como tem se ampliado a busca pela igualdade de gênero a partir do estudo de casos de inserção de mulheres em EES; na Educação, as pesquisas foram dedicadas ao registro e descrição dos saberes das mulheres

produzidos no processo de auto-organização e, também, a compreender como os conhecimentos tácitos das mulheres veteranas que compõem as redes de ES podem contribuir no processo de outra sociabilização; o único estudo encontrado no campo da Agroecologia e Desenvolvimento Rural teve como objetivo verificar a inserção de catadoras no campo da economia solidária; as investigações da área Sociedade e Cultura na Amazônia foram dedicadas às oportunidades de geração de renda, visando assegurar a sobrevivência; e, por fim, os estudos na área da Psicologia foram dedicados ao exame dos nexos entre as experiências vividas por mulheres no trabalho em EES e as metamorfoses da identidade das participantes das pesquisas.

Entre os estudos identificados, observei que nove possuíam aproximação com a temática geral proposta neste projeto de pesquisa. Dentre essas investigações, destaco a dissertação de Herk (2011), que teve como objetivo estudar a relações entre o gênero e a atuação nos cargos de gestão de duas organizações solidárias. A autora estudou os conflitos presentes nas relações laborais especificamente relacionados às categorizações de gênero. Ainda, vale mencionar a dissertação de Moreira (2013), a qual verificou a inserção das catadoras de materiais recicláveis no processo da economia solidária, dando especial relevo às práticas sociais e de trabalho dessas mulheres. A dissertação de Momo (2013) foi dedicada ao exame da percepção social das mulheres em EES que atuam especificamente no campo da agricultura familiar, considerando o caso de inserção de mulheres num assentamento rural dedicado à agricultura familiar no município de Mossoró, Rio Grande do Norte. Outra pesquisa que se deve citar é a dissertação de Pires (2010), que investigou os significados da autogestão atribuídos por um grupo de cooperadas/os, tendo como fundo as relações de gênero nas cooperativas constituídas majoritariamente por mulheres. Temos também a tese de Cruz (2006), em que a autora se ocupou do estudo do papel das mulheres na economia solidária e dos vínculos sociais estabelecidos nessa modalidade de experiência ocupacional. A temática *empoderamento de mulheres* foi o centro da pesquisa de Queiroz (2013), que teve como objetivo produzir saberes sobre o modo como as mulheres donas de casa e trabalhadoras da informalidade encontram no empreendedorismo solidário uma oportunidade de geração de renda e sobrevivência.

Outras pesquisas relevantes foram produzidas por Fonseca (2010), Ramos (2012) e Vasconcelos (2011), dedicadas, respectivamente: a) às transformações identitárias e de empoderamento de mulheres de três associações de artesanato e culinária; b) ao exame da percepção de mulheres sobre a ampliação, relacionada ao engajamento em EES, da autonomia, do nível de reconhecimento, da qualificação e da autoestima/ dignidade; c) à

análise das relações entre gênero e tecnologia no contexto das recentes experiências da Economia Solidária.

Apesar da proximidade temática das inúmeras pesquisas mencionadas, é preciso ressaltar que não registrei ênfase nos conceitos e sentidos atribuídos à categorização de gênero em EES, conforme estudado nessa dissertação. Ainda, os trabalhos que examinei abordaram gênero sob a perspectiva somente das trabalhadoras, excluindo a visão dos homens, que também será contemplada no estudo. A opção que fiz por investigar os conceitos e sentidos de gênero por homens e mulheres de um EES ocorreu em sintonia com Saffioti (2004), segundo a qual o gênero deve ser compreendido nas situações em que são estabelecidas as relações sociais entre homens e mulheres.

A Clínica da Atividade ofereceu os aportes teóricos e metodológicos para a realização dos processos de recolha e compreensão dos dados, considerando que se trata de abordagem inserida no campo da Psicologia Social do Trabalho, com raízes epistemológicas situadas no quadro da Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski, cujos pesquisadores têm se dedicado ao aperfeiçoamento de instrumentos de pesquisa voltados para a aproximação dos conteúdos do psiquismo humano, em particular o dispositivo metodológico denominado autoconfrontação simples, adotado neste estudo como mecanismo de recolha dos dados.

A autoconfrontação simples, instrumento metodológico adotado, será detalhada no capítulo teórico-metodológico; entretanto, de maneira introdutória vale apontar que se trata de um dispositivo que foi apropriado pelo linguista Daniel Faïta e aperfeiçoado por Ives Clot (PEREZ; MESSIAS, 2013b). No contexto da clínica da atividade tem sido o instrumento utilizado para estimular o debate em torno de questões significativas acerca do trabalho por um grupo de profissionais e para o estabelecimento de processos dialógicos, entre um coletivo laboral e uma pesquisadora ou pesquisador, em torno de temáticas potencialmente controversas que estão presentes no mundo do trabalho e que afetam esse coletivo.

Vale notar que adotei a noção de *sentido*, em sintonia com Vigotski (1934/2000), compreendida como a interpretação de um signo, de uma situação ou de um momento vivido, realizada por uma pessoa historicamente situada em seu contexto econômico, político e sociocultural. De acordo com Perez e Oliveira (2015), o sentido tem a ver com as sensações, afetos e sentimentos mobilizados por uma pessoa em relação a uma situação ou momento. Já a noção de *concepção*, que também integra a problemática examinada, está relacionada às dimensões reflexiva e cognitiva humanas e diz respeito ao entendimento, orientado prioritariamente pela racionalidade, que a pessoa tem sobre um conceito ou sobre uma

situação particular. O *significado*, por sua vez, é compartilhado com o público, no entanto o sentido de uma palavra predomina sobre seu significado (SOUZA; ANDRADA, 2013).

O interesse pelo exame da concepção e dos sentidos imputados às categorizações de gênero por trabalhadoras/es de um EES está inserido no bojo das preocupações contemporâneas de inúmeros segmentos sociais com a necessidade de eliminação das desigualdades às quais historicamente estão submetidas significativas parcelas da população, em particular as mulheres, de modo a garantir a justiça social e, por conseguinte, a construção de uma sociedade plural, igualitária e democrática, de fato. Nesse cenário, a opção pelo estudo da temática *gênero no mundo do trabalho* justifica-se em função da compreensão de que a atividade laboral humana constitui-se em fenômeno social, concreto e psicológico, que permite à pessoa desenvolver a si e, concomitantemente, transmutar o seu meio, concebendo novas relações entre os indivíduos de uma coletividade por meio da modificação das relações sociais anteriormente produzidas e que se apresentavam como consolidadas.

É preciso esclarecer que a temática *categorizações de gênero* inclui debates sobre as relações acerca de gênero e divisão sexual do trabalho, bem como contempla discussões sobre os diferentes níveis de reconhecimento profissional e remuneração, dentre outras questões que tendem a problematizar a existência de um gênero dominante, o masculino. Assim, esse tema geral se amplia no sentido da compreensão e busca da superação das manifestações da desigualdade no trabalho relacionadas às características e papéis socialmente estabelecidos como tipicamente *das mulheres e dos homens*.

Esta pesquisa teve dois objetivos articulados e complementares: a) identificar e analisar as concepções e os sentidos conferidos à categoria gênero (ser homem e ser mulher) por trabalhadoras/es que desenvolvem as suas atividades ocupacionais no campo da economia solidária; e b) examinar os modos como as concepções e os sentidos que os profissionais atribuem às categorizações de gênero interferem e afetam no desenvolvimento cotidiano do trabalho na perspectiva das pessoas voluntárias da pesquisa.

O exame das temáticas aqui propostas está dividido em cinco capítulos, além das considerações finais. O primeiro envolve as interseções de Trabalho e Gênero, apresentada em dois subtítulos: inicialmente abordando a história acadêmica de gênero e a seguir, apresenta os avanços desafios da problemática de gênero no contexto do trabalho; O capítulo dois trata da Economia Solidária e da Economia Feminista, abordando em um primeiro subitem os conceitos que permeiam a Economia Solidária; posteriormente o contexto em que a economia eclode no cenário mundial; no penúltimo subitem há uma explanação sobre a economia do Brasil quando empreendem-se as primeiras iniciativas solidárias; e por fim,

discorreremos a partir da perspectiva da economia feminista acerca das questões de gênero no contexto da economia solidária.

O terceiro capítulo apresenta a abordagem teórico-metodológica, dividida em dois subitens: o primeiro subitem aborda de maneira teórica e metodológica a clínica da atividade e em segundo momento a autoconfrontação simples. O capítulo de número quatro trata do contexto institucional da investigação apresentando: cenário institucional; caracterização das/os voluntárias/os de pesquisa; processo de aplicação do dispositivo. Por fim o quinto e último capítulo, apresenta os dados recolhidos, analisados e discutidos a partir do estabelecimento de núcleos de análise.

1 GÊNERO E TRABALHO

É pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separava do homem, somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta.

(Simone de Beauvoir).

Este capítulo está dividido em duas partes. Inicialmente apresentamos a categoria *gênero* enquanto categoria de análise e que segue central nesta investigação. Como pretendemos³ investigar qual a concepção e os sentidos atribuídos às categorizações de gênero pelo coletivo de voluntariadas/o de pesquisa, torna-se também necessária uma explanação sobre essa categoria no contexto da academia, ou seja, como o conceito se consolida em determinadas abordagens teóricas e em quais pontos há convergências e divergências quanto aos termos abordados.

Considerando que a segunda pergunta de pesquisa busca compreender se no âmbito da economia solidária a forma como as pessoas voluntárias da pesquisa conceituam e atribuem sentidos às categorizações de gênero interfere e/ou afeta o cotidiano de trabalho, trazemos a seguir uma discussão acerca das mulheres no mercado de trabalho capitalista, abordando como tais conceitos têm afetado os gêneros na economia hegemônica. Ainda, a discussão deste segundo subitem sobre gênero na economia capitalista poderá ser correlacionada com as do próximo capítulo, que apresenta em um dos subtítulos a discussão sobre gênero na economia solidária.

1.1 Raízes e problemática das categorizações de gênero enquanto construção social

Não se nasce mulher, mas torna-se mulher.
(Simone de Beauvoir)

Simone de Beauvoir apontava de maneira seminal para a construção social do sexo, já nos anos 1949, ao afirmar que “não se nasce mulher, mas torna-se mulher”. Este debate

³ A partir desse capítulo utilizarei a primeira pessoa do plural e terceira pessoa do singular, a depender do diálogo estabelecido nos trechos, para me referir às ações e reflexões que são executadas em conjunto com o coletivo de voluntárias/o da pesquisa. Ressalta-se também que seguirei em constante diálogo com o leitor sobre as reflexões realizadas em conjunto com o orientador de pesquisa, e nesses trechos também me utilizo do verbo em terceira pessoa do plural.

ganhou força no campo acadêmico-científico nos anos 1970, quando Gayle Rubin, em *O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a 'Economia Política' do Sexo* (1993), inaugurou o termo *gênero* para designar a divisão dos sexos imposta socialmente.

Cumprido destacar que, antes de Gayle, outras/os pensadoras/es examinaram a divisão sexual da atividade humana, tais como Engels, Marx, Levi-Strauss, Freud e Lacan, além da estudiosa do campo da Antropologia, Rubin (1993), acima mencionada. Esta buscou explicar a gênese da subordinação social da mulher, questionando quais seriam as relações que transformam a fêmea da espécie humana em uma mulher domesticada, a partir do que designou de sistema sexo/gênero, compreendido como: “Um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1993, p. 2).

Ainda conforme a antropóloga, outros termos afora *gênero* foram utilizados pelas/os pesquisadoras/es, como *sistema sexo/gênero: modo de reprodução e patriarcado*, são os mais recorrentes. Entretanto, enfatiza a pesquisadora que *modo de reprodução* coloca em oposição o termo *modo de produção*, vinculando economia à produção e sistema sexual à reprodução, o que reduziria as potencialidades de cada sistema, além de desconsiderar que tanto produção como reprodução ocorrem em ambos.

Já o termo *patriarcado* tem sido usado para diferenciar o sexismo de outras questões sociais. A objeção da antropóloga americana quanto ao termo tem relação com a generalidade e possível obscuridade quanto a outras distinções (RUBIN, 1993). Com esse intento, a noção de sistema sexo/gênero é abordada pela cientista como “[...] um termo neutro que diz respeito a um domínio preciso, indicando simultaneamente que a opressão não é inevitável neste domínio, mas produto das relações sociais específicas que a organizam” (RUBIN, 1993, p. 6).

No decorrer da sua análise, Rubin (1993) demonstra que a concepção de gênero não apenas sobrevaloriza o sexo, e parte da compreensão biológica, como também é uma forma de impor a heterossexualidade, à medida que a primazia do sexo parte da sexualidade procriativa. A análise antropológica partiu de um recorte não somente geográfico, mas também histórico, sobre os casamentos, o sistema de parentesco, a herança, o significado e a utilização de presentes, assim como a utilização das mulheres enquanto mercadoria de troca para garantia de ascensão social dos homens, o que permitiu à autora inferir que os sistemas não podem ser compreendidos isoladamente, havendo uma interdependência do sistema sexo/gênero com a economia e a política (RUBIN, 1993).

A historiadora Joan Scott (1995) tornou-se uma das referências nos estudos de gênero na década de 80 ao tornar público o artigo *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*.

A pesquisadora entende que, para se compreender como o gênero funciona nas relações sociais e como dá sentido à percepção do conhecimento histórico, é preciso tomar o gênero como categoria analítica.

A definição de gênero, para Scott (1995), apresenta duas partes com diversos conjuntos que estão inter-relacionados, cujo elemento central da definição está na conexão entre as duas proposições: “1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; e 2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). A autora afirma ainda que as/os historiadoras/es feministas empregavam uma variedade de abordagens de gênero, que poderiam ser resumidas em três teorias: uma primeira, que se empenha em explicar as origens do patriarcado; uma segunda, de tradição marxista, que se alinha às críticas feministas; e a terceira, que se divide em pós-estruturalismo e as teorias que se inspiram na psicanálise para explicar a produção e reprodução de gênero (SCOTT, 1995).

A cientista social brasileira Heleieth Iara Bongiovani Saffioti (2013, 1987, 2004), que se alinha à abordagem marxista traçada por Scott (1995), destaca a importância do patriarcado nas análises de gênero. A pesquisadora reivindica a indissociabilidade dos conceitos *gênero* e *patriarcado*. Diferentemente das considerações apresentadas por Rubin (1993), sobre o termo *patriarcado*, a pesquisadora Saffioti contribui nas pesquisas de gênero defendendo que, para além de compreender as particularidades nas relações entre homens e mulheres, os estudos de gênero precisam enfatizar a dominação do masculino sobre a sujeição do feminino que ainda impera na sociedade atual.

A terminologia *patriarcado* nem sempre obteve os mesmos significados; entretanto, em fins do século XX, com a *segunda onda* do feminismo, vem a designar “uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens” (DELPHY, 2009, p. 173). Bertaux (apud SAFFIOTI, 2013) afirma que o patriarcalismo teve início em torno do ano 3.100 Antes de Cristo (AC), tendo se consolidado no ano 600 AC.

Acerca da mixórdia que permeia a compreensão do sistema sexo/gênero, assinalada por Rubin (1993), é importante mencionar que Mathieu (2009) pontua que habitualmente as concepções de sexo e gênero são confundidas a ponto de as tomarem como se fossem correspondentes:

Na maioria das sociedades, a bipartição do gênero deve estar calcada na bipartição do sexo. Realizada sob forma normal e normatizada na heterossexualidade. O gênero “traduz” o sexo. Deve haver uma adequação entre gênero e sexo, com uma ênfase nesse último (MATHIEU, 2009, p. 224).

A discussão da ramificação sexo e gênero não se extingue com a compreensão do sexo como a particularidade anatômica e gênero como construção social. Mathieu (2009) afirma ainda que

Aquilo que é apenas uma diferenciação funcional em uma área leva a maioria dos seres humanos a pensar em termos de diferença entre os sexos como uma divisão ontológica irreduzível em que sexo e gênero coincidem e cada um deles é exclusivo do outro (MATHIEU, 2009, p. 223).

Dessa forma, a mera aceitação acrítica da existência de uma correspondência entre sexo e gênero pode se tornar uma maneira de tornar ordinária a heterossexualidade, em que o sexo deve corresponder às funções de gênero. Com relação aos estereótipos de gênero, são construções que se dão a partir do processo de socialização dos sujeitos, processo que pode se iniciar já na gestação por meio da determinação do gênero a partir do sexo, e ampliar o seu alcance por intermédio de ações educativas de caráter sexista, seja nos ambientes informais ou na escolarização formal. A educação, quando possui orientação sexista, pode criar as condições para fortalecer os nexos, na percepção das pessoas, da aproximação entre sexo e gênero, conforme enfatizou Mathieu (2009), de modo que o gênero apenas reflete o sexo biológico. Destarte, as crianças são entendidas como meninas ou meninos unicamente considerando a genitália, e se passa a lhes cobrar uma identidade de gênero coerente ao que se compreende como típico do sexo a que pertence. Faria (1998, p. 25-26) diz que o processo de “[...] construção da identidade de gênero é estruturado não só a partir de questões bastante concretas, como a educação, a forma de vestir, brincadeiras, histórias, mas também por aspectos menos visíveis, por atitudes, pelo jeito de falar, pela aproximação com o corpo, etc”.

Nesse sentido, nos processos de socialização e humanização dos sujeitos é que a criança apreende e passa a considerar como aceitáveis as distinções, a partir do gênero e sexo, dos comportamentos, das vestimentas e lugares que devem ser adotados ou ocupados por cada grupo, considerando a sua genitália como aspecto decisivo para o pertencimento de uma pessoa em relação a um coletivo social.

Para Faria (1998, p. 28), os grupos de pessoas que fogem a essa lógica são tidos como desvios de gênero e classificados, comumente, de uma maneira pejorativa: “Se um homem é gay, é classificado como mulher; se a mulher é lésbica, é classificada como homem”. Cumpre ressaltar o problema da inferiorização da mulher, que se manifesta também nas classificações que se fazem de homens que fogem à heterossexualidade hegemônica, intitulados pejorativamente de “mulherzinhas”, ou seja, a desvalorização daquele que se assemelha minimamente com os estereótipos de mulher. Portanto, além da sobrevalorização do sexo para

inferir um gênero, atribuindo funções diferentes a cada sexo, há uma hierarquização, valorando os lugares/funções tipicamente masculinos em detrimento dos femininos.

É nesse cenário de divergências e convergências teóricas que os estudos *queer* têm reconceitualizado a noção de gênero, tendo como uma das principais pensadoras a filósofa contemporânea Judith Butler. Os estudos *queer* orientam-se para a elaboração de fortes críticas às identidades enquanto resultado ou produto de um processo que se dá por finalizado. No bojo das discussões pós-identitárias, o gênero passa a ser compreendido como: “[...] um modo contemporâneo de organizar normas passadas e futuras, um modo de nos situarmos e, através dessas normas, um estilo ativo de viver nosso corpo no mundo” (BUTLER, 1987, p. 142). A filósofa contemporânea acrescenta o conceito de *performatividade*, para exprimir o que seria a interpretação de homem e de mulher:

Escolher um gênero é interpretar normas de gênero recebidas de um modo que as reproduzam e organizem de novo. Menos um ato radical de criação, o gênero é um projeto tácito para renovar a história cultural nas nossas próprias condições corpóreas. Não é uma tarefa prescritiva de que devemos nos esforçar por fazer, mas aquela em que estamos nos esforçando sempre, desde o começo (BUTLER, 1987, p. 143).

Dessa forma, Butler tem se debruçado sobre a temática gênero e construído uma abordagem crítica sobre inúmeras categorias até então tidas como consolidadas social e academicamente, tais como *mulher* e *identidade*. Ao mesmo tempo em que vem reiterar as possibilidades do intersexo, ou pessoas que se situam entre o masculino e o feminino, sem, contudo, definirem-se enquanto identidade definida e definitiva, considerando que gênero é concebido pela autora enquanto uma interpretação que se faz cotidianamente. Vale mencionar que Butler encontra entendimento com Rubin (1993) no tocante aos sujeitos nomeados intersexos. Apesar de todas as divergências teórico-conceituais de Butler, ou, nomeadamente dos estudos *queer*, com a pesquisadora Gayle Rubin (1993), pode-se traçar entre as pesquisadoras uma confluência no que diz respeito aos sujeitos intersexos, já enunciados por esta ainda na década de 1970:

[...] penso que o movimento feminista deve sonhar com algo mais do que a eliminação da opressão das mulheres. Ele deve sonhar a com eliminação das sexualidades obrigatórias e dos papéis sexuais obrigatórios. O sonho que acho mais fascinante é de uma sociedade andrógina e sem gênero [...] em que a anatomia de cada um é irrelevante para o que cada um é, faz ou com quem cada um faz amor (RUBIN, 1993, p. 22).

Neste quadro a presente investigação se situa, na medida em que tenciona produzir saberes que permitam desenredar e favorecer a compreensão acerca das categorizações de gênero de mulheres trabalhadoras e homens trabalhadores de um empreendimento de Economia Solidária.

De modo a contribuir com a possível produção de ambientes laborais que, a partir de processos reflexivos e de transformação - como aqueles que hipoteticamente a coanálise do trabalho com uso da autoconfrontação podem ensejar -, buscamos a inclusão de grupos proscritos atualmente, como a categoria *mulher*, a qual será abordada na seção que segue, por meio do exame das conquistas e problematizações das mulheres no mercado de trabalho capitalista.

1.2 Mulheres e divisão sexual do trabalho: conquistas e complexidade

A compreensão da divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista é fundamental para identificar e analisar a concepção e os sentidos que as categorias de gênero possuem a partir da percepção das/o trabalhadoras/o que compõem o grupo de voluntariadas/o de pesquisa. É importante ressaltar que a divisão sexual do trabalho é um dos aspectos da divisão social do trabalho. Com o desenvolvimento do capitalismo, as quedas na oferta do trabalho formal e aumento do subemprego como formas de reduzir os custos de produção, as mulheres, subjugadas pela cultura patriarcal, têm assumidos cada vez mais trabalhos precarizados. Nesse sentido, problematizar o marcador social de gênero exige compreender historicamente as condições a que as mulheres foram e são submetidas no mercado de trabalho, através do conceito de divisão sexual do trabalho.

Segundo Kergoat (2009), o conceito de divisão sexual do trabalho foi primeiramente utilizado por etnólogos para nomear as tarefas de homens e mulheres; em seguida antropólogas feministas apontaram que a relação de poder era fator primordial na divisão sexual do trabalho. Já, para Cisne (2015, p. 122), a divisão sexual do trabalho é um conceito desenvolvido por feministas marxistas e diz respeito à “[...] atribuição de atividades sociais diferentes e desiguais segundo o sexo, como fruto de uma construção sócio-histórica, com nítido caráter econômico de classe sobre a exploração e opressão da mulher”. A divisão sexual do trabalho tem como característica o âmbito público, ou esfera produtiva, como prioritariamente de domínio dos homens, e a esfera reprodutiva, ou âmbito privado/doméstico, de domínio das mulheres, e “[...] simultaneamente a apropriação pelos

homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc.)” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

A divisão sexual do trabalho norteia-se por dois princípios: o preceito da separação, que segmenta trabalho de homens e trabalho de mulheres, e o princípio da hierarquia, que valoriza aqueles exercidos pelos homens em detrimento do trabalho tipicamente feminino. A educação sexista, responsável por diferenciar o mundo binariamente, apresenta um arsenal de estereótipos que seriam *típicos de homem* e *típicos de mulher*, também presente no mundo do trabalho, não apenas dividindo *trabalhos de homem* e *trabalhos de mulher*, como também os hierarquizando, subvalorizando o trabalho compreendido naturalmente como feminino. Uma maneira de desmistificar o caráter natural de determinadas funções no mundo do trabalho é observar que trabalhos tidos como tipicamente femininos, em determinada cultura, são ao mesmo tempo tipicamente masculinos em outras, conferindo a determinação social para a existência da divisão sexual do trabalho (CISNE, 2015). Hirata e Kergoat (2007) defendem que os princípios da separação e hierárquico de divisão sexual do trabalho podem ser encontrados em todas as sociedades conhecidas e são legitimados pela ideologia naturalista, mas as modalidades variam grandemente em espaço-tempo.

Assim como a divisão sexual do trabalho apresenta-se de forma distinta em lugares/espços diferentes, ela também se modifica temporalmente em um mesmo espaço – ainda em se tratando de um tempo relativamente reduzido. Martin (2006) nos mostra como a força de trabalho feminina é utilizada em um período conveniente e logo a seguir passa a servir como exército de reserva; a autora busca os contextos da primeira e segunda guerra mundial para exemplificar. Durante esses dois períodos, as mulheres assumiram postos de trabalho até então compreendidos como masculinos; entretanto, no momento seguinte, ao findarem as guerras, foram paulatinamente retiradas do trabalho remunerado e voltaram a exercer as funções do cuidado com casa e filhos. A ciência corroborou enormemente para esse movimento, através de um surto de pesquisas nesse período que associavam a menstruação à incapacidade para trabalhar (MARTIN, 2006).

O modelo tradicional de família também contribui para essa segmentação, na medida em que o papel do cuidado doméstico e da família é assumido pelas mulheres e o lugar de provedor reservado aos homens (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016; KERGOAT, 2007). Há, portanto, uma ideia reproduzida pela ideologia patriarcal, através da educação sexista, de que as características, aptidões, que são tomadas como dons naturais, estão na essência do homem e na essência da mulher. Segundo Cisne (2015, p.118): “A educação sexista não educa homens e mulheres apenas de forma diferente, mas, também,

desigual, levando muitas mulheres a crerem que possuem uma essência que as torna naturalmente mais aptas para determinados trabalhos”.

Entretanto, algumas mudanças tidas como conquista da mulher no mercado de trabalho levaram a outro modelo, que Hirata e Kergoat (2007) nomearam de *modelo de conciliação*, no qual predominantemente as mulheres passaram a conciliar o trabalho profissional com o trabalho familiar, cabendo ainda mais a elas que aos homens da família.

Atualmente as mulheres ocupam-se do trabalho profissional; entretanto, os trabalhos mais desvalorizados e precarizados são reservados a elas, que se veem sem alternativas senão a de se submeterem às profissões e funções que não apenas lhes dão um menor retorno financeiro como também baixo prestígio social, sendo esta a realidade das mulheres catadoras, aspecto abordado no capítulo de economia solidária. Para Cisne (2015, p. 122), a desvalorização e desprestígio fazem com que as mulheres não se reconheçam enquanto trabalhadoras e tampouco se organizem enquanto classe: “Deixam também de assumir cargos em associações, sindicatos ou na direção de movimento sociais, o que contribui diretamente com o capital, pois significa menos pessoas em confronto com este sistema”.

Se a divisão sexual do trabalho, que tipifica o mundo do trabalho em naturalmente femininos e masculinos, tem suas determinações estipuladas em espaço-tempo específicos, a ideia da feminilidade, da forma estereotipada como é apresentada, também é um fenômeno social, e surge com o capitalismo industrial. Segundo Davis (2016), essa ideologia é subproduto da industrialização, disseminada através da mídia pelas revistas femininas e romances e culminando na clivagem da economia em economia doméstica e economia pública. Por economia doméstica, nos apoiamos em Fougeyrollas-Schwebel (2009, p. 257), para defini-la enquanto “[...] um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto da família-domicílio conjugal e parentela – trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres”.

Sob o discurso de emancipação feminina, parte das mulheres que outrora se encarregavam exclusivamente do trabalho doméstico começa a se inserir também no mercado de trabalho, em funções bem específicas, subvalorizadas; além de passar a se sobrecarregar com a dupla jornada de trabalho, pois o serviço doméstico ainda está sob encargo feminino. Para Cisne (2015, p. 124), a cultura da subordinação da mão-de-obra feminina na sociedade capitalista “[...] está relacionada com a manutenção e reprodução do capital”.

Sem o trabalho doméstico não remunerado o Estado capitalista teria que arcar, por exemplo, com restaurantes, lavanderias e escolas públicas em

tempo integral em grande escala, de modo a atender à massa da classe trabalhadora. Outra opção seria aumentar significativamente o salário mínimo, de tal forma que um trabalhador pudesse pagar por alguns serviços necessários à reprodução da sua força de trabalho. Ambas as alternativas implicariam em um ônus significativo que afetaria os lucros do capital (CISNE, 2015, p. 124).

A autora enfatiza que o que hoje é compreendido como conquista da mulher como parte de uma luta feminista pode e deve “[...] ser também analisado como uma forma de estratégia do capital para obter maiores lucros” (CISNE, 2015, p. 131). Cisne se apoia em Lobo (1991) para afirmar que cabe uma abordagem concreta das reais situações de trabalho que homens e mulheres enfrentam, e que a análise de gênero no contexto laborativo tem de ir além de descrever e categorizar, mas identificar como essas classificações interferem no mundo do trabalho, processo que identifica como “desomogeneização” da classe trabalhadora (CISNE, 2015).

Enquanto desomogeneizar a classe trabalhadora implica compreender as reais situações de trabalho, tendo em conta que esta é composta por dois sexos, Davis (2016) também “desomogeneiza” a questão racial ao denunciar que a realidade das mulheres negras e pretas não segue representada nos estudos que se propõem a compilar tais análises. As mulheres negras e pretas não apenas estão sob outras condições de trabalho e apresentam cenários distintos daqueles generalizados enquanto experiência de vida, mas tampouco compartilham de pressupostos apresentados na análise de divisão sexual do trabalho.

Os estudos de Davis (2016) acerca da sociedade escravista pode ser contraponto aos pressupostos teóricos da divisão sexual do trabalho, como exemplo à afirmação de Hirata e Kergoat (2007), de que os princípios da separação e hierarquia são válidos para todas as sociedades conhecidas no tempo e no espaço. O princípio da separação poderia estar presente, porém se aproxima mais de uma segmentação a partir da classe e raça que da divisão por sexos:

No que dizia respeito ao trabalho, a força e a produtividade sob ameaça do açoite eram mais relevantes do que questões relativas ao sexo. Nesse sentido, a opressão das mulheres era idêntica à dos homens. [...] a postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas. (DAVIS, 2016, p. 19).

Para o trabalho lucrativo o povo negro era desprovido de gênero, e até mesmo privado da condição humana, sendo designado muitas vezes a substituto de animais de cargas (DAVIS, 2016). As condições de trabalho da mulher negra apresentavam maior similaridade às condições submetidas aos homens também negros, com os quais compartilhavam as situações mais severas de trabalho exploratório, que às condições das mulheres brancas. O que os diferenciavam enquanto mulheres e homens negros/os era a intensidade, por exemplo, com relação aos abusos e maus tratos bárbaros que as reduziam à condição de fêmeas.

Entretanto, se a ideologia da feminilidade, nascente sob o capitalismo industrial, reduzia as mulheres brancas e de classe média e alta às funções de mães, parceiras, donas de casa, a mulher negra tinha todos os aspectos de sua existência ocultados pelo trabalho compulsório (DAVIS, 2016). Assim, enquanto delicadeza, docilidade eram valores que estampavam revistas femininas, os atos de resistência das mulheres negras para sobreviver e subverter tal exploração as colocavam em igualdade com homens de sua raça, concomitantemente afastando-as das características atribuídas ao sexo “frágil”.

Muito embora algumas delas fossem mães, esse era apenas mais um instrumento de ampliação da força de trabalho escravo, cuja reprodução era utilizada como base de cálculo de rendimento, principalmente após a abolição do tráfico internacional, em que esse passa a ser o único meio de ampliar a população de escravizadas/os (DAVIS, 2016).

Para a mulher negra e preta na sociedade escravista, o ambiente doméstico “[...] era o único espaço em que podiam vivenciar verdadeiramente suas experiências como seres humanos” (DAVIS, 2016, p. 29), tanto no cuidado da casa quanto dos filhos, pois em tempo integral eram oprimidas tal como os homens negros no trabalho compulsório e, portanto, não estavam contempladas no discurso da feminilidade que porventura poderia eximi-las do trabalho escravo.

[...] a característica especial do trabalho doméstico durante a escravidão, sua centralidade para homens e mulheres na condição de servidão, envolvia afazeres que não eram exclusivamente femininos. Essa divisão sexual do trabalho não parece ter sido hierárquica tampouco fixa: ora homens cuidavam da horta e caçavam e mulheres cozinham e costuravam, ora os homens cuidavam com a cabana e as mulheres saíam à caça e cuidava, da horta (DAVIS, 2016, p. 30).

Então, poderíamos incluir os princípios da igualdade, próprios do trabalho associativo realizado por empreendimentos da economia solidária, como uma das dimensões relevantes para a emancipação da mulher no mundo do trabalho?

No próximo capítulo debateremos a economia solidária, conceitos e contextos. E as questões de gênero, sob o enfoque da economia feminista.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E ECONOMIA FEMINISTA

Nesse capítulo procuramos contextualizar a economia solidária, suas raízes históricas e elementos constitutivos. No segundo subitem, apresentamos a discussão de gênero no contexto da economia solidária sob o aporte teórico da economia feminista.

2.1 Economia: definição e etimologia da palavra

O questionamento, feito no fim do capítulo anterior, acerca da possibilidade de os preceitos centrados na equipolência próprios da economia solidária alcançarem também as mulheres, remete à necessidade de configurar igualdade, a qual, conforme Guérin (2005), seria mais que um conceito, mas uma prática social. Então, nos apoiamos em Guérin (2005), que inicia sua obra colocando em questão o que é igualdade, e, para além de um conceito, quando ela deve ser medida: “*ex ante* (igualdade de oportunidades) ou *ex post* (igualdade de resultados)?”. A autora também questiona quais são as prioridades a serem consideradas para se compreender igualdade:

Deve levar em consideração o consumo, as necessidades, os direitos ou ainda os esforços de cada um? Quando se fala em igualdade, fala-se dela na família, na faixa etária, no grupo, na empresa, na nação, em uma comunidade transacional? Em nome do que o combate pela igualdade deve ser conduzido: é uma questão de utilidade coletiva, de equidade, de respeito às dignidades pessoais? Por fim, são necessários critérios específicos que permitam dar conta das desigualdades sexuais? (GUÉRIN, 2005, p. 33).

A pesquisadora denuncia que, para tais questionamentos, as respostas apresentadas pela justiça social, inspiradas pelo saber econômico, nunca foram favoráveis às mulheres (GUÉRIN, 2005). Acerca das contribuições da economia solidária para eliminar ou reduzir o favorecimento observado para os homens ao longo da história, Guérin (2005, p. 25) elucida que:

[...] a economia solidária é um caminho possível para pensar a divisão do trabalho e a redução do tempo de trabalho – apresentadas hoje em dia como uma das chaves para o pleno emprego – sem reforçar as desigualdades preexistentes. E, por meio dos serviços de proximidade, a economia solidária oferece especialmente uma oportunidade inédita de redefinir a divisão das obrigações familiares, sem reavivar as formas de servilismo das quais as mulheres conseguiriam sair com muita dificuldade.

A fim de dimensionar a questão de gênero no contexto laborativo, aos elementos perseguidos na pesquisa, é preciso antes compreender as problemáticas diante da heterogeneidade temática da economia solidária. França Filho (2007) compreende tal complexidade e aponta cinco caminhos para a discussão: 1- uma discussão conceitual, trazendo elementos que contribuam para a compreensão teórica do assunto; 2- uma discussão contextual, ao analisar a temática enquanto fenômeno em contextos específicos; 3- estudo de caso, ao analisar experiências concretas para compreensão da dinâmica geral; 4- metodologia de intervenção: ao colocar em discussão a operacionalidade da economia solidária cujo objetivo seja intervir na realidade; e, por fim, 5- enquanto política pública: ao discutir o caráter enquanto política pública, assim como os efeitos e resultados.

Atentos à inexaurível discussão sobre a temática da economia solidária, nos propomos em considerar o contexto em que as primeiras cooperativas eclodem na Inglaterra e mais localmente no Brasil. Por fim, apresentamos os princípios que regem a economia solidária e as modalidades de empreendimentos solidários encontrados no Brasil, onde se enquadra, especificamente, o EES em que se realizou a coleta de dados a partir da autoconfrontação, dispositivo metodológico apresentado em capítulos anteriores.

O pesquisador França Filho (2007, p. 157) busca, na definição apresentada por Caillé (2003, p. 220), a definição formalista, que compreende por economia: “Todo comportamento visando economizar recursos raros procedendo sistematicamente a um cálculo de custos e benefícios envolvidos numa decisão pensada como uma questão de escolha racional”.

Essa primeira compreensão de economia implica, segundo o autor, em problemáticas indicando reducionismo na definição: primeiro, ao pressupor escassez com a noção de recursos raros; segundo, por reduzir o comportamento humano a uma escolha reacional (FRANÇA FILHO, 2007). França Filho (2007) se apoia em Laville (1994) ao considerar que os princípios do comportamento econômico humano, tais como autorregulação de mercado, redistribuição, reciprocidade e domesticidade, podem se resumir em três formas de economia: a economia mercantil, a não mercantil e a não monetária.

Há, porém, outra definição de economia que retoma a etimologia da palavra e a concepção de Aristóteles, que compreende economia como a ciência da boa gestão da casa; a essa segunda definição França Filho (2007) nomeou *compreensão substantiva da economia* (FRANÇA FILHO, 2007; SPECHT, 2009).

Na compreensão substantiva da economia, há uma abertura para “[...] ampliar o olhar sobre o econômico para além da visão dominante, que reduz seu significado à ideia de

economia de mercado, permitindo, ainda, perceber certas singularidades, próprias às práticas de economia solidária” (FRANÇA FILHO, 2007, p. 159). O autor apresenta a economia solidária como aquela

[...] construída por iniciativas de natureza associativa ou cooperativa que envolvem moradores que, num determinado contexto territorial, buscam a solução de problemas públicos concretos, relacionados à sua condição cotidiana de vida, através do fomento à criação de atividades socioeconômicas. Neste sentido, a criação das atividades socioprodutivas ou a oferta de serviços surgem em função de demandas reais, expressas pelos moradores em seu local. Tal economia estimula, no território, um circuito integrado de relações socioeconômicas envolvendo produtores/prestadores de serviço e consumidores/usuários de serviços, numa lógica de rede (FRANÇA FILHO, 2007, p. 160).

De acordo com França e Dzimira (1999), no contexto europeu, e mais particularmente na França, já às portas do encerramento do século XX, a noção de economia solidária passa a ser confundida com o termo *terceiro setor*. Enquanto este “[...] designa organizações privadas com objetivos públicos” (FRANÇA; DZIMIRA, 1999, p. 145), a economia solidária por sua vez “[...] internaliza a preocupação com a solidariedade” (LAVILLE, 1997, p. 65 apud. FRANÇA; DZIMIRA, 1999, p. 145).

Para Guérin (2005, p. 13) o conceito de economia solidária é construído a partir de práticas, empiricamente em constante progresso, de “[...] iniciativas econômicas que apostam mais no interesse coletivo e na solidariedade que na busca de lucro”. Lanza (2014) caracteriza economia solidária como um meio de produção, venda, troca e compra daquilo que é necessário para a subsistência, e pretende contribuir para a construção de uma sociedade igualitária e sem a exploração predatória do ser humano e do meio ambiente.

2.2 Lutas anticapitalistas e surgimento das cooperativas

Considerando a história da economia solidária no contexto global, Paul Singer (2002) aponta que essa abordagem no mundo socioeconômico, comercial, e da organização do trabalho teve origem na Inglaterra, como reação ao empobrecimento dos artesãos, advento do capitalismo industrial, provocado pela organização fabril de produção, e propõe superar a divisão social entre o patrão e o empregado, conhecido no capitalismo por meio da exploração da sua força de trabalho. No capitalismo industrial, a busca pela produtividade e a exploração da mão de obra se davam não apenas nas longas jornadas, além do trabalho infantil e das

péssimas condições a que todos as/os trabalhadoras/es eram submetidos, o que levou a industriais mais esclarecidos a proporem leis que protegiam os trabalhadores (SINGER, 2002).

A revolução capitalista ocorreu durante a revolução industrial na Inglaterra do século XVIII e ao estimular o progresso técnico e livre concorrência teve como principal consequência a substituição do artesão pela manufatura e trabalho assalariado nas fábricas movidas a vapor. A classe operária reage de três formas: um grupo fazia oposição ao industrialismo, mas por não receberem apoio de nenhum outro setor social, logo se findou; um segundo grupo, motivados pela Revolução Francesa, somava ao movimento lutando pela democracia; por fim, o terceiro grupo desenvolvia formas potencialmente anticapitalistas, tanto de ordem social, como o sindicalismo, quanto no que diz respeito à produção e consumo, o cooperativismo.

A oposição operária ao industrialismo provavelmente acabou por desaparecer nos anos vinte do século XIX, quando grande parte do movimento operário se converteu ao “owenismo”. Owen era, ele mesmo, grande industrial e propunha utilizar as forças produtivas proporcionadas pelas máquinas para acabar com a miséria e garantir a todos uma vida digna (SINGER, 1998, p. 70).

Os trabalhadores⁴ frustrados com a força política em favor da industrialização passaram “[...] a engajar-se por uma luta fabril (*Factory Act*) que coibisse os abusos e estabelecesse claros limites de exploração a que o capital poderia submeter os trabalhadores” (SINGER, 1998, p. 74). Entre as reivindicações constavam: a proibição de trabalho para menores de 10 anos, limitação da jornada de trabalho em 10, 5 horas para menores de 18 anos, e a indicação de pessoas para inspecionar e garantir a implementação destas reformas. Entretanto, o que conseguiram foi muito aquém do esperado. A legislação aprovada em 1819, aplicava-se apenas às usinas algodojeiras e constava: estabelecimento em idade mínima para o trabalho em nove anos; limite de jornada em 12 horas para menores de 16 anos; e, não provinha da inspeção, como reivindicado (SINGER, 1998).

⁴ Para referir à história da Revolução Industrial, deixaremos de flexionar o gênero no feminino, pois expressamente, as mulheres não estavam incluídas no movimento. Segundo Singer (1998), as mulheres, juntamente com as crianças, faziam parte da parcela dos trabalhadores mais explorados e que “[...] sua pobreza e desamparo eram, na época, obstáculos intransponíveis à sua organização sindical” (SINGER, 1998, p. 86).

O argumento utilizado pelos liberais era a possibilidade de livre negociação de direitos entre empregadores e empregados, alegação que desconsidera a extrema desigualdade de poder econômico impresso nessa relação:

O trabalhador depende de que alguém o empregue para a sobrevivência própria e de sua família. O capitalista precisa empregar trabalhadores para valorizar seu capital, mas sua necessidade é muito menos urgente do que a do trabalhador. Em geral, o empresário pode operar com menos empregados do que o número por ele almejado, à espera que apareçam candidatos em condições (para ele) propícias. Já o trabalhador não pode comer nem dar de comer à família se não tiver salário. Sua capacidade de esperar que surja o emprego em condições (para ele) propícias, é muito menor. Além disso, no mercado de trabalho a regra é o excesso de oferta, o que foi demonstrado por Marx, ao assinalar à presença permanente nas economias capitalistas de um ponderável exército de reservas (SINGER, 1998, p. 76).

Diante das poucas possibilidades de barganha, perante o desespero do trabalhador e o excesso de oferta, o empregado se vê obrigado a submeter-se a condições precárias de trabalho. Então, a luta por minimizar e/ou frear a exploração do trabalhador pelo capitalista, desencadeou na luta pela extensão de direitos políticos, pois, se o governo não representasse a classe trabalhadora, dificilmente teriam possibilidades de ter aprovadas as leis que essa classe reivindicava.

As teorias anticapitalistas partiam da ideia de que “[...] sendo o trabalhador a única fonte de valor, ele deveria ser também o único detentor legítimo do produto” (SINGER, 1998, p. 73). Nessa mesma lógica, Owen propunha então que houvesse uma substituição da moeda por uma baseada no “tempo de trabalho” gasto para a produção. A partir de 1820 a classe operária deixa de se opor ao industrialismo e passa a se engajar na:

[...] construção de um novo mundo à base das novas forças produtivas mas em que a cooperação e a igualdade tomem o lugar da competição e da exploração [...] [buscando] o surgimento de um “novo mundo real moral (na expressão de Owen) baseado na solidariedade, na cooperação e na fraternidade entre os homens” (SINGER, 1998, p. 73-74).

Porém, entre 1793 e 1815, a Grã Bretanha esteve em guerra contra a França revolucionária e qualquer manifestação contra a coroa e a Igreja era estigmatizada e os líderes

do movimento eram enviados ao exílio na Oceania, onde havia poucas possibilidades de chegarem vivos. Cenário que eliminou qualquer vestígio revolucionário durante essas duas décadas. No momento pós-guerra, a reivindicação de mudança política e reforma do parlamento retornou com grande impulso, e dessa vez os liberais e democratas contavam com o apoio da burguesia industrial, que estava descontente com as políticas econômicas dos conservadores. Porém, novo período de repressão acontece após aprovação dos *Combination Acts* que “[...] tornava passível (para réus primários) a condenação por 3 meses de prisão ou 2 meses de trabalho forçado de qualquer trabalhador [que reivindicasse direitos trabalhistas]” (SINGER, 1998, p. 78).

Portanto, os sindicatos só voltaram a ressurgir em 1824 com a revogação dos *Combination Acts*. No ano seguinte, a crise econômica de 1825 resultou em retrocessos dos acordos trabalhistas e nova repressão das atividades sindicalistas. Esses eventos reiteraram a compreensão de que os resultados das lutas por direitos trabalhistas dependiam fundamentalmente de um “enquadramento institucional” (SINGER, 1998, p. 79).

Em 1832, há o prenúncio de uma reforma política com a partilha do poder entre rei e aristocracia *tory*, com a burguesia industrial. O novo parlamento “[...] aprovou, em 1833, a primeira lei fabril que possuía efetividade, pois criava quatro cargos de inspetores de fábrica” (SINGER, 1998, p. 81). Então, em Londres no ano de 1836 um movimento nitidamente operário ganha força, o cartismo, que começou:

[...] com a formação da *London Workingmen's Association for Benefiting Politically, Socially and Morally the Useful Classes* – LWMA (associação londrina de trabalhadores para beneficiar política, social e moralmente as classes úteis). A LWMA fez uma petição ao parlamento, em 1837, que incluiu todos os 6 pontos que constituiriam depois a Carta: sufrágio universal masculino, distritos eleitorais iguais, parlamentos anuais, remuneração dos parlamentares, voto secreto e nenhuma exigência de propriedade para pertencer ao parlamento (SINGER, 1998, p. 82).

Em um primeiro movimento do Cartismo, foi traçado um plano que incluía a coleta de assinaturas em todo o país para aprovação da Carta, e, se rejeitada, convocariam greves gerais por um mês, o “*mês sagrado*” (SINGER, 1998). Porém, ainda que reunindo 1.280.000 assinaturas, o parlamento rejeitou a Carta, e a greve não aconteceu por falta de apoio organizado. No ano seguinte, com a petição melhor redigida e o movimento do cartismo mais bem organizado, novo abaixo assinado que somava 3.317.702 assinaturas foi submetida à

aprovação do parlamento. Com nova recusa e a persistente falta de recursos, o movimento não pode organizar a greve geral sinalizada na petição.

Mas uma greve iniciada em Ashton-inde-Lyne e irradiada para outras cidades, adere à Carta como reivindicação de luta. De início a Associação Cartista se dividiu na opinião quanto a apoiar a greve que não foi iniciada por eles, e que por isso, tampouco poderia ser controlada pelos líderes Cartistas. Logo a seguir, um dos influentes líderes cartistas, O'Connor, aderiu à greve, para no momento posterior mudar de opinião, romper o apoio, enfraquecendo, também, o movimento operário de massa que se findou (SINGER, 1998).

As reações da classe operária à revolução passaram por um período de oposição ao industrialismo; outro momento que buscaram conquistar direitos trabalhistas e legalização dos sindicatos; e, por fim, reivindicavam ações no plano econômico, compreendendo que a livre concorrência era prejudicial também aos empregados. Após revolução industrial, os sindicatos eram formados por uma extremidade de trabalhadores qualificados, na outra extremidade estavam crianças e mulheres, cuja “[...] pobreza e desamparo eram, na época, obstáculos intransponíveis à sua reorganização sindical” (SINGER, 1998, p. 86). O sindicalismo nesse período foi organizado através das intituladas *trade*:

[...] em cada local havia uma *trade* ou *trade club* para cada ofício. Uma *trade union* era uma associação de clubes de mesmo ofício ou de um conjunto de cidades, abrangendo uma região ou várias e até mesmo o país (SINGER, 1998, p. 86).

O pesquisador a define enquanto sociedades mutualistas de grande prestígio, pois os encontros dos clubes, além de acontecerem em cafés, tavernas, tinham como objetivos a compra de cervejas; fazer cerimônias de iniciação de aprendizes; praticar a filantropia para enfermos e enterros; proporcionar encontros de mestres e trabalhadores qualificados; e, por fim, defender as regras dos ofícios (SINGER, 1998).

No ano de 1829, foi fundada a *Grand General Union of all the Spinners of the United Kingdom* (Grande União Geral de todos os fiandeiros do Reino Unido) que, sob o clima da Reforma parlamentar, cresceu rapidamente se organizando no que hoje compreendemos como central sindical. Tanto organização sindical quanto as cooperativas foram “[...] reações defensivas de trabalhadores, no caso contra preços altos de bens de primeira necessidade” (SINGER, 1998, p. 89).

Segundo o pesquisador, a mais antiga das cooperativas registradas data de 1760, e se tratava da organização de empregados de moinhos de cereais localizados em Woolwich e

Chatam. Já a cooperativa de consumo mais antiga data de 1969 e era constituída por tecelões de Fenwick (SINGER, 1998). Para Singer, a difusão inicial das cooperativas, não por acaso, ocorre no mesmo período que a revolução industrial:

[...] a revolução industrial ocorre numa conjuntura favorável à manufatura, em que inovações técnica barateavam os produtos e permitiam expandir fortemente a produção. Neste período, diferentes categorias de trabalhadores qualificados gozavam condições favoráveis no mercado de trabalho, o que deve lhes ter proporcionado meios para desdobrar atividades mutualistas, iniciando cooperativas de consumo e de produção para autoconsumo (SINGER, 1998, p. 91).

Do ponto de vista social, as cooperativas operárias estavam ligadas “mais ou menos diretamente a sindicatos de trabalhadores de ofício” (SINGER, 1998, p. 93). Essas são as cooperativas resultantes das luta de classes, criados com o intuito de enfrentamento e eliminação de empresas capitalistas. As sociedades owenistas de propaganda cooperativa também desempenharam importante papel social. Dentre as criações de Owen, que dialogava diretamente com os sindicatos e movimentos operários, estava a iniciativa de avaliar o produto final a partir do tempo de trabalho. A prática de preços justos tornou-se posteriormente um dos princípios do cooperativismo.

A seguir, apresentamos o cenário político econômico e social em que desencadeia a economia solidária no Brasil.

2.3 Contexto da Economia Solidária no Brasil

No Brasil, França Filho (2007, p. 163) identifica a economia solidária “[...] como um campo de práticas em construção” e, tal como na história geral da Ecosol, é uma iniciativa em detrimento do desemprego em massa da população brasileira. Na segunda metade dos anos 70, há uma desindustrialização dos países centrais e semi-desenvolvidos, tal como no Brasil, culminando numa acentuada taxa de desemprego, “[...] eliminando muitos milhões de postos de trabalho formal” (SINGER, 2002, p. 110). Mesmo os trabalhadores que continuaram com seus empregos, tiveram tanto de flexibilizar seus direitos, como sofreram as consequências da redução dos salários.

O trabalho associado emerge no contexto brasileiro como resposta ao desemprego e de trabalhos sob condições precárias, tal qual as iniciativas populares e a política pública de governo, como nos elucida Wirth (2013, p. 37):

[...] a Economia Solidária surge especialmente enquanto um programa de combate ao desemprego, desenvolvido por diversas prefeituras governadas pelo Partido dos Trabalhadores desde a década de 1990 (Porto Alegre/RS, Santo André/SP, São Paulo/ SP, Campinas/SP, entre outras). Esses governos municipais se dedicaram a estimular e apoiar a organização de cooperativas populares, contando também com a efetiva participação de diversas instituições como universidades, organizações sindicais e organizações ligadas à Igreja Católica entre outras.

Por volta de 1980, embora o Brasil estivesse em um cenário de intenso crescimento econômico, foi também palco de um agravamento na pobreza. O país começou a ter dificuldades de fechar o balanço de pagamento desde o segundo choque do petróleo e a explosão das taxas para adquiri-lo. Ao final da década de 80, o ministro Delfim Neto teve de se submeter a um acordo de reduzir as necessidades de financiamento interno para não sofrer com a negativa de novos empréstimos. Para isso, foi implantada uma nova política econômica, que, além do corte de crédito, reduzia drasticamente os gastos públicos. Para o economista Paul Singer, “A partir de 1981, o Brasil mergulhou no que seria a maior recessão de sua história até então e que só acabou em 1984” (SINGER, 2001). Os dados inflacionários dos anos subsequentes indicam para a desindustrialização da economia brasileira ao final da década de 80.

A desindustrialização, que acomete a economia brasileira, resulta de tendências universais: a *Terceira Revolução Industrial*, que eleva a produtividade na indústria e em determinados serviços, mas muito pouco nos serviços de consumo social (educação e saúde) e individual (higiene, turismo, recreação etc.), de modo que diminui em termos relativos a parcela do tempo social de trabalho alocada à indústria enquanto aumenta a alocada àqueles serviços (SINGER, 2001, p. 37).

A contração do assalariamento ocorre com a queda no número de empregados, subindo pouco o número de ocupados. Outro dado da Região Metropolitana de São Paulo é que entre 1985 e 1993 as empresas capitalistas “[...] passaram a transformar uma parcela de seus empregados em fornecedores autônomos de serviços mediante a assim chamada terceirização” (SINGER, 2001, p. 43).

As constantes substituições para emprego informal a partir da década de 80, interferiram diretamente nos direitos trabalhistas, assegurados somente mediante registro de trabalho em emprego formal. A informalização do trabalho culminou na precarização dessas relações. Apesar das perdas dos direitos trabalhistas no emprego informal, as crescentes taxas

de desemprego atuaram como importante fator para aceitação do trabalhador a se sujeitar em subempregos.

O emprego informal é clandestino e dispensa o empregador e o empregado de recolher as contribuições à Previdência Social, do Fundo de Garantia de Tempo de Serviços e outras, além de permitir ao patrão deixar de pagar férias, 13ºsalário, Aviso Prévio, etc. Estima-se que as substituições do emprego formal pelo informal reduz em mais de 50% o custo anual do trabalhador à empresa (SINGER, 2001, p. 45).

Agrava-se a esse quadro de perdas de direitos, o fato de que, em números absolutos, a soma dos autônomos, informalizados e desempregados na metrópole brasileira dos anos 90, resultavam em 40% da População Economicamente Ativa (PEA). O economista Paul Singer pontua também outro efeito negativo do desassalariamento o “[...] efeito desmoralizante sobre os sindicatos” (SINGER, 2001, p. 49); representados pela perda de representabilidade, enfraquecendo a atuação das organizações sindicais nas lutas coletivas.

Diante dessa conjuntura, começou-se a traçar políticas de enfrentamento da desindustrialização e informalização, com o desafio agregado por se tratar de um contexto de “[...] reduzido crescimento econômico e elevado desemprego” (SINGER, 2001, p.55). As políticas compensatórias são medidas implantadas pelas prefeituras e governos estaduais, apresentando como uma opção desse enfrentamento.

Trata-se basicamente de desenvolver programas de combate à miséria extrema, como, por exemplo, os programas de garantia de renda familiar mínima para que famílias com crianças em idades escolar, com a finalidade de oferecer um incentivo material para que estas crianças frequentem a escola em vez de “ganhar a vida” prematuramente nas ruas (SINGER, 2001, p. 55).

Porém, as políticas compensatórias não reverteram às tendências estruturais que originaram o “efeito do esvaziamento”, Paul Singer prefere o termo esvaziamento e não crise, justamente por se tratar, segundo o pesquisador, de uma tendência estrutural. Para Singer, esse período era imprescindível que o Brasil passasse por experimentações de iniciativas que poderiam contribuir no sentido de contrariar esse movimento, o que significava a criação de empresa fora do setor público (devido às privatizações) e distinta do setor privado capitalista

“[...] cujo dinamismo insuficiente é a razão principal do esvaziamento” (SINGER, 2001, p. 56).

É nesse cenário político, econômico e social gerado a partir da década de 80, que o sistema de cooperativas se apresentou como uma alternativa para viabilizar e inserir um grande número de potenciais produtores no mercado formal. Como uma extensão de formas de cooperação habituais no cotidiano, as iniciativas associativas se desenvolveram a partir de modos de organização do trabalho fundamentados na mobilização coletiva e na gestão democrática de projetos que visavam à sobrevivência. Estas associações incluíam, dentre outras, cozinhas e hortas coletivas, associações de prestação de serviços coletivos nas áreas da saúde e cultura, autoconstrução, etc (LAVILLE, 2009).

Lechat (2002) ajuda-nos a fazer este caminho considerando não somente o surgimento de empreendimentos solidários, mas também o percurso de construção da terminologia “economia solidária” pela/os pesquisadoras/es brasileiras/os, e nos elucida que “o que hoje é denominado de economia solidária ficou por décadas imerso, e ainda o é, em muitos casos, no que a literatura científica chama de autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular” (LECHAT, 2002, s/p).

[...] o termo economia solidária identifica uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade. Estas novas formas de solidariedade fazem alusão à iniciativa cidadã em oposição, ao mesmo tempo, às formas abstratas de solidariedade praticadas historicamente pelo Estado, de um lado, e às formas tradicionais de solidariedade marcadas pelo caráter comunitário (FRANÇA FILHO, 2001, p. 247).

Com o propósito de delinear a organização da economia solidária no Brasil, França Filho (2007, p. 163) apresenta “[...] quatro categorias de atores ou instâncias organizativas que compõem o campo da economia solidária no Brasil”, a saber: 1- os empreendimentos econômicos solidários (EES); 2- as entidades de apoio e fomento (EAF); 3- as redes e fóruns de economia solidária; e, por fim, 4- as novas institucionalidades públicas, tal como a Secretaria Nacional para Economia Solidária (SENAES), e outras instâncias políticas do Estado (secretarias, diretorias e departamentos). Dentre os atores e além de outras instâncias organizativas a serem apresentadas pelo pesquisador, nos atentaremos ao primeiro nível de auto-organização, os empreendimentos econômicos solidários.

Os EES se diversificam em inúmeras iniciativas e, atualmente no Brasil, são registradas associações e cooperativas em segmentos como: agricultura familiar; coleta e

reciclagem; empresas recuperadas assumidas pelas/os trabalhadoras/es; redes de produção, comercialização e consumo; bancos comunitários; empreendimentos de distribuição de crédito; clube de trocas; etc (BRASIL, 2015).

Tais empreendimentos apresentam um caráter bastante heterogêneo, e, dentre eles, estão as cooperativas populares, cuja expressão é majoritária entre os EES (FRANÇA FILHO, 2007) e são constituídas por trabalhadoras/es marginalizadas/os do mercado de trabalho capitalista formal, que juntas/os se fortalecem por intermédio do engajamento num trabalho regular, autônomo e autogestionado, que comumente promove melhores condições de vida. A concepção de empreendimento solidário vem tendo a sua definição clareada ao longo do tempo, considerando os contextos ocupacional, político e social de cada país.

No caso do nosso país, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária conceitualiza EES como organizações que correspondem a algumas dessas características:

1) Coletivas (organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos, etc.); 2) Seus participantes ou sócias/os são trabalhadoras/es dos meios urbano e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; 3) São organizações permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e as que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; 4) Podem ter ou não um registro legal, prevalecendo a existência real; 5) Realizam atividades econômicas que podem ser de produção de bens, prestação de serviço (ou seja, de finanças solidárias), de comercialização e de consumo solidário (TYGEL, 2011).

Nesse cenário destacam-se as cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis, que são pequenos grupos que usualmente aderem à economia solidária, afiliando-se aos princípios da economia solidária através do estatuto da associação. Esse é o caso da associação em que os dados desta pesquisa foram coletados, empreendimento que trabalha sob a lógica do cooperativismo e se insere no bojo da Economia Solidária ao aderir, no seu Estatuto, à Carta de Princípios da Economia Solidária (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2005).

A despeito dos Princípios da Economia Solidária, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) apresenta a carta, elaborada em circunstância da III Plenária de Economia Solidária, cujos princípios convergentes dos diversos empreendimentos existentes são: 1- a valorização social do trabalho humano; 2 - a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; 3 - o reconhecimento do lugar

fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade; 4 - a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza; 5 - os valores da cooperação e da solidariedade (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008).

Segundo Azambuja (2009), os empreendimentos solidários brasileiros seriam diferentes dos demais empreendimentos que surgem em decorrência do desemprego estrutural e precarização do trabalho no país, pelo fato de buscarem organizar-se mediante o princípio da autogestão, proporcionando, aos participantes, a posse coletiva dos meios de produção e autogestão do empreendimento, através do princípio “um membro igual a um voto”.

França e Dzimira (1999) sugerem que essa outra economia tem no seu cerne a preocupação com os serviços de proximidade e estrutura, tendo em conta três dimensões: a econômica, a social e a política. Quanto à esfera econômica, ressalta-se a pluralidade dos recursos, que vão desde o comércio à prestação de serviços não mercantis e não monetários, por meio de acordos e contratos, e/ou contribuições voluntárias, de dádivas, sob a forma do benevolato (dádiva de si mesmo e do seu tempo). A esfera social está relacionada à questão da solidariedade e iniciativas que permitem a reinvenção das relações entre as pessoas. E por fim a esfera política, que tenta intervir não somente no interior dos grupos, mas no seio da esfera pública, representando novo fôlego para a participação cidadã, ao reativar certo tipo de democracia.

Em síntese, as experiências do universo da economia solidária constituem uma forma híbrida das economias mercantil, não mercantil e não monetária (dimensão econômica), que não se deixam explicar pela exclusividade dos interesses utilitários das pessoas implicadas (dimensão social), que parecem obrigar-se a projetos que elas próprias escolheram livremente (dimensão política). Em outras palavras, a especificidade da economia solidária reside na hibridação de economias (dimensão econômica), na prática de serviços solidários de proximidade (dimensão social) e na afirmação de sua ação enquanto projeto (dimensão política) (FRANÇA; DZIMIRA, 1999, p. 152).

Dentre os elementos apontados como recorrentes quando se aborda a economia solidária, além de sua diversidade, está que estas iniciativas tendem a abranger, normalmente, aqueles colocados à margem. As iniciativas de economia solidária trazem uma característica importante, assente na imbricação de esferas, normalmente vistas como entes separados nas abordagens convencionais de economia, o que permite olhá-la de um modo diferente ao modo hegemônico de organização econômica.

Paul Singer (2002), faz ainda uma referência à economia solidária enquanto um caminho superior à economia capitalista:

[...] a economia solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma alternativa superior ao capitalismo. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor (SINGER, 2002, p. 114).

Se, economia solidária é uma alternativa que na prática visa transformar a vida das pessoas, como a Ecosol tem proporcionado a transformação das desigualdades de gênero, considerando que *igualdade* é um dos pilares dessa outra economia? Segundo Guérin (2005), facilitar o acesso das mulheres a atividades geradoras de renda não basta para garantir uma igualdade real. Esta enfrenta alguns obstáculos, os quais serão apresentados na seção seguinte, ao estabelecer diálogos entre as questões de gênero no contexto na economia solidária, sob o enfoque epistemológico da economia feminista.

2.4 Gênero sob o enfoque da Economia Feminista

A cooperativa onde foi realizada a pesquisa possui atualmente vinte e oito associada/os e é composta majoritariamente por mulheres, as quais totalizam 22. Essa distribuição por gênero observada nesta associação está em sintonia com o cenário nacional de mulheres catadoras. Pesquisa divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sinaliza que 39% do conjunto de catadoras/es de materiais recicláveis é composto por mulheres (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2013).

No entanto, o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) contesta os dados desse instituto federal, e esclarece que as mulheres somam cerca de 80% dos EES (MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, 2015). Tendo em vista a expressiva presença das mulheres enquanto catadoras/es de materiais recicláveis, a Equipe de Articulação Estadual dos Comitês Regionais de São Paulo, em parceria com diversas lideranças catadoras, apontou para a necessidade de organização de espaços políticos capazes de estimular os debates e as ações dedicadas ao protagonismo e fortalecimento das mulheres catadoras.

Portanto, no centro dos debates públicos sobre a temática em tela há a indicação de que as mulheres e a questão de gênero sejam consideradas como tema essencial para a Economia Solidária (ES), dada a significativa presença e participação das mulheres nos EES.

Especificamente no Estado de São Paulo é possível destacar a criação da Secretaria de Mulheres Catadoras do Estado de São Paulo (SEMUC-SP), que, além de ter sido criada em meio ao movimento de catadoras, apresenta como temática principal dos seus debates o trabalho desenvolvido pelas mulheres dos empreendimentos solidários, o que reforça o interesse crescente de segmentos sociais no estudo e compreensão da equidade de gênero nessa modalidade de empreendimento de economia solidária. A cooperativa onde foi realizada a recolha de dados está sintonizada com as preocupações e debates sobre as mulheres e gênero, pois é um dos empreendimentos que integra a SEMUC-SP, que em 2014 adotou o lema “Lugar de mulher é onde ela quiser”.

Tal lema intitula o trabalho ora apresentado: “Lugar de mulher é mesmo onde ela quiser?”. Sobre a temática em curso, a autora Guérin (2005, p. 15), sumidade na temática de gênero no âmbito da economia solidária, enfatiza que: “É urgente analisar o lugar e o papel das mulheres nesse movimento que está em pleno desenvolvimento, as oportunidades e as perspectivas assim oferecidas, mas também os possíveis perigos e obstáculos”.

As autoras Hillenkamp, Guérin e Verschuur (2016, p. 2) ressaltam que ainda há poucos estudos que trabalham as questões de gênero e sua relação com as teorias feministas nas pesquisas em economia solidária; na melhor das hipóteses, há uma visão simplista de que “[...] a economia solidária funciona necessariamente a favor das mulheres”.

Então, precavidas/os pelas autoras, e considerando que o lugar da mulher na economia é reservado à esfera reprodutiva, esfera essa que foi excluída das análises do sistema de capital (SPECHT, 2009), consideramos que questionar esse lugar reservado às mulheres no contexto da economia solidária implica em inserir no diálogo a economia feminista (EF).

A economia feminista se estrutura entre os anos 1980 com a publicação de uma série de livros e artigos, a partir da insatisfação de economistas feministas em relação aos pressupostos metodológicos, epistemológicos e ontológicos da economia liberal contemporânea. Carrasco (2006) apresenta cinco desafios paradigmáticos da economia feminista, relacionados às normas da economia hegemônica. Em primeiro lugar, a economia hegemônica está estruturada a partir do pensamento neoclássico; então, quando as problemáticas envolvidas das questões de gênero são analisadas sob esse paradigma, a maneira de focá-las não oferece possibilidade de transformação social, pelo contrário, incorre-se no risco de justificar as desigualdades em função do sexo.

Em segundo lugar a economia é a disciplina, dentre as sociais, que mantém o privilégio de continuar sob dominação masculina, considerando que é a disciplina que goza de maior poder social. Em terceiro, a estudiosa aborda a definição de economia, que considera apenas a economia de mercado, como sendo esta uma visão excludente e estreita. Em quarto lugar, a autora busca refletir a partir da terminologia de economia que deriva da palavra grega “oikonomia”, que significa “boa gestão da casa”; porém, mesmo as economias distintas da neoclássica e que se propõem a abordar as relações sociais, ultrapassam os limites da análise meramente mercantil.

O quinto e último desafio abordado diz respeito à simplificação e estereotipia, por parte da economia liberal contemporânea, no que diz respeito à mulher, às relações sociais e às motivações econômicas. As mulheres são tratadas como mães e esposas, trabalhadoras menos produtivas por conta da capacidade reprodutiva, irracionais e dependentes economicamente dos pais ou esposos, julgamentos realizados a partir de atributos que correspondem às qualidades do *homo economicus*. A EF questiona o caráter androcêntrico da economia que exclui e omite as atividades não remuneradas ou sem valor mercantil, que historicamente estão sob o encargo das mulheres. Então, essas representações da economia liberal contemporânea excluem da análise a realidade das mulheres, impedindo que a economia dominante responda às preocupações apresentadas pela economia feminista.

Para Carrasco (2006), o primórdio desses questionamentos remonta ao final do século XVIII, com Priscilla Wakefield, que questionou a economia liberal contemporânea e mais precisamente a Adam Smith por excluir de suas análises o trabalho das mulheres, tanto mercantil, quanto doméstico. Já nos anos sessenta, século XX, o estudo da produção doméstica começou a ser trabalhado a partir do que se denominou “Nova Economia da Família”, ou “Nova Economia da Casa”, cujo maior representante foi Gary Becker, porém calcado sob o enfoque da economia liberal contemporânea, aceitando acriticamente e tomando como dada a divisão sexual do trabalho. A seguir, os chamados “debate[s] sobre o trabalho doméstico” iniciaram-se nos anos sessenta e se estenderam aos setenta, e, segundo a autora, definiram trabalho doméstico de uma forma muito limitada, não contemplando a análise de gênero presente na produção doméstica.

Portanto, com tais antecedentes teórico-analíticos, é possível afirmar que a Economia Feminista se constituiu enquanto corpo teórico na década de 1990 com a proposta de localizar a sustentabilidade da vida como elemento central na definição de economia e em todas as esferas. Esse processo se consolidou com a criação em 1992 da *International Association For Feminist Economics* (IAFFE), nos EUA, espaço para debates entre economistas feministas e a

posterior publicação, em 1995, da revista “*Feminist Economics*”. As economistas feministas apresentaram distintas trajetórias tanto na economia bem como na abordagem ao feminismo, mas adotaram como consenso os conceitos de “gênero” e de “patriarcado” como categorias analíticas para a Economia Feminista (CARRASCO, 2006).

Segundo Carrasco (2006), ao colocar em diálogo a questão das mulheres e mercado de trabalho, afirma-se que há duas linhas de pensamento: uma primeira que se denomina *economia e gênero*, que enfatiza a conquista de direitos e a igualdade entre os sexos sem questionar o modelo dominante, e a segunda, a *economia feminista*, que tem como questão central agregar a esfera reprodutiva como essencial para existência humana, ou seja, colocando as potencialidades historicamente construídas como pertencentes às mulheres, reprodução, como centralidade da economia.

Segundo Specht (2009, p. 9), podem-se traçar convergências entre a economia feminista e a economia solidária, pois ambas propõem a superação da economia capitalista: “O sentido político que une estes dois movimentos é a luta anticapitalista que contempla a autonomia econômica, social e o empoderamento”. Ainda, segundo Guérin, (2005, p. 9): “[...] ambas nascem do pensamento crítico intelectual acerca das construções históricas das ciências econômicas, recolocando os limites de suas teorias e seus resultados que aprofundam as desigualdades de classe, gênero, raça entre outras”.

Entretanto, apesar da aproximação na luta contra o capitalismo, presente nas economias solidária e feminista, a EF propõe a agregação de alguns elementos à ES, para a construção, de fato, de outra economia. O primeiro deles é assumir uma agenda feminista que trabalhe no sentido de romper com a separação entre produção e reprodução, que é a base de sustentação da divisão sexual do trabalho, ao apresentar como característica o âmbito público, ou esfera produtiva, como prioritariamente de domínio dos homens, e a esfera reprodutiva, ou âmbito privado/doméstico, de domínio das mulheres. Como abordado no subitem intitulado “Mulheres e divisão sexual do trabalho: conquistas e complexidade”, a divisão sexual do trabalho enquanto prática se apropria das diferenças dos sexos, diferenças analisadas a partir da ideologia naturalista, para legitimar os princípios de segmentação ou separação das funções a serem executadas por homens e mulheres, se apropria também do princípio da hierarquização, cujas atividades de maior notabilidade são executadas pelo sexo masculino, sobrevalorizando, assim, o trabalho masculino em relação àqueles exercidos pelas mulheres.

Na busca da valorização das atividades reprodutivas é preciso elencar dois aspectos. O primeiro, existente no modelo tradicional de família, que, segundo Hirata e Kergoat (2007), contribui para o princípio da segmentação na divisão sexual do trabalho – onde o papel do

cuidado doméstico e da família é assumido pelas mulheres e o lugar de provedor reservado aos homens –, encontra-se em declínio na sociedade atual, na qual “[...] cada vez mais as mulheres assumem o estatuto de ‘chefe da família’”(GUÉRIN, 2005, p. 11). Então, o *homo economicus* cunhado no paradigma neoclássico, que tem na figura masculina o modelo produtivo, provedor e a mulher como unicamente reprodutiva, mãe e esposa, dependente financeiramente do pai e marido, é questionável frente ao panorama social e econômico atual.

O segundo aspecto diz respeito à compreensão conceitual e à prática dessa busca pela “valorização das atividades reprodutivas”, que diferem da visão naturalista das atividades executadas pelas mulheres enquanto “virtude natural feminina” ou “dom”, como elucida Specht (2009, p. 10): “Valorizar o cuidado é pensá-lo de uma forma política, e não como uma virtude naturalizada feminina, nem que se resolve no âmbito da família, para tanto é necessária uma responsabilização coletiva e uma divisão igualitária das tarefas”.

Porém, é preciso compreender que a divisão sexual do trabalho enquanto um importante instrumento de análise que estrutura as relações entre as pessoas. A crítica marxista agrega à divisão social do trabalho a problemática da *opressão* como estruturante nas relações sociais e econômicas; entretanto, Carrasco (2006) alerta que também a escola marxista deixa de contemplar a *opressão de gênero*, embora o faça no quesito *classe social*. A economia solidária se propõe a romper com a ideia dos indivíduos *homo economicus* ao desvelar as relações sociais de produção e entender a opressão como um fator estrutural do modo de produção capitalista. Entretanto, as opressões e dicotomias da economia dominante, representadas nas categorias de produção e reprodução, proletariado e exploração, não contemplam a análise de gênero. Porém, há uma negação, por parte do pensamento marxista, a de que não existe exploração no ambiente doméstico, tal como essa escola apresenta a crítica em relação à empresa capitalista. Acerca da tradição marxista, ainda afastada de um questionamento sobre a exploração presente no campo em que participam as questões de gênero, avalia Carrasco (2006, p. 13):

Los "intereses de clase" manejados por los marxistas han estado tradicionalmente definidos como los intereses de los hombres de clase trabajadora suponiendo que el resto de los miembros familiares comparte los mismos intereses que el "hombre jefe de familia" (proveedor monetario) (CARRASCO, 2006, p. 13).

A terceira proposta é a de ampliar a noção de trabalho, incluindo o trabalho não remunerado (realizado tanto no âmbito doméstico quanto para o mercado), e o trabalho

voluntário. Compreender o trabalho doméstico como um fator essencial para a formação e manutenção da força de trabalho é central para assimilar a correlação da economia monetária como dependente da não monetária. Nesse sentido em que as economistas feministas propõem a ampliação da noção de trabalho, expandindo a compreensão de trabalho para todas as atividades que dão sustentação à vida. Em consequência, ao ampliar esse conceito para além do trabalho produtivo mercantil, mas abarcando o trabalho não mercantil, essa noção alargada contribui para a igualdade no que diz respeito ao gênero, galgando caminhos para a superação da divisão do trabalho por sexo.

Assim, no contexto da iniciativa de economia solidária, apoiados na explicação dos fenômenos vinculados às questões de gênero, tanto presentes na economia de mercado quanto estudados pelas economistas feministas, vamos perseguir os objetivos propostos apoiados na metodologia da Clínica da Atividade, a partir do dispositivo da autoconfrontação, explicitado no capítulo seguinte.

3 DELINEAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

Este capítulo será subdividido em dois tópicos, em um primeiro momento é realizada uma apresentação do aporte teórico-metodológico da Clínica da Atividade; a seguir, o dispositivo de pesquisa da autoconfrontação.

3.1 Clínica da Atividade e autoconfrontação simples: abordagem teórico-metodológica da pesquisa

A opção pela realização de uma pesquisa qualitativa ocorreu em função de, nesta modalidade de investigação, os dados coletados serem, marcadamente, mais descritivos, e voltados para a identificação e compreensão de redes discursivas e percepção das pessoas voluntárias da pesquisa. A preferência pela perspectiva qualitativa tem sintonia com os nossos objetivos, que preveem a identificação e análise das concepções e sentidos imputados à categoria gênero por trabalhadoras/es que desenvolvem as suas atividades ocupacionais no campo da economia solidária.

Clot (2010a, 2010b) considera que a realização de uma pesquisa deve ser feita por intermédio da aplicação de ferramentas ou instrumentos de recolha de dados que favoreçam, simultaneamente, a reflexividade por parte da/o trabalhadora/or, voluntária/o de um estudo, e a produção de saberes acerca de um ofício, pelo/a pesquisador/a em parceria com as pessoas voluntárias da pesquisa.

A aproximação do fenômeno que pretendemos examinar foi feita por meio da realização de um estudo de caso de tipo instrumental, o qual, conforme Stake (1995 apud PEREZ; OLIVEIRA, 2015), é aquele em que o interesse do/a pesquisador/a é a examinação de um tema amplo, que a investigação de um caso ajudará a elucidar. Nesta pesquisa, o que pretendíamos é justamente conhecer os conceitos e sentidos conferidos às categorizações de gênero e compreender o modo como estes afetam a vivência laboral de catadoras/es de materiais recicláveis.

No que diz respeito aos aportes teórico-metodológicos para a recolha, sistematização e análise dos dados, foram adotadas as referências da Clínica da Atividade, que se insere no campo das Ciências do Trabalho, notadamente pertencente ao domínio da Psicologia Social do Trabalho e possui como referência epistemológica central a Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski, segundo a qual o desenvolvimento psicossocial humano ocorre por meio do

contato de cada sujeito com outras pessoas e grupos, e do estabelecimento de processos colaborativos na mediação da transmissão dos saberes socialmente construídos.

O pesquisador russo Vigotski (1926/2004) argumentava que a aprendizagem somente é efetiva quando se observa a apropriação dos saberes e a sua transformação em real desenvolvimento pelo sujeito. Para Vigotski o pensamento e a linguagem estão conectados, sendo a linguagem uma importante ferramenta social, que proporciona a mediação do sujeito com a cultura em que está inserido. Através da interação com os outros há uma negociação de sentidos, que, no processo individual de internalização, permite o desenvolvimento do sujeito.

[...] o pensamento verbal não é uma forma natural e inata de comportamento, mas uma forma histórico-social, e por isso se distingue basicamente por uma série de propriedades e leis específicas, que não podem ser descobertas nas formas naturais do pensamento e da linguagem (VIGOTSKY, 2000, p. 45).

Apesar de interligados, o pensamento não se resume na palavra, mas se realiza nela.

A palavra desprovida de significado não é palavra, é um som vazio. Logo, o significado é um traço constitutivo indispensável da palavra. É a própria palavra vista no seu aspecto interior. Deste modo, parece que temos todo o fundamento para considerá-la como um fenômeno de discurso. Mas, como nos convencemos reiteradas vezes, ao longo de toda nossa investigação, do ponto de vista psicológico o significado da palavra não é senão uma generalização ou conceito. Generalização e significado da palavra são sinônimos. Toda generalização, toda formação de conceitos é o ato mais específico, mais autêntico e mais indiscutível de pensamento. Conseqüentemente, estamos autorizados a considerar o significado da palavra como um fenômeno de pensamento (VIGOTSKY, 2000, p. 398).

A questão de “sentido” é introduzido no debate acerca de significado, para reiterar as particularidades da linguagem interna, ou do indivíduo para consigo. A produção de sentido acontece nas relações sociais através da historicidade do mundo psicológico em dialética com a experiência atual “[...] o sentido é sempre uma formação dinâmica, fluida, complexa, que tem várias zonas de estabilidade variada” (VYGOTSKY, 1934/2000, p.465). O significado, por sua vez, é “[...] apenas uma dessas zonas do sentido que a palavra adquire no contexto de algum discurso e, ademais, uma zona mais estável, uniforme e exata” (VYGOTSKY, 1934/2000, p.465).

Para entender o discurso do outro, nunca é necessário entender apenas umas palavras; precisamos entender o seu pensamento. Mas é incompleta a

compreensão do pensamento do interlocutor sem a compreensão do motivo que o levou a emití-lo. De igual maneira, na análise psicológica de qualquer enunciado só chegamos ao fim quando descobrimos esse plano interior último e mais encoberto do pensamento verbal: a sua motivação (VIGOTSKI, 2000, p. 481).

Para a psicologia social, a questão central para desenvolvimento do psiquismo humano é o pensamento e a linguagem (VIGOTSKY, 2000). Por sua vez, a dialogia proporcionada pelo dispositivo da autoconfrontação, baseia-se na compreensão do funcionamento psíquico apresentado por Vigotski, e se estrutura em dois pressupostos. Um primeiro, implica na análise sobre a atividade concreta a ser modificada, tendo em consideração a compreensão de Vigotski de que o comportamento é limitante as possibilidades do Homem, pois este “ [...] está repleto de possibilidades não realizadas” (CLOT, 2010b, p.66).

Um segundo pressuposto considera que o funcionamento psíquico, ou conflituosidade interna do sujeito, é oportunizado através da conflituosidade social (CLOT, 2010a, p. 227). Para Vigotski as possibilidades do sujeito agir no mundo e, dialeticamente, ser transformado por ele, são proporcionadas pelas relações com os demais através da linguagem. Então, a clínica da atividade, através do dispositivo da autoconfrontação que estimula a dialogia, “[...] procura conservar ou restaurar a vitalidade dialógica do social graças à análise do trabalho ao experimentar a função psicológica do coletivo de trabalho” (CLOT, 2010a, p. 227).

De acordo com Clot (2006, 2010b), a perspectiva desenvolvimentista vigotskiana orienta a Clínica da Atividade na compreensão do trabalho, definindo este como uma experiência

[...] que permite ao homem metamorfosear o ambiente em que está inserido e, conjuntamente, desenvolver a si mesmo, em função do estímulo que oferece à articulação entre a ação individual e a atividade coletiva, o que faz emergir e consolidar as capacidades de indivíduos e grupos. (PEREZ; MESSIAS, 2015, p. 247).

Perez e Messias (2015, p. 249) apontam que a Clínica da Atividade parte de um conceito amplo de trabalho, além de poder se “[...] constituir de dimensões capazes de conduzir à paralisia da ação, ao sofrimento e ao adoecimento do trabalhador”. Ainda segundo Perez e Messias (2013b, 2015), o psicólogo Clot e suas/seus colaboradoras/es compreendem que as/os estudiosas/os da área do trabalho devem acurar estratégias metodológicas voltadas para a investigação e compreensão das atividades de trabalho que permitam à pessoa ou grupo de pessoas voluntárias experimentar a possibilidade de produção de saberes sobre o seu próprio

ofício, os quais, hipoteticamente, poderão ensinar a produção de movimentos de transformação das atividades ocupacionais conduzidas pelo grupo de voluntariada/o(s), a partir dos conhecimentos elaborados no trabalho investigativo realizado em parceria com um/a pesquisador/a.

É neste cenário teórico que foi desenvolvido o dispositivo metodológico de recolha e análise de dados adotado nesta pesquisa, nomeado autoconfrontação. Na Clínica da Atividade o estudo do trabalho com uso da autoconfrontação pretende estimular a dialogia e a atividade linguageira acerca de um tema relevante para o mundo do trabalho e para um grupo de trabalhadoras/es. No caso desta pesquisa, foi proposto ao grupo de voluntariadas/o que dialogassem sobre a temática de gênero, com ênfase para os sentidos atribuídos às suas categorizações.

A seguir, apresentaremos as fases da autoconfrontação, conforme o que foi proposto por estudiosas/os da clínica da atividade, acompanhadas dos comentários acerca dos modos como aplicamos o dispositivo no processo de recolha de dados nesta investigação.

3.2 O Dispositivo Metodológico: Uma explanação teórica da autoconfrontação simples

A autoconfrontação é constituída por duas fases, identificadas como fase A e fase B. A fase A é composta por dois movimentos, já a fase B é composta por três movimentos (PEREZ, MESSIAS, 2013b). Apresentamos os objetivos de cada etapa de aplicação do dispositivo e, a seguir, uma tabela, com a finalidade de mostrar visualmente essa ferramenta.

Fase A - Aproximação da/o pesquisadora/or em relação ao coletivo de trabalho: A primeira fase da autoconfrontação tem como objetivo ampliar o contato da/o pesquisadora/or com a atividade laboral e as/os trabalhadoras/es com os quais atuará ao longo da pesquisa. Trata-se do aprofundamento do processo de aproximação gradual da estudiosa em relação ao trabalho e ao coletivo de trabalhadoras/es.

Nesta fase são realizados os seguintes movimentos: a) *Movimento 1* – (Documentos prescritivos e contexto sociointeracional de trabalho) - o foco é conhecer o cenário sociointeracional de trabalho, recorrendo à identificação e exame dos documentos prescritivos do trabalho das pessoas voluntárias da pesquisa. Ainda, é realizado o levantamento do histórico de produção desses documentos e quais os usos feitos pelas/os trabalhadoras/es no cotidiano; b) *Movimento 2*: (Aproximação da/o pesquisadora/or do ambiente de trabalho). Nesse movimento a/o pesquisadora/or participa do trabalho de campo observando o cotidiano laboral. Em seguida, realiza a observação do trabalho que cada voluntária/o executa, apontando aspectos relevantes

em um diário de campo. Posteriormente, são realizadas entrevistas semiestruturadas com as pessoas voluntárias da pesquisa, que compõem a comunidade científica ampliada.

Fase B - Estimulação das pessoas voluntárias a analisarem o comportamento a ser modificado no ambiente de trabalho, previamente elencado pelos profissionais. São seguidos os movimentos: a) *Movimento 1*: Registro e gravação da atividade de trabalho. Após as entrevistas e observação, a/o pesquisadora/or faz registros em áudio e vídeo, compilando de duas a quatro sequências idênticas escolhidas previamente por cada voluntária/o. Por sequência idêntica compreende-se que cada voluntária/o da pesquisa será filmada/o repetidas vezes executando o mesmo trabalho, durante aproximadamente 30 minutos cada filmagem. Esse procedimento tem por finalidade a recolha de dados sobre o trabalho real e o real do trabalho. É importante ressaltar que é preciso realizar esse registro em diferentes dias e momentos do trabalho, captando assim as variadas formas como o profissional assume esse trabalho, o que permite o aparecimento da relação com o objetivo da autoconfrontação. A/o pesquisadora/or seleciona partes do trabalho gravado de acordo com os objetivos traçados, possibilitando estabelecer diálogo com as/os participantes da pesquisa. No movimento subsequente é estimulada a dialogia entre as/os trabalhadoras/es a partir da apresentação de recortes da gravação; b) *Movimento 2*: Autoconfrontação simples. Cada voluntária/o da pesquisa assiste à sequência de trabalho compilada em áudio/vídeo. Os dados recolhidos na pesquisa são analisados de modo compartilhado entre pesquisadora/or e as/os participantes que compõem a comunidade científica ampliada, durante os diálogos de autoconfrontação. O que se pretende é provocar a *coanálise* através da exibição dos vídeos e diálogos; também são discutidos e analisados os dados resultantes das etapas de análise documental e de observação-participante.

Na sequência, ocorre uma terceira etapa, em que a/o pesquisadora/or compila, transcreve e analisa os documentos prescritivos, o diário de campo, a entrevista semiestruturada e a coanálise. A compilação de todos esses dados resulta no dispositivo da autoconfrontação simples. Os achados e análises mais relevantes são discutidos à luz da bibliografia científica pertinente ao tema. A seguir, exibimos um quadro para ampliar a visualização do dispositivo. No próximo capítulo, apresentamos um detalhamento do que foi percorrido na recolha de dados desse trabalho em específico.

Quadro 1 - O dispositivo da autoconfrontação simples

O DISPOSITIVO DA AUTOCONFRONTAÇÃO SIMPLES			
ETAPAS	1ª Etapa/ Fase A	2ª Etapa/ Fase B	3ª etapa/ Fase C
DESCRIÇÃO	Aproximação da pesquisadora em relação ao coletivo de trabalho.	Estimular as pessoas voluntárias da pesquisa a analisar a questão do gênero no ambiente de trabalho.	Consiste em compilar/ Transcrever/ analisar todo material coletado.
MOVIMENTO 1	Documentos prescritivos e contexto sociointeracional do trabalho.	Registro e gravação da atividade de trabalho previamente combinados - observação; - construção diário de campo.	- análise documental (documentos prescritivos); - Observação participante (diário de campo, entrevista semiestruturada, coanálise).
MOVIMENTO 2	Aproximação da pesquisadora do ambiente de trabalho -observação; - construção diário de campo; - entrevista semiestruturada	Os vídeos e áudios são editados e apresentados ao grupo de voluntariadas/os. Estimula-se a coanálise do trabalho*	
*Esse segundo movimento da segunda etapa é geralmente identificado como autoconfrontação simples. Entretanto, para elucidar que o dispositivo da autoconfrontação comporta essas várias etapas, preferimos nomeá-lo coanálise do trabalho.			

Fonte: A Autora.

4 RECOLHA DOS DADOS E CONTEXTO INSTITUCIONAL

Nesse tópico explicitamos o panorama institucional, com apresentação do contexto de recolha de dados e os dados obtidos em campo. A autoconfrontação simples foi realizada em um Empreendimento de Economia Solidária (EES), com três voluntárias e um voluntário que foram indicados pela própria associação. É importante indicar que o referido empreendimento de economia solidária apresenta uma estreita relação com a Faculdade de Ciências e Letras de Assis, por ser uma das associações a receber assessoria da Incubadora de Cooperativas Populares da UNESP (INCOP), criada e mantida pela universidade. Durante os anos de 2014 e 2015, ainda durante o período de graduação, a pesquisadora realizou estágios junto aos empreendimentos de economia solidária. Portanto havia proximidade entre a UNESP e o EES e, também, entre a mestrandia e as/os trabalhadoras/es desta cooperativa, o que favoreceu o contato com o grupo voluntariado desta investigação.

4.1 Cenário institucional

Esta investigação foi realizada em uma Cooperativa de Catadoras/es de Materiais Recicláveis, sediada na região do Centro-Oeste Paulista. Esse empreendimento, registrado como associação no ano de 2010, tornou-se cooperativa em dezembro de 2016. Essa cooperativa que principiou com apenas sete participantes, hoje totaliza vinte e oito; destes, apenas seis são homens, contabilizando mais de 78% de mulheres. Esse percentil de catadoras está próximo daquele encontrado no vasto levantamento realizado por Carvalho e Rondini (2015) acerca do número de mulheres trabalhadoras em empreendimentos de economia solidária no Centro-Oeste Paulista, especificamente de 71,9%.

No momento, a cooperativa está em funcionamento em um barracão locado pela prefeitura. Dos bens, adquiridos através de editais, estão inclusos 10 carrinhos de coleta, 2 caminhões, 1 esteira, 3 prensas, 1 empilhadeira, 2 transpallet, 1 fragmentadora.

Atualmente, a cooperativa atua em quatro frentes: na coleta de materiais recicláveis, na triagem, enfardamento e, por fim, na comercialização. Geralmente as/os cooperadas/os se subdividem em frentes de trabalho, cujas funções são, preferencialmente, rotativas. Em todas as funções há encarregadas/os que vão estipular os dias em que cada empreendedora/or atuará em determinada função.

No próximo subitem, apresentamos as pessoas voluntárias que colaboraram na pesquisa.

4.2 Caracterização das pessoas voluntárias da pesquisa

Conforme mencionado anteriormente, nesta pesquisa contamos com a participação de 3 voluntárias e 1 voluntário. Inicialmente pretendia-se trabalhar com dois homens e duas mulheres, entretanto, somente um homem se voluntariou. Ainda assim foi mantida a presença do homem voluntário para assegurar a perspectiva masculina sobre a temática.

No tocante ao perfil das/o participantes do estudo, identificamos: uma mulher de 31 anos, trabalha na cooperativa há um ano. Sobre a escolaridade, A. tem ensino fundamental completo, já trabalhou como diarista e em forno industrial. Das funções exercidas no EES, a voluntária listou: coleta, esteira, prensa, caminhão – carga e descarga.

Outra voluntária é J, de 23 anos, que trabalha no empreendimento há cinco anos. Sobre a escolaridade, J. tem ensino médio completo e curso técnico em administração. J. não trabalhou profissionalmente em outros lugares, e das funções exercidas nessa instituição elencou: coleta residencial, coleta de caminhão pegando carrinhos e *bags*, carga e descarga de matérias dos caminhões.

O único voluntário homem da pesquisa é R., de 30 anos. R. esteve no início da associação, no ano de 2010, quando trabalhou por dois anos e meio, e atualmente está associado há um ano. Tem ensino médio completo, cursos técnicos de: operador empilhadeira, eletricista, técnico internet (em andamento), bacharel em teologia bíblica. R. já trabalhou como servente de pedreiro e, das funções executadas no empreendimento, elencou: preenseiro, operador de empilhadeira, conselheiro administrativo, coleta de caminhão - que consiste em coletar os *bags* já empilhados na rua.

Por fim, a última voluntária é L, de 32 anos. Trabalha há dois anos na instituição, tem ensino médio completo e já trabalhou nas atividades de babá, doméstica, garçoneiro e colheita de laranja (roça). Das funções exercidas no empreendimento de economia solidária, L. atua na coleta nas ruas, é organizadora de barracão, membra suplente do conselho fiscal, trabalha na prensa, esteira e carga de materiais.

A seguir ilustramos uma tabela com o perfil das pessoas voluntárias que contribuíram na pesquisa, e, posteriormente, um relato acerca da aproximação da pesquisadora com as/o cooperadas/o.

Quadro 2 - Perfil das pessoas voluntárias da pesquisa na coleta de dados

PERFIL DAS PESSOAS VOLUNTÁRIAS DA PESQUISA NA COLETA DE DADOS				
VOLUNTÁRIA/O -	A.	J.	R.	L.
IDADE	31 anos	23 anos	30 anos	32 anos
ESCOLARIDADE	Ensino Fundamental	Ensino médio/ técnico em administração	Ensino médio completo; cursos técnicos: operador empilhadeira, eletricista, técnico internet (em andamento); bacharel teologia bíblica	Ensino médio completo
GÊNERO	Mulher	Mulher	Homem	Mulher
TEMPO DE TRABALHO NA COOPERATIVA	1 ano	5 anos	2,5 anos – no começo da criação da associação e atualmente por 1 ano	2 anos
TRABALHOS ANTERIORES	Forno industrial e diarista	Não obteve	Ajudante de pedreiro	Babá, doméstica, garçomete e colheita de laranja (roça)
FUNÇÕES EXERCIDAS NA COOPERATIVA*	1- 2 - 3 - 4	1-5 - 6	3 - 7 - 8 - 9	1-2-3-4-10-11
*As funções foram enumeradas para melhor visualização de quais são exercidas pelas respectivas pessoas voluntárias da pesquisa 1-Coleta de material com carrinho/<i>bag</i>; 2-Triagem mesa (papel)/esteira (outros materiais); 3-Prensa; 4-Carga e descarga dentro do EES (de material coletado em empresas/rua); 5-Carga e descarga (de carrinhos nas ruas); 6-Carga e descarga (para vendas); 7-Carga e descarga (de <i>bags</i> empilhados na rua); 8-Operador de empilhadeira; 9- Conselho administrativo; 10-Organizador/a de barracão; 11-Suplente do conselho fiscal da cooperativa.				

Fonte: a Autora.

4.3 Processo de aplicação do dispositivo: aproximação das/o trabalhadoras/or

A pesquisa teve como foco de análise os sentidos atribuídos à categorização de gênero por quatro pessoas voluntárias da pesquisa. O critério para ser selecionado era o interesse em contribuir para ampliar os saberes sobre os sentidos atribuídos às categorizações de gênero no contexto da Economia Solidária e disponibilidade no cotidiano de trabalho.

A proposta de investigação foi apresentada aos integrantes da cooperativa por intermédio de uma exposição sobre a pesquisa às/aos possíveis voluntárias/os, que foi realizada em um dia, durante o horário de trabalho tradicional, especificamente numa reunião com o coletivo de trabalhadoras/es. Nessa reunião, a pesquisadora realizou a descrição e detalhamento do projeto a ser realizado, enfatizando que a participação na atividade investigação, por parte das/os trabalhadoras/es, seria voluntária e se daria por meio de entrevistas individuais e/ou coletivas, que seriam gravadas e filmadas. A pesquisadora também comunicou que faria registros de áudio e imagem em dias comuns de trabalho. Todos os dados coletados seriam guardados em HD externo na UNESP pelo período de 5 anos, sob responsabilidade do professor orientador em acordo com a mestrandia.

Os riscos decorrentes da participação na pesquisa seriam de algum possível desconforto, nesse caso a/o voluntária/o ficaria assegurada/o do direito de encerrar sua participação na pesquisa sem que isso acarretasse qualquer dano ou prejuízo a sua pessoa. Ainda, em caso de desconforto posterior decorrente da participação na pesquisa, a pesquisadora ofereceria orientação e acompanhamento para atendimento psicológico na rede de serviço público municipal de saúde ou custearia o atendimento na rede privada. Todos os dados seriam sigilosos, e em caso de divulgação da pesquisa os nomes e demais dados das pessoas voluntárias da pesquisa seriam omitidos. Finalizada a explanação, a pesquisadora apresentou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi assinado pelo grupo que se voluntariou.

Para proceder esta investigação, as/os voluntárias/os da pesquisa foram filmadas/os durante a execução das atividades, nas diferentes funções que executam na cooperativa. A escolha das atividades⁵ registradas em vídeo e áudio foi feita por meio do diálogo com as três

⁵ Nesta pesquisa, nos dedicamos apenas às atividades operacionais e não outras, tais como conselhos, diretoria, etc. Nosso recorte foi o trabalho manual e não administrativo, não sendo exatamente uma escolha prévia da pesquisadora, mas uma escolha das pessoas voluntárias da pesquisa ao apontarem, durante a entrevista inicial, quais atividades executavam na cooperativa e quais gostariam de serem filmadas para posterior análise.

voluntárias e o voluntário, que compuseram, juntamente com a pesquisadora, a comunidade científica ampliada, coletivo de pessoas responsáveis pelas decisões e análise no que diz respeito à pesquisa.

A organização das etapas de coleta e análise de dados inicialmente consistiu em preparar os instrumentos de pesquisa, planejar e elaborar o roteiro para as observações em campo e entrevistas. Essa fase do trabalho implicou duas etapas.

A primeira etapa consistiu na aproximação da pesquisadora em relação ao coletivo de trabalho. A primeira fase da autoconfrontação teve como objetivo ampliar o contato da pesquisadora com a atividade laboral e as/os trabalhadoras/es com os quais atuou ao longo da pesquisa. Tratou-se do aprofundamento do processo de aproximação gradual da estudiosa em relação ao trabalho e ao coletivo profissional, já iniciado em consequência das atividades que a pesquisadora tem realizado desde 2014 nesse mesmo empreendimento; no momento em questão isto foi feito com foco na realização desta pesquisa. Nesta etapa foram realizados dois movimentos.

O primeiro movimento diz respeito à compilação e análise dos documentos prescritivos e do contexto sociointeracional de trabalho, cujo foco foi conhecer o cenário sociointeracional de trabalho das/o cooperadas/o, recorrendo à identificação e exame dos documentos prescritivos do trabalho das pessoas voluntárias da pesquisa. Ainda, foi realizado o levantamento do histórico de produção desses documentos e quais os usos feitos pelas/os trabalhadoras/es no cotidiano. Foram identificados e examinados os documentos produzidos pelo governo federal regulamentando a economia solidária: a lei do cooperativismo que rege esse movimento em nível nacional; as diretrizes estaduais produzidas pela Secretaria de Mulheres Catadoras do Estado de São Paulo (SEMUC); e, mais especificamente, o estatuto e regimento interno da instituição.

O segundo movimento diz respeito à aproximação da pesquisadora do ambiente de trabalho. Nesse movimento a pesquisadora participou do trabalho de campo observando o cotidiano da cooperativa, também se empenhou em exercer a atividade de separar materiais, mais especificamente na mesa de papéis. Em seguida, a estudiosa fez a observação do trabalho que cada voluntária/o realiza, apontando aspectos relevantes em um diário de campo. Posteriormente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas (apêndice A) com as quatro pessoas voluntárias que compõem a comunidade científica ampliada, para assinalar momentos as relações gênero ficam mais evidente no cotidiano de trabalho e combinar quais atividades e em quais dias seriam realizadas as filmagens de cada uma das quatro pessoas voluntariadas.

A seguir, iniciamos a segunda etapa, que consistiu em estimular as pessoas voluntárias da pesquisa a analisar a questão do gênero no ambiente de trabalho. Foram seguidos dois movimentos.

O primeiro movimento consistiu em registrar e gravar a atividade de trabalho, conforme fora previamente combinado. Após as entrevistas e a fase de observação, a pesquisadora registrou algumas cenas em áudio e vídeo, compilando de duas a quatro sequências idênticas escolhidas previamente por cada dupla. Esse procedimento diz respeito à recolha de dados sobre o trabalho real e o real do trabalho. É importante ressaltar que é preciso fazer esse registro em diferentes dias e momentos do trabalho, captando assim as variadas formas como a/o(s) trabalhadora/or(s) assume(m) esse trabalho e como aparece a relação com o gênero. No movimento subsequente foi estimulada a dialogia entre as/os trabalhadoras/es a partir da apresentação de recortes da gravação.

O segundo movimento foi o da autoconfrontação simples, momento em que a pesquisadora selecionou partes do trabalho gravado em vídeo e áudio e cada voluntária/o assistiu à sequência de trabalho. Os dados recolhidos na pesquisa foram analisados de modo compartilhado entre a pesquisadora e os participantes que compuseram a comunidade científica ampliada, durante os diálogos de autoconfrontação. O que se pretendeu foi provocar a coanálise através da exibição dos vídeos e diálogos; também foram discutidos e analisados os dados resultantes das etapas de análise documental e de observação-participante. A autoconfrontação simples, detalhada acima, serviu para provocar o diálogo, a fim de levantar como as/o trabalhadoras/or conceituam e como percebem as categorizações de gênero no ambiente laboral, entendendo se tais percepções afetam e como poderiam interferir na rotina de trabalho.

A terceira etapa da recolha dos dados consistiu em compilar, transcrever e analisar os documentos prescritivos e os documentos referentes à pesquisa a campo. A fase de coleta ocorreu durante aproximadamente dois meses – entre Fevereiro e Março 2017. Ao longo desse período, a pesquisadora frequentou o empreendimento diariamente, de segunda-feira a sexta-feira. Os horários eram definidos pelas pessoas voluntárias da pesquisa e correspondiam ao período do dia em que cada cooperativa/o executava as funções escolhidas para captura de imagem e som.

Na próxima seção trazemos um detalhamento das observações do campo, com base nas anotações em diário de campo, tendo como fundo a questão de pesquisa, ou seja, as relações de gênero.

4.4 Detalhamento do cotidiano de aplicação do dispositivo e recolha de dados

O processo de coleta dos dados foi iniciado por intermédio da observação do cotidiano de trabalho do coletivo de voluntariadas/o de pesquisa. A observação teve duração de 15 dias, foram feitas anotações em um diário de campo, as quais subsidiaram o relato ora apresentado.

As/os cooperadas/os costumavam iniciar a jornada de trabalho por volta das sete horas na cooperativa, algumas/alguns se deslocavam de bicicleta, ou de moto própria, mas a maioria com o ônibus da própria cooperativa, cujo motorista é encarregado de buscá-las/los e deixá-las/los ao final do dia nos pontos previamente estipulados, tendo como referência a distância das residências.

Ao chegar ao barracão de trabalho, as/os trabalhadoras/es se dividiram em grupos, alguns ficaram no barracão, outros saíram para a coleta. Na coleta industrial, foi utilizado o caminhão disponibilizado pela prefeitura, dirigido por motorista também cedido pelo município; passaram nas indústrias da cidade, que ofereciam materiais descartados tais como latas, fitas de amarrar, plásticos, papelão, vasilhames, etc. As/os cooperadas/os foram na carroceria/ bagageiro do caminhão, fizeram carregamento e descarregamento do material ao chegar ao barracão. Vale destacar que, apesar de nas entrevistas enfatizarem que mulheres também fazem esse processo de coleta nas indústrias, em todos os dias de coleta a campo observou-se que as coletas foram executadas exclusivamente por homens. Ao descarregar, praticamente todas/os que estão no barracão, com exceção das/os preneiras/os, pararam o serviço que estavam executando, priorizando o descarregamento. Os homens que foram carregar o caminhão permaneceram no bagageiro arremessando a carga, e aquelas/es que estavam no barracão, composto majoritariamente por mulheres, arrastavam as cargas e as organizavam no ambiente.

A coleta residencial foi composta tão somente por mulheres, que foram levadas de ônibus para os bairros onde realizavam a coleta, cuja condução foi essencialmente guiada por homem. A depender da dimensão correspondente à área de coleta, elas se dividiam em duplas, ou no máximo trios. Elas seguiam nas ruas se fazendo ouvir ao gritarem pela coleta; enquanto uma se encarregava de guiar o carrinho, a outra agilizava a busca do material nas casas. Essa divisão foi realizada a partir da agilidade em manusear o carrinho, que é composto por duas rodas, e precisa ser suspenso para ser conduzido; o que envolve, além de força para suportar o peso, destreza para guiá-lo e atenção com a segurança no trânsito, competindo espaço com os carros em ruas e ruelas por vezes estreitas. As duplas/trios passavam todo o

período da manhã fazendo coleta com *bags*, seja na temperatura e clima que estivesse: frio, calor, chuva; para tanto, munem-se de chapéus, bonés, capas e abrigos para garantir o serviço, afinal todo o trabalho posterior tem como base o material de coleta. No fim desse período, elas se encontravam nos pontos e voltavam novamente de ônibus para o almoço.

Importante ressaltar que a coleta residencial contava com outra equipe que funcionava como apoio. Essa equipe saía pela manhã distribuindo os carrinhos nos pontos e retornava ao fim da coleta para recolher os carrinhos e o material coletado. Os materiais eram compilados em grandes sacos plásticos, conhecidos como *bags*. No trabalho de observação constatamos que essa equipe-apoio era majoritariamente masculina, com exceção de alguns dias em que os homens estavam escalados para prensa ou coleta industrial. Entretanto, também ali a direção do caminhão era exclusividade dos homens.

O almoço tinha duração de uma hora e trinta minutos. Praticamente nos primeiros trinta minutos almoçavam, nos sessenta restantes dormiam, conversavam, riam e interagiam sobre o dia de trabalho, a casa, os filhos. Nesse momento, tornou-se perceptível a divisão de grupos, mais precisamente em quatro, sendo um deles composto pelos homens, cuja única mulher presente era a esposa de um deles. Já no pós-almoço, a divisão em barracão e rua continuava. Alguns que já tinham ido à coleta retomavam em outros bairros; outros trocavam de função e nesse momento permaneciam no barracão. Vale frisar que a equipe que ficava no barracão pela manhã, se encarregava de organizar os *bags*, empilhá-los para dar passagem, varrer, etc., trabalho cuja organizadora de barracão estipulava quem se encarregaria de cada função. Na pesquisa de observação, percebemos que, ainda que houvessem homens ociosos, nesse momento da organização, eram as mulheres que realizavam esse trabalho de varrer o barracão, puxar, arrastar e empilhar *bags*.

No que se refere à rotina de trabalho em galpões de reciclagem, é importante esclarecer que o material coletado - tanto nas indústrias quanto nas residências - segue uma ordem para posteriormente ser selecionado e prensado para comercialização. Como o material industrial já chega compilado em quantidades grandes, em geral não passa por uma seleção minuciosa, apenas se junta aos outros *bags* desse mesmo material. Já os materiais recolhidos nas casas passam por um processo minucioso de triagem, na mesa de esteira.

A cooperativa tem uma única mesa de esteira, que apresenta um sistema de rolagem, cuja rapidez é manipulável pela equipe. Ali, o processo inicia-se na comporta, que consiste numa espécie de boca em que uma dupla vai despeja *bags* de materiais que saem misturados na mesa. Em torno de quatro a seis cooperadas se posicionavam de cada lado da mesa, depositavam os materiais em outros *bags* posicionados atrás do grupo de mulheres, estipulado

pelo tipo de material: vidro, lata, plástico (“cristal”, “canelinha”, “colorido”, “sacolinha” e “preto”), papelão. Esse trabalho exige muita destreza em observar com rapidez o material, estipular o grupo a que pertence e colocá-lo no devido *bag*. Constata-se, pelo diário de campo, que tanto a comporta quanto a esteira foram operadas exclusivamente por mulheres.

Há outra mesa no barracão, sem esteira, e destinada para separar os tipos de papéis (“branquinho”, “branco dois” e “misto”). Os papéis encontrados na mesa de esteira eram compilados e encaminhados à mesa de papéis, para melhor seleção. Essa atividade é consensual entre as/os cooperadas/os ser um dos trabalhos mais fáceis, por se tratar de uma das funções em que menos se suja, pela possibilidade de ficar sentada/o em banqueta e por não ter de usar grande esforço físico (exceto para arrastar os *bags* já cheios para serem prensados). Costuma ser a função destinada às gestantes, ou a algum/a cooperado/a que esteja com relativa diminuição da capacidade física e/ou mobilidade. Considerando que a pesquisadora estava gestante à altura da coleta, pelo cuidado das/os cooperadas/os em relação à segurança e não contar com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) - luvas, máscara, avental -, foi essa a atividade destinada à pesquisadora durante o período de aproximação com o coletivo. Enquanto ação efetiva, a pesquisadora se incumbiu de exercer a atividade que o coletivo concordou ser mais apropriada; entretanto, isso não implicou em deixar de acompanhar todas as outras funções, assim como a apropriação das demais atividades.

As reciclagens prensadas e enfardadas por tipo de material eram alocadas para serem prensadas. Ao todo havia três prensas, que consistem em grandes estruturas de ferro, em formato quadrado, com altura aproximada de um metro e oitenta. Uma portinhola se abre para que seja despejado o material a ser prensado. Em dupla, as/os cooperadas/os arrastavam os *bags* para perto da prensa, despejando seu conteúdo totalmente ou fazendo catação, aos poucos, com as mãos, e despejando-o também no interior da prensa. Quando cheia, a portinhola era fechada e uma alavanca acionada para fazer a pressão no material. Posteriormente, a dupla passava algumas fitas para amarrar e empilhar junto aos outros materiais já prensados, prontos para comercializar. No geral a prensa era destinada aos homens; alguns se identificavam enquanto “prensistas”, pois, ao serem admitidos na cooperativa, foram destinados a essa função. Durante o período de observação, percebemos que, por ser a prensa a atividade que antecede a comercialização, ela passa a ser uma atividade ainda mais valorizada, pois a quantidade de material a ser vendido, e logicamente o ganho mensal, depende diretamente da rapidez e habilidade da/o prensista.

O processo de comercialização pode ocorrer de duas formas: através da comercialização criada para abranger a microrregião, e por consequência empoderar os empreendimentos, ou

através de atravessadores, que comprem o material das cooperativas a um custo menor e posteriormente repassam às indústrias. Durante a observação no campo, a pesquisadora pôde presenciar esses dois momentos. Tanto no carregamento do caminhão da rede, quanto no do atravessador, quem se empenhava nesse processo eram todas/os cooperadas/os presentes no barracão, e quando existia essa demanda, carregar o caminhão passava a ser prioridade, em detrimento das outras atividades. Como em geral os poucos homens estavam guiando o caminhão e o ônibus ou fazendo coleta industrial ou operando a prensa, as mulheres que estavam no barracão se empenhavam nesse processo.

Em um dos dias de filmagem, o material a ser comercializado era de ferro, e apenas um grupo de mulheres erguia a carga em direção aos homens que se posicionavam em cima do caminhão. Dos poucos homens que se encontravam no momento, dois tiveram de ser insistentemente chamados para “ajudar”. Para essa função de carregar e descarregar materiais pesados, tais como o ferro, o empreendimento conta com uma empilhadeira; entretanto, foram levantados dois impedimentos para usá-la. O primeiro dizia respeito ao custo de manutenção, como o gás necessário como combustível; o segundo, à falta de motoristas para a máquina, uma vez que apenas dois dos cooperados têm a capacitação exigida, sendo que nem sempre que se faz necessário, algum deles está presente. Portanto, e enquanto não são resolvidos ambos os empecilhos, o carregamento continua sendo braçal e majoritariamente pelas mulheres presentes como foi o caso em determinado dia de filmagem, mas que, por sua vez, atuou como disparador de elementos significativos para análise e diálogo fecundo com o grupo sobre algumas das questões de gênero ali vivenciadas.

No próximo capítulo, apresentaremos os núcleos de significação e análise.

5 NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE

A realização das autoconfrontações simples (documentos prescritivos, diários de observação, entrevistas, autoconfrontações) com as três voluntárias e o voluntário forneceu materiais para identificar e analisar as concepções e os sentidos conferidos à categoria gênero (ser homem e ser mulher) por essas/e trabalhadoras/or e examinar os modos como as concepções e os sentidos que os profissionais atribuem às categorizações de gênero interferem e afetam no desenvolvimento cotidiano do trabalho na perspectiva das pessoas voluntárias da pesquisa.

As entrevistas e autoconfrontações foram gravadas, filmadas e transcritas na forma literal, viabilizando a análise de dados e discussão dos resultados. A maneira de organizar os dados e analisar os resultados foi inspirada por Mancuso (2018) e baseada na proposta de Aguiar e Ozella (2006), nomeada *Núcleos de Significação*.

Os procedimentos de análise a partir dos núcleos de significação constituem-se das seguintes etapas: 1- Leitura flutuante e organização do material; 2- Indicadores e conteúdos temáticos; 3 - Construção dos núcleos de significação; e 4- Análise dos núcleos de significação.

Na etapa nomeada *leitura flutuante e organização do material*, foi realizada uma familiarização do material a partir das várias leituras “flutuantes” do material transcrito. As palavras que expressavam maior carga emocional, repetição, contradição, importância foram destacadas nessa etapa como alusivas a possíveis pré-indicadores.

No momento a seguir, *indicadores e conteúdos temáticos*, depreendeu-se uma segunda e terceira leitura do material transcrito, permitindo um processo de aglutinação dos pré-indicadores, seja pela similaridade, complementaridade ou ainda contraposição. Assim, resultaram os indicadores passíveis de revelar “a essência dos conteúdos expressos” (MANCUSO, 2018, p. 142).

A etapa *construção dos núcleos de significação* compreendeu a releitura do material considerando o conjunto dos indicadores e um início de processo de articulação, bem como a nomeação dos núcleos de significação a partir da compilação dos assuntos e significação em comum. Assim como os pré-indicadores, a construção dos núcleos de significação segue pela lógica da similaridade, complementariedade ou contraposição.

A fim de uma melhor exposição, subdividiremos este capítulo em cinco subseções, sendo as cinco apresentativas dos núcleos de análise, construídos a partir de frases e/ou

expressões extraídas das falas do grupo de pessoas voluntariadas. Por fim, em *análise dos dados*, e, em consonância com proposta de Hirata e Kergoat (2003) sobre como analisar a condição da mulher comparativamente à do homem, insere-se uma perspectiva relacional, apontando para as divergências e consonâncias do grupo de entrevistadas/o, em função do gênero.

Para a realização das análises, tivemos de nos lançar a campos que abarcavam a discussão de gênero. Ainda assim, o dispositivo da autoconfrontação contribuiu para fazer emergir como as relações de gênero estão presentes no contexto investigado e o modo como elas são condicionadas e condicionantes no referido contexto.

A apresentação e análise dos dados seguem divididas nos núcleos de significações, brevemente explicitados abaixo:

5.1 *“Tem sempre alguém sobrando pra fazer a função do sexo feminino, entendeu?”*

Sobre divisão e desempenho de funções entre homens e mulheres na cooperativa: núcleo que trata das funções exercidas por homens e mulheres e do desempenho em função do sexo;

5.2 *Ele é forte, mas vem dela a força:* esse núcleo apresenta a concepção de força versus a de forte como características relacionadas com o gênero, assim como a contraposição com as funções executadas na cooperativa por homens e mulheres;

5.3 *“Eles não gostam”, “eles não aceitariam;” então elas se humilham?:* *Sobre a organização, limpeza geral e dos banheiros:* trata dos trabalhos considerados produtivos e reprodutivos, executados tanto no âmbito do público quanto no do privado;

5.4 *Direção de caminhão: “vai da mulher” ou “falta oportunidade”?* Discute sobre as problemáticas e obstáculos enfrentados pelas mulheres em ascender em determinadas funções, especialmente, naquelas socialmente consideradas masculinas;

5.5 *“Bom que fica forte e cria resistência”:* *sobre a dupla jornada e sobrecarga de trabalho das mulheres.*

A seguir, a análise dos núcleos.

**5.1 “Tem sempre alguém sobrando pra fazer a função do sexo feminino, entendeu?”:
Sobre divisão e desempenho de funções entre homens e mulheres na cooperativa**

Tal como nas empresas capitalistas nota-se, por meio da observação do empreendimento solidário realizado em campo, uma evidente separação das funções executadas por homens e mulheres também na cooperativa. As falas das/o entrevistadas/o validam tal observação, com o acréscimo de que os homens, ao menos alguns deles, se ocupam da triagem em situação emergencial. E, ainda assim, esse trabalho não deixa de ser considerado essencialmente feminino. Situação que não ocorre com a prensagem, que, embora tida como trabalho masculino, algumas mulheres se ocupam de tal função, habitualmente.

Na entrevista inicial, algumas perguntas permeavam acerca das funções exercidas por homens e mulheres e em relação ao desempenho em função do sexo. Nesse núcleo dividiremos a partir das perguntas apresentadas e de algumas respostas que apresentam os critérios de análise já citados: repetição, ênfase, carga emocional e/ou contradição.

Quando perguntadas/o se existe trabalho para homens e trabalho para mulheres no mundo do trabalho J. considera que: *“Há mais trabalho para homens no mundo, por exemplo, nas usinas; quando uma mulher precisa de trabalho fica muito mais difícil”* (ENTREVISTA J.).

A entrevistada L. enfatiza que às mulheres são atribuídas mais funções, tanto as de trabalhos considerados a priori “de homem” quanto “de mulher”. E as mulheres cumprem com a tarefa, inclusive, aos trabalhos considerados masculinos:

L: [...] Tem hora que tem homem que faz essa parte, que a mulher faz e o homem acaba não fazendo, até faz menos que a mulher aqui dentro. Então é uma das coisas assim, que eu vejo que eu já fiz e tenho facilidade para fazer. Por mais que você, conforme vai aumentando o volume da coleta, que vai lá, fica mais alto, fica mais pesado, eu, por exemplo, sou baixinha. Nossa, ela vai sofrer lá em cima! Não, eu desenvolvo bem. Já aconteceu disso, duas mulheres fazer isso. Tem homem que acaba ficando lá embaixo, que a mulher que faz a parte mais difícil. Mas é isso (ENTREVISTA L.).

Já para a voluntária A., a divisão do trabalho por sexo é algo do passado, que não ocorre no presente: *“Sim, antes tinha preconceito que só homem que faz esse ou aquele serviço. Hoje já não tem isso”* (ENTREVISTA A.).

O único voluntário do sexo masculino, R., afirma que há divisão do trabalho por sexo, apresenta uma fala no sentido de compreender as razões de força física. Também pontua que as mulheres que executam alguns trabalhos considerados masculinos são passíveis de se questionar sobre a sexualidade:

R: Acho que serviço de servente mulher também não corre não. Eu vejo uma ou outra aí na casa, mas que trabalha na própria casa, né. Mas trabalhar, assim, não tem não. A não ser que seja sapatão.

P: Ah é?

R: Esse negócio de sapatão.

P: Homossexual?

R: É, sei lá, deve ser. Eles fazem esse tipo de serviço melhor porque aí é questão de eles provar que são homem, aí é totalmente diferente, do que das mulher (ENTREVISTA R.).

No diálogo acima, R. apresenta declaradamente a confusão, assinalada por Mathieu (2009), entre sexo e gênero, em que gênero e sexo passam a ser correspondentes, cujo sujeito deve moldar suas atividades segundo o sexo, em não havendo, sugestiona-se um desvio da norma:

Na maioria das sociedades, a bipartição do gênero deve estar calcada na bipartição do sexo. Realizada sob forma normal e normatizada na heterossexualidade. O gênero “traduz” o sexo. Deve haver uma adequação entre gênero e sexo, com uma ênfase nesse último (MATHIEU, 2009, p. 224).

Outra pergunta que completa o questionário é se na cooperativa existe função “de homem” ou “de mulher”. J. responde que:

Tem, por exemplo, de peso. Faz carga, mulher e homem fazem. Mas no nosso trabalho mulher faz mais, empurra carrinho. Homem é mais prensa, em cima do caminhão e só vai carregar peso quando chama, senão não carrega (ENTREVISTA J.).

Para L., até nas funções tipicamente masculinas, as mulheres estão se destacando mais que os homens:

L: Ah [...] Eu acho que tá tipo aqui igualado. Né. Porque mulher tá desenvolvendo as mesmas funções do homem e acaba que ela se destaca naquela função que é pra homem. Então eu acho que tem isso (ENTREVISTA L.).

A entrevistada A. discorda de L. e J. sobre haver divisão de funções, ao afirmar que “*Todos fazem tudo*” (ENTREVISTA A.). Já R., condizente com sua fala durante a entrevista, aponta que tanto tem divisão na cooperativa, como deve existir mesmo essa divisão, de acordo com a força física:

R: Ah tem. Por exemplo, eu vou dar um exemplo daqui. Carregar caçamba de papelão. Mulher até é bom, mas é um serviço que seria muito pesado para elas fazerem, entendeu?

Então é um serviço mais para homem. Um serviço que não seria tanto para homem, que não faz muito, que homem faria, mas não é uma coisa que, sei lá, os homens não ia querer muito fazer não, é empurrar carrinho na mão, talvez um ou outro queira, mas, não acha ruim, mas do ponto de vista mesmo do homem, não ia querer.

P: Por quê?

R: Ah, sei lá, parece que é uma coisa meio feminina, né? (ENTREVISTA R.).

Quando questionadas/o se na cooperativa haveria funções mais bem exercidas por homens, A. é monossilábica na negação: “*Não!*” (ENTREVISTA A.). O entrevistado R. responde que o carregamento é mais bem exercido por homens; J., disse que “*Homem destaca mais na prensa ou caminhão*” (ENTREVISTA J.). Já L. relativiza a competência para além do sexo a que a/o trabalhadora/or pertence:

L: Ai, eu vou falar pra você: depende do homem. Depende! Porque tem tipo assim, vou usar o exemplo preneiro. Tem preneiros aqui que se destacam, né. Aí tem uns que já não se destaca tanto e que mulher que vai fazer esse trabalho se destaca mais. Então tipo assim é meio termo, né. Existe ali a divisão (ENTREVISTA L.).

E, se haveria funções na cooperativa mais bem exercidas por mulheres, novamente A. é a única a responder, sem titubear, que não. Já R. responde que “*triar*” é uma função mais bem exercida pelas mulheres e que “*[...] na coleta também acho bom na verdade ter mulher*” (ENTREVISTA R.).

P: Aham, mas e os homens fazem tudo também?

R: Não, não fazem tudo. Se você for olhar no geral as mulher faz mais serviço que os homem (AUTOCONFRONTAÇÃO R.).

J. também aponta a triagem como uma das funções mais bem desempenhadas por mulheres, mas isso porque os homens sequer se preocupam em executá-la, acrescenta ainda que as mulheres se destacam mais:

J: Triagem, por que homens nem vão. Mulheres no nosso barracão se destacam em tudo. Aqui as mulheres estão destacando mais que o homem e fazem mais (ENTREVISTA J.).

A entrevistada L. reitera a percepção já apresentada por J:

L: Ai então, eu não puxo muito sardinha pra mulher, não, quando ela não se desenvolve. Mas assim eu acho que, analisando tudo... [interrupção] Analisando o que eu vivi aqui dentro da (nome da cooperativa), tem o que a mulher faz bem mesmo, que eu vejo que é porreta, é na prensa. Que às vezes consegue ali se igualar até, às vezes não se igualar, mas ser igual ao

homem na prensa. Então é assim, na questão de força também. Eu vejo que tem muita mulher que é muito forte, que consegue fazer um trabalho igualzinho ao do homem (ENTREVISTA L.).

Por fim, a última pergunta, com caráter bastante abrangente: foi questionado como caracterizar homens e mulheres, ou seja, o que afinal, na opinião da/o entrevistada/o define mulheres e identifica homens. Seja de ordem física, comportamental, psíquica, emocional. As respostas foram diversas. J. relacionou homem à força e mulher à agilidade. Nessa mesma lógica de pensamento apresentado por J., A. também relacionou homem à força e fragilidade à mulher. O voluntário R. relacionou as características femininas como falar demais, e o companheirismo entre mulheres.

As características que pudessem vir definindo homem ou mulher foram questionadas por L., que, ao ser indagada, apontou que a resposta não precisa e, talvez, não seja tão pragmática:

L: Aí, por isso que eu tô falando que pesou (a pergunta), por que pra mim esse negócio de divisão de homem não tem. De mulher. Não sei se é por causa da minha vida, aqui dentro eu não vejo, tipo, divisão. Pra mim, tipo, tem uns que falam... Tá ali, tá vendo ela que tá sentindo pesada, ao menos comigo, ele vai lá e me ajuda. Se eu peço alguma ajuda pra algum homem, eu não tenho tipo 'ai, eu não vou fazer porque eu tô prensando'. Não, já ocorreu. Se eu falar que não ocorreu, mas comigo foi muito raro. Né? Dá até medo porque as pessoas falam 'como que a L. consegue?'. As pessoas tipo larga tudo o que tá fazendo e vai ajudar ela. Claro que eu chego com educação, eu falo né... Não vai ser mal educada comigo, não vou ser com os outros. Mas é, eu acho que é isso que define o homem aqui, eu acho que é o companheirismo, né, com todos nós que trabalhamos aqui. Eu acho que defenderiam aqui dentro, é um caráter particular (ENTREVISTA L.).

A desconstrução por parte da entrevistada L. das características tipicamente femininas e masculinas seguiu por toda a entrevista, assim como na observação a campo e autoconfrontação. Na fala de R., que inclusive intitula essa subseção “*Tem sempre alguém sobrando pra fazer a função do sexo feminino*” (AUTOCONFRONTAÇÃO R.), evidencia-se a subalternização do trabalho considerado feminino, em relação ao trabalho masculino, processo esse que é resultado do patriarcado capitalista:

A divisão sexual do trabalho resulta de um sistema patriarcal capitalista que por meio da divisão hierárquica entre os sexos confere às mulheres um baixo prestígio social e as submete aos trabalhos mais precarizados e desvalorizados (CISNE, 2015, p. 117).

Ainda que no trabalho associado pesquisado não haja diferença no repasse das vendas, há um status quo em exercer algumas funções e não outras.

A divisão do trabalho entre os homens e as mulheres é em primeiro lugar a imputação aos homens do trabalho produtivo – e a dispensa do trabalho doméstico – e a atribuição do trabalho doméstico às mulheres. [...] o “valor” distingue o trabalho masculino do trabalho feminino: produção “vale” mais que reprodução, produção masculina “vale” mais que produção feminina (mesmo quando uma e outra são idênticas). Esse problema do “valor” do trabalho – termo empregado aqui no sentido antropológico e ético, não no sentido econômico – atravessa toda a nossa reflexão: ele induz a uma hierarquia social (HIRATA; KERGOAT, 2003, p. 113).

As funções masculinas e mecanizadas: operar empilhadeira, operar a prensa, têm maior prestígio sobre as compreendidas como femininas; triar, coletar, entre outras sequer são minimamente compreendidas como trabalho, como a limpeza dos banheiros. Esses últimos, os trabalhos de mulheres, de tão desvalorizados, *“Tem sempre alguém sobrando pra fazer a função do sexo feminino”* (R.).

O uso que se faz da empilhadeira para carregamento de ferro - como o flagrante no dia da filmagem - é um exemplo para pensar onde se encontra a força masculina: quando havia necessidade do uso da empilhadeira para carregamento, alguns homens se incumbiam da operação. Entretanto, quando não havia homens no barracão, ou quando os que estavam não podiam operar a máquina, este trabalho de carregamento ficava a cargo das mulheres, mesmo quando se tratava de erguer ferro. Isso leva a inferir que os homens protagonizam o trabalho onde se exige algum saber técnico ou manuseio mecânico.

5.2 Ele é forte, mas vem dela a força

O estereótipo de gênero, que confere força à figura masculina e fragilidade à feminina, é tema central nas discussões acerca da formação da masculinidade hegemônica e da feminilidade, papéis sociais que são base para a desigual divisão sexual do trabalho. Tais estereótipos são bases para a divisão de trabalhos por sexo, considerando uma distinção entre trabalhos pesados e brutos, típicos aos homens, e os que envolvem maior destreza, agilidade, para as mulheres.

Durante a entrevista que precedia à autoconfrontação, a voluntária A. já indicava seu ponto de vista, remetendo aos papéis de homem e mulher, conferindo força ao homem e fragilidade à mulher. Em outro momento da autoconfrontação, a entrevistada remetia delicadeza como outra característica feminina:

A: [...] às vezes mulher é mais delicada, vai pegar, vamos supor, vai prensar papelão, pega duas, três caixas... assim (movimentos delicados com os dedos) vai ajeitar. Agora homem não pega assim (faz movimentos com os braços de quem agarra sem muita delicadeza um grande volume de material do chão), vai jogando e já vai prensando... (AUTOCONFRONTAÇÃO A.).

A concepção de “força” e “forte”, trazida pela voluntária, é complementar à visão de J. nas afirmações: “[...] é ela que tem que ter força, mas a força do homem é mais, neh?”; “Ah eu acho que o homem tem mais força...” e “A mulher, ela não tem força, ela tem que exercer toda a força que ela tem” (ENTREVISTA J.).

A compreensão sobre a relação de “força” com “forte” em determinada altura tornou-se obscura, aspectos que na concepção de A. não pertencem, necessariamente, às mesmas pessoas. Ou seja, faz mais força justamente aquela pessoa que não é tão forte. Novamente corrobora J.:

J: [...] quando eu falo força não é assim que o homem é mais forte, mas é a mulher, ela que tem que fazer mais força.

P: Só que essa força tá guardadinha?

J: Isso.. e a mulher ela não tem força, ela tem que exercer toda a força que ela tem (AUTOCONFRONTAÇÃO J.).

J. é enfática ao afirmar com convicção sua concepção:

J: [...] o homem tem mais força sim, mas ele não faz a força que ele tem, eu acho que a mulher sofre mais neh que o homem. Tanto no caminhão, tanto aqui dentro. Eu falo em questão de força é que o homem ele é mais forte, só que a mulher ta sendo mais neh... (AUTOCONFRONTAÇÃO J.).

Entretanto, a realidade dos homens e mulheres no trabalho executado na cooperativa confrontava essa percepção de A. e J. sobre a mulher ser frágil e delicada. No decorrer da autoconfrontação, as filmagens evidenciaram que mulheres também se ocupavam do serviço considerado masculino, que exige maior esforço físico, segundo as próprias entrevistadas.

P: Às vezes vocês (mulheres) arrastam bastante material, que é pesado. Então como é isso, sendo que na tua opinião os homens têm mais força?

A: Sim, eles têm mais força. Mas elas que fazem muita mais força (AUTOCONFRONTAÇÃO A.).

J. também pôde observar uma situação flagrante durante os vídeos. No carregamento de ferro, as mulheres que ali estavam, em torno de dez, para levantar todo aquele peso

começaram a questionar a utilidade da empilhadeira. A empilhadeira havia sido comprada para evitar que as/os associadas/os tivessem de levantar no braço. O debate permeou sobre o fato de que havia apenas um motorista com curso de empilhadeira e que este nem sempre estava disponível no barracão, ou que a empilhadeira não estava abastecida com gás.

P: Aí vocês estão fazendo carregamento de ferro

J: Só tem mulher você, viu? Ai, você escutou eu falando “Oh o J. vai vim carregar”? Teve que chamar ele pra poder vir carregar, senão não vinha.

J: (Sorrindo) Só a gente vendo esse vídeo pra gente ver a realidade da vida da gente, neh? (AUTOCONFRONTAÇÃO J.).

Além de terem essa “tal” força que sequer precisa ser colocada à prova, como acontece às mulheres, J. afirma que eles, os homens, não carregam peso, exceto quando são chamados:

J: Faz carga, mulher e homem fazem. Mas no nosso trabalho mulher faz mais, empurra carrinho. Homem é mais prensa, em cima do caminhão e só vai carregar peso quando chama, senão não carrega (AUTOCONFRONTAÇÃO J.).

Ainda que o homem considerado “forte” sequer esteja a campo, no trabalho árduo, a ele é conferida a característica de ser forte, e não precisa de ser colocado à prova cotidianamente, como o são as mulheres. Em outro momento, de descarregamento de carga, foi observado que os homens se ocupavam de ficar em cima do caminhão, jogando a carga, enquanto as mulheres, que estavam embaixo, arrastavam os *bags* que eram por eles derrubados. Quando questionado sobre o quanto a própria força da gravidade estaria a favor do trabalho dos homens de jogar a carga e contra as mulheres, R. responde:

R: Bom que fica forte, né.

P: Não, forte já tá, né. Porque tem que dar conta.

R: Criando uma certa resistência, né. (AUTOCONFRONTAÇÃO R.).

Em contraste com a ideia apresentada por A., de que delicadeza seria uma característica feminina, em um momento da filmagem a voluntária J. evidenciou e se admirou diante da maneira delicada e pouco colaborativa com que o companheiro de coleta carregava o *bag*, deixando todo o peso para duas mulheres:

J: Olha o jeito que pega ó!

P: Com muita delicadeza talvez? Coisa que em geral a gente acha que é da mulher?

J: Ce viu, neh? Eu falo em questão disso.. ele é mais forte que eu! O J. se dá um tapa ni mim eu desmonto no chão. Mas ce viu o jeito que ele pegou o bag? que eu que fiz a força? Eu e a R.?! (AUTOCONFRONTAÇÃO J.).

A situação de admiração retratou o momento em que as duas mulheres recolhiam sozinhas o material, e o único homem aguardava fora do estabelecimento. Quando já saíam, ele foi ao encontro e segurou com as pontas dos dedos o *bag* e atrás delas, que o carregavam, simulou exercer força. Quando a pesquisadora questiona por quê, na opinião de J., isso acontecia, a entrevistada sugeriu que os homens “*se dão o direito de folgar*”, com o pretexto de que “*as mulheres já são folgadas*”:

J: Por que ele acha... Na minha opinião é o modo de dizer que o homem fala que a mulher é folgada né?!

P: Aí eles é que acabam..

J: (Concorda com a cabeça) Você pode ver aqui na filmagem... Ce pode ver, é que na verdade se você catar eles, os homens e colocar aqui (faz uma espécie de quadrado com as mãos)..e vê por que aqui eles falam que eles trabalham mais que nós né...

P: Falam?

J: Falam! E ponha eles pra assistir aqui esse vídeo... talvez nem acorda pra realidade né... mas a mulher você pode ver que ela faz mais força. Olha o jeito que eu e a R. tá... e olha o jeito que o J. tá..A força tá indo pra onde? Quem tá puxando o bag, mais forte? Não precisa nem falar né? No vídeo já mostra... ele só encostou a mão e tá ali e nós fica fazendo a força. Agora se ele tivesse no meu lugar e eu no lugar dele ele taria com mais força do que eu, fazendo força... (AUTOCONFRONTAÇÃO J.).

Quando a voluntária A. foi questionada sobre a função mais pesada, ela se mostrou categórica: “*carregamento de ferro*”. Pode-se dizer que esta função, torna-se emblemática para caracterizar o árduo trabalho da mulher catadora:

P: E você acha que das funções que faz, essa (prensa) é uma das mais pesadas, essa ou não?

A: Quando vai carregar.

P: Ah carregamento?

A: Carregamento de ferro. Agora os outros não. (AUTOCONFRONTAÇÃO, A.).

O carregamento de ferro implica levantar do solo todos os materiais de ferro compilados em *bags*, assim como utensílios em separado, elevá-los à altura da carroceria do caminhão. Ali, alguns homens se incumbem de arrastá-los pela carroceria, organizando-os. Dezenas de mulheres dividem a tarefa de levantar tais *bags*. Na filmagem da autoconfrontação, apenas mulheres se reuniam no solo, e alguns homens se incumbiam de receber o material de cima do caminhão.

Durante a filmagem, algumas mulheres questionaram o porquê da inutilização da empilhadeira naquele carregamento, uma máquina comprada justamente para fazer essa função, quando se trata de carregamentos pesados, a exemplo do ferro. Mostrou-se ali uma evidente contraposição: se os fortes são os homens, por que, ao executar justamente a tarefa que, segundo A., mais exige força, esse trabalho é exercido por mulheres? Quando novamente foi colocada essa questão à voluntária A., o riso expressou a contraposição de ideias, e uma sucessão de palavras apenas em monossílabos:

P: Então pelo que eu entendi é assim, tem a empilhadeira, mas ela não é tão usada. O que é mais usada é a força de vocês...

A: A empilhadeira é mais pra montar carga, assim, montar caçamba.. ela é usada muitas poucas vezes...realmente

P: Entendi.. então fica mais pras mulheres fazerem esse trabalho (carregamento de ferro)... e isso não implica em a mulher ter força?

A: (Risos) Pois é... (AUTOCONFRONTAÇÃO A.).

Durante a autoconfrontação, foi notado que os homens geralmente eram destinados a algumas atividades consideradas masculinas desde a contratação. A princípio, a distribuição de tais funções partiria da lógica de homens naturalmente fortes, alocando-os às tarefas que exigiriam maior esforço físico, já que, segundo a voluntária, “homens são fortes”.

Porém, confrontadas/os à realidade que os vídeos captaram, e em consonância com a conclusão da voluntária A., notou-se que mesmo os trabalhos que mais extremamente são destinados aos homens, como a prensa, que não exigiria tanto esforço, quanto o próprio carregamento de ferro, são todos trabalhos executados maciçamente pelas mulheres do grupo. Sendo A. destaque entre as mulheres trabalhadoras da prensa, questionamos acerca das dificuldades da prensa:

P: E se fosse pra você elencar o que é mais difícil na prensa, em qual momento...

R: Vou falar pra você é só quando nós vamos amarrar, às vezes, quando você tá tirando, a fita arrebita. Ai cai tudo, tem que fazer tudo de novo.

P: Ah entendi, mas não é algo assim que exige muita força.

R: Não. (AUTOCONFRONTAÇÃO A.).

Então, considerando que a prensa possui essa simbologia masculinizada, justamente porque seria um trabalho “pesado”, e estaria reservada aos homens que supostamente são os fortes: Como justificar agora, que já é sabido por A., que o trabalho de prensar não envolve tanto esforço? Colocou-se essa questão à voluntária A.:

P: Entendi, não é algo que exige muita força, por que será então né, que é algo associado aos homens?

A: Não sei, não é pesado. Acho que é por que os homens, como se diz... às vezes mulher é mais delicada, vai pegar, vamos supor, vai prensar papelão, pega duas, três caixas... assim (movimentos delicados com os dedos) vai ajeitar. Agora, homem não pega assim (faz movimentos com os braços de quem recolhe rapidamente grande quantidade de material do chão), vai jogando e já vai prensando... (AUTOCONFRONTAÇÃO A.).

Contrariando as falas das companheiras mulheres A. e J., a voluntária L. foi enfática em se reafirmar forte:

L: Eu não gosto de me sentir o sexo frágil, porque eu não sou. Se eu tiver que pegar e subir um rebote de dez metros, eu vou subir um negócio de 10 metros (AUTOCONFRONTAÇÃO L.).

Ainda que L. repudiasse o termo “sexo frágil” para si, em algum instante da fala, a cooperada associou mulher à fragilidade.

L: Tipo assim, em relação a fazer, subir, montar as cargas de coleta quando chega. Tem pessoas, tem mulheres que eu vejo que sobe lá em cima, ergue os bag pesado né. Tem homem que faz um pouquinho mais o corpo mole. Às vezes deveria ser a mulher que leva um jeito mais frágil, mas não (AUTOCONFRONTAÇÃO L.).

Esse trecho apresenta o termo “corpo mole” para caracterizar aquelas pessoas que não necessariamente são fracas, mas se passam por pouco fortes para procrastinar o trabalho. O termo corpo mole, assim como seu antônimo “corpo firme” apresentado por R., na fala abaixo, deixa de correlacionar com aspectos físicos/ biológicos, mas à “opinião”, segundo o entrevistado:

R: [...] Que tem mulher que faz corpo mole. Não é questão da força entendeu, é questão de opinião de cada um. Quer dizer, mas não é todas, é uma que faz, entendeu. Mas daí igual eu falo para você, vocês têm que relevar, eu mesmo não ligo se a mulher faz corpo mole, faz corpo firme (AUTOCONFRONTAÇÃO R.).

De alguma forma, a afirmação de R. de que “*tem mulher que faz corpo mole*” corrobora com a percepção de J., já debatida nessa subseção, de que os homens as têm como “folgadas”, e por as julgarem assim, os homens se permitem “folgar”, sobrecarregando as mulheres: “*na minha opinião é o modo de dizer que o homem fala que a mulher é folgada né?!*” (AUTOCONFRONTAÇÃO J.).

A seguir, R. acrescentou que tanto os homens quanto as mulheres dão uma “relaxada” em algum momento do trabalho:

R: Mas, daí, igual eu falo para você, vocês têm que relevar, eu mesmo não ligo se a mulher faz corpo mole, faz corpo firme. Também tem aquele momento também que você dá aquela, aquela relaxada.

P: Todo mundo tem então?

R: Todo mundo tem um pouquinho, então ninguém pode falar de ninguém, e todo mundo fala.

P: Então seja homem ou seja mulher, na verdade.

R: Seja homem ou seja mulher, ué. Tem vez que você fica lá passando aqueles três, quatro minuto parado ali. (AUTOCONFRONTAÇÃO R.).

Quando perguntado se essa seria uma característica primordialmente feminina, R. respondeu negativamente:

R: Não, todo mundo fica um pouco. Eu sempre brinco com elas, eu falo assim “é, tá enrolando um pouquinho aí, né”, mas é porque todo mundo fica um pouquinho, porque todo serviço é assim. Você tá trabalhando em um serviço, tem aquele momento que você faz assim “eu vou no banheiro”, vai no banheiro e tira uns três, quatro minutos de relaxamento, para depois voltar para o meu trabalho.

P: Tá.

R: Para descansar, todo mundo faz.

P: Tem isso independente de ser homem ou ser mulher, as mulheres às vezes folgam um pouco, mas também os homens também folgam.

R: Também. Quer meditar às vezes, né. Mas é assim, todo mundo faz, no serviço (AUTOCONFRONTAÇÃO R.).

Notamos que as/os entrevistadas/os trazem com bastante frequência os termos “força” e “forte”, mas os apresentam na contradição: se homem é forte, porque sempre é mulher que executa trabalhos que exigem força? As falas dão consistência a um pensamento comum entre as/os entrevistadas/os, atribuindo “força” como elemento fundamental para a divisão das funções a partir do sexo. As voluntárias (A. J.) e o voluntário (R.) elencaram trabalhos masculinos para aqueles que a princípio demandariam maior esforço físico, e para as mulheres as funções que implicam maior delicadeza e fragilidade. Diferentemente de L. que emitiu sua opinião e manteve coerência nos discursos e visualização das atividades gravadas em vídeo: *“Eu não gosto de me sentir o sexo frágil, porque eu não sou”* (AUTOCONFRONTAÇÃO L.).

Como o gênero é central para a definição de que homens são fortes, e mulheres delicadas, as funções que exigem maior destreza são reservadas às mulheres, como a seleção

de material na esteira. Das funções masculinas, a prensa é um exemplo clássico daquilo que é exercido predominantemente por homens.

Entre as entrevistadas, havia duas que habitualmente são cotadas para a prensa: A. e L. Durante a entrevista A. partiu do princípio de que há trabalhos mais adequados para cada sexo, entretanto, ela discorda que a prensa seja a função que mais exige força, não se justificando, portanto, enquanto função predominantemente masculina. Porém, durante a autoconfrontação, quando questionada sobre o porquê da prensagem ser uma função exercida em sua maioria por homens, respondeu que poderia estar relacionado aos movimentos delicados, e, portanto ineficientes das mulheres, frente àqueles mais bruscos dos homens, e, nesse caso, mais adequado ao manejo da prensa.

J., por sua vez, defende que há trabalhos em que os homens se adequam mais, pois as mulheres teriam pouca força em relação a eles, preferindo, então, trabalhos considerados mais leves. Como nos elucida Blay (1978), a educação sexista se encarrega de tal naturalização das funções sociais, ainda que haja aparente escolha pessoal, havendo uma evidente determinação do social:

Ao investigar a posição da mulher perante o trabalho está-se recompondo todo o processo de socialização que ela viveu. A escolha de uma carreira e de um trabalho é a síntese de toda uma preparação prévia onde a orientação dos valores sociais se fez sentir encaminhando para a mulher determinadas carreiras [...]. Subjacente às escolhas determinadas pela vocação, está um longo processo que leva a jovem a gostar de carreiras adequadas ao sexo feminino (BLAY, 1978, p. 286).

A observação a campo comprova que os trabalhos pesados não são necessariamente aqueles destinados aos masculinos, e, portanto, as mulheres executam a maioria do trabalho que exige mais. Paulilo (2004) argumenta que a compreensão de “trabalho leve” e “trabalho pesado” está ainda mais relacionada à representação social do gênero que executa a tarefa do que ao grau de força física que o trabalho demanda. Tal argumentação corrobora com a fala de A., de que a prensa não exige força física, ainda que siga sendo considerada como uma das funções mais masculinizadas no contexto das cooperativas, e dessa em especial. Lobo (1991, p. 150) argumenta que: “Uma vez feminilizada, a tarefa passa a ser classificada como ‘menos complexa’”.

Tal como observado a campo, a captação em vídeo do cotidiano laboral também retratou a mobilização das mulheres a executar qualquer trabalho ou função com igual ou maior esforço físico que os homens. Em determinado momento, as filmagens capturaram

aquele que é considerado, por unanimidade entre as pessoas voluntárias da pesquisa, o trabalho mais pesado - carregamento de ferro - sendo erguido por mulheres. Os poucos homens presentes estavam na carroceria, já recebiam os ferros e os arrastavam para organização. Porém, todo o peso de erguer era executado exclusivamente por mulheres. Questionada pela pesquisadora, J. observa ainda que havia alguns homens ociosos a não colaborar:

J: Só tem mulher você viu? Aí você escutou eu falando “Oh o J. vai vim carregar”? Teve que chamar ele pra poder vir carregar, senão não vinha (AUTOCONFRONTAÇÃO J.).

Durante a autoconfrontação, J. chama a atenção para um outro momento da filmagem, em que estavam em duas a arrastar um *bag* pesado sem a colaboração dos homens presentes. Quando já perto de chegar ao destino, um dos associados se aproxima, pontas dos dedos para “ajudá-las”.

Por mais corriqueira que seja a situação descrita acima, não é frequente repensarem sobre o próprio trabalho de forma a desmistificar as concepções de trabalho leve e pesado, que desqualificam aqueles executados pelo sexo feminino. Deste modo, o dispositivo da autoconfrontação contribui na produção de sentido realizada a partir da observação em vídeo, que, por sua vez, está diretamente relacionada a uma transformação na maneira de agir. Se, para Vieira e Faïta (2003, p. 34), “[...] compreender é antes de tudo agir, de tal forma que um se antecipa à atividade do outro em resposta à sua própria”, o instante em que a cooperada J. se manifestou durante a observação do trabalho gravado em vídeo foi fundamental para se ver e *reagir*, diante de situações do cotidiano laboral, ao se expressar, sorrindo: “*Só a gente vendo esse vídeo pra gente ver a realidade da vida da gente, né?*” (AUTOCONFRONTAÇÃO J.).

Portanto, as tarefas consideradas pesadas e que por sua vez eram executadas pelos homens, a exemplo de prensar, só eram consideradas funções pesadas por serem executadas unicamente ou predominantemente pelo sexo masculino, sem o devido questionamento quanto a tratar-se de fato de uma “função pesada” do ponto de vista empírico, físico; pareciam, portanto, ser assim consideradas a partir de estereótipos de gênero. Às mulheres, por sua vez, restavam executar *todas as outras funções*, tal qual “*uma associada normal*” (AUTOCONFRONTAÇÃO L.).

Segundo Yannoulas (2003) é, preciso integrar a discussão de divisão horizontal e divisão vertical para a compreensão do trabalho remunerado na sociedade capitalista

moderna. Como esse processo se daria em um empreendimento de economia solidária cuja episteme passa por superar as concorrências e disputas próprias da economia de mercado? Ou, mais propriamente como objetivo de pesquisa: Quais as concepções e os sentidos atribuídos à categoria gênero (ser homem e ser mulher) por trabalhadoras/es que desenvolvem suas atividades ocupacionais no campo da economia solidária? E tais concepções e os sentidos que os profissionais conferem às categorizações de gênero, interferem e/ou afetam no desenvolvimento cotidiano do trabalho?

Aquilo que Yannoulas (2003) nomeia de divisão horizontal e divisão vertical do trabalho, identificado por Cisne (2015) como “segmentação” e “hierarquização”, pode ser observado nas falas das/os entrevistadas/os da pesquisa. A divisão horizontal, que tem como consequência a segmentação ocupacional, é evidenciada pela fragmentação das funções de pensar, de condução dos maquinários e do caminhão como predominantemente masculinas, imputando às mulheres as funções de triar, organizar e limpar barracão e higienizar o banheiro. Aqueles trabalhos que derivam das atividades reprodutivas, que demandam delicadeza e paciência, são atribuídos, já na admissão, às mulheres. Assim como os trabalhos que a princípio exigem maior esforço físico são destinados aos homens. A divisão vertical traz como consequência a pirâmide ocupacional (YANNOULAS, 2003)

No próximo subitem debateremos acerca do trabalho reprodutivo, a exemplo da higienização e organização da associação.

5.3 “Eles não gostam”, “eles não aceitariam”; então, elas se humilham?: Sobre a organização, limpeza geral e dos banheiros

O questionário que antecedeu a autoconfrontação buscou nortear a discussão de gênero no ambiente de trabalho, traçando simultaneamente um perfil da/o voluntária/o da pesquisa. Uma das perguntas era: “- Na cooperativa tem alguma função que você exerce/ é colocada, mas que não gostaria de estar?”. A voluntária J. respondeu que não gostava de vender; já R., que não gostou da experiência de integrar a diretoria. As outras duas voluntárias, L. e A., disseram não haver tal função para a qual estão alocadas, mas que não gostariam de estar.

Destoando das respostas ao questionário, em que L. e A. disseram não haver função para a qual foram destinadas e que não gostariam de executar, em que J. se mostrou avessa às vendas, durante a autoconfrontação este aspecto foi fundamental para entender o mal estar por

serem as mulheres as únicas responsáveis pela higienização dos banheiros, tanto feminino quanto masculino. Aos homens, cumpre ajudar quando não “encontram” outros trabalhos:

A: É, eu acho assim, na minha opinião, às vezes tem mais homens aqui que poderiam ajudar a limpeza.

P: Mas é algo que fica pras mulheres...?

A: É, eu acho que os homens poderiam ajudar mais, colaborar mais... Tem uns que ajudam, mas cedo assim é mais as mulheres.

P: E eles estão fazendo o quê?

A: Às vezes eles tão na prensa, tão procurando alguma coisa pra pensar... (AUTOCONFRONTAÇÃO A.).

Na cooperativa de trabalho pesquisada, a organização geral do barracão, assim como a lavagem dos banheiros (feminino e masculino), foram situações flagrantes para compreender como as mulheres são submetidas a uma “condição feminina”, entendida como um ininterrupto dever doméstico, seja em domicílio ou não, tendo de promover, ainda que a contragosto, atividades do cuidado também fora de seus respectivos domicílios. Acerca das atividades do cuidado, trabalho doméstico, com a finalidade de remeter sua reflexão a respeito do que é convencionalizado como um aspecto de “natureza feminina”, Wirth (2013, p. 65) elucida que:

A ocupação pela mulher de postos referenciados nas atividades domésticas significa, na concepção dominante, a realização de um trabalho não qualificado. Segundo essa visão, cuidar dos outros faria parte da natureza feminina, o que justificaria uma remuneração mais baixa desse tipo de função. Já manejar uma máquina ou dirigir um caminhão são compreendidos como atividades que exigem algum grau de especialização técnica.

Durante a entrevista inicial, em um primeiro levantamento de todas as funções executadas pelo grupo de voluntariado, esse trabalho de limpeza dos banheiros foi completamente omitido, como um esquecimento coletivo. No decorrer da pesquisa de observação, a pesquisadora notou o trabalho sendo executado somente por mulheres e também a existência de um quadro-tabela colado em frente ao banheiro, distribuindo as mulheres para esse afazer ao longo das semanas. Nas entrevistas para organização das filmagens, a pesquisadora questionou se alguém do grupo de voluntariado estava escalado para a lavagem de banheiro, e foi esclarecido que só as mulheres, exceto a diretora, executavam essa função.

P: E você esqueceu de falar que é uma função que exerce?

J: (Pausa, expressões de dúvida). Então... É, também eu lavo banheiros (pigarros nervosos); é, também (AUTOCONFRONTAÇÃO J.).

O sentimento de inferioridade, por terem de executar especificamente a higienização dos banheiros, as faz negar e invisibilizar o trabalho reprodutivo, corroborando, assim, com a análise da Economia Feminista, que contempla a histórica “invisibilidade social” do trabalho doméstico (CARRASCO, 2006).

De acordo com a Clínica da Atividade, tanto o dito quanto o não dito são condições para pesquisa e poderão (o dito e o não dito) desencadear reflexões e produção de sentidos. O não dito/esquecido, tornou-se negação quando questionadas sobre a possibilidade de filmar o trabalho. Entretanto, a despeito do desejo individual e/ou coletivo, há de se tomar em conta o papel da/o analista na constituição da análise do trabalho, esclarecido por Vieira e Faïta (2003, p. 29), como sendo uma questão primordial para a/o analista: “[...] assegurar o papel central da representação filmada nas dimensões pertinentes à atividade concreta de trabalho”.

Considerando os objetivos da pesquisa e a centralidade da temática nas funções exercidas por homens e mulheres, assim como ponderando com o desejo do coletivo de mulheres, especificamente nessa atividade de higienização dos banheiros, a autoconfrontação aconteceu a partir da observação da foto do quadro-tabela de distribuição semanal da limpeza dos banheiros pelas mulheres associadas.

Nesse caso específico da cooperativa, não há um salário diferenciado, porém há um status em se ocupar de tais funções, como discutido em “Direção de caminhão: ‘vai da mulher’ ou ‘falta oportunidade?’”, e evidenciado pelo desejo em ocuparem cargos tidos como masculinos. No diálogo abaixo, duas questões evidenciam: primeiro, que o trabalho invisível da mulher na função reprodutiva contempla a todas/os as/os cooperadas/os, a partir da expressão “todo mundo”.

A: Por que assim, agora definiu que a cada semana... Toda semana vai duas, duas fazem a limpeza do banheiro, daí todo mundo faz

P: Menos os homens?!

A: Menos os homens. (AUTOCONFRONTAÇÃO A.).

Ao mesmo tempo em que a generalização “todo mundo” parece surtir efeito de não afetar o indivíduo, ainda sobre a divisão da tarefa de higienizar os banheiros, a fala de L. reafirma que o que acontece ao coletivo parece camuflar os maus estares causados por tal

imposição: *“Eu queria que fosse comigo. Eu, tipo, eu iria falar... Eu, se fosse eu, se tivesse.. Ia ser igual, tanto pro homem quanto mulher”* (AUTOCONFRONTAÇÃO L.).

Uma segunda questão, cujo diálogo abaixo evidencia, diz respeito à dificuldade de A. para afirmar que não gosta de ser obrigada a executar tal função. Essa dificuldade é caracterizada pelo uso do termo “praticamente não gosto”, na tentativa de amenizar, ou não deixar transparecer, a repulsa pela atividade, para só depois afirmar com veemência que não gosta, exposto na fala subsequente:

P: E as mulheres não gostam dessa função? Você não gosta?

A: Ah, eu praticamente não gosto dessa função. Mas eu faço.

P: Você não quis nem que filmasse e tal.

A: É uma função que eu falo pra você, que não gosto mesmo não (AUTOCONFRONTAÇÃO A).

É possível notar que, além da sobrecarga de trabalho feminino, A. aponta também que quando o trabalho reprodutivo é negligenciado pelo grupo de homens, como consequência há considerável perda do trabalho produtivo:

A: [...] penso que se fosse juntar tudo o que tem de material no barracão, dava bastante material pra ser prensado. Debaixo dos bags, se ajudava erguer, tem bastante material. Por que às vezes acontece, a gente vai jogando nos bags mas acontece de cair... e vai acumulando (AUTOCONFRONTAÇÃO A.).

A voluntária J. também argumenta sobre essa redistribuição do trabalho:

J: Eu, na verdade, eu já pensei assim comigo, eu falo eu..porque na verdade eu não mando aqui dentro. Mas se não tivesse .. se todos os homens tivessem parado e não tivesse nada pra prensar eu acho que poderia catar eles e colocar na esteira. Quinen o M., ele exige muito papelão.. que as meninas têm de tirar o papelão dos bags e mandar pra ele prensar. Só que você vê o jeito que ta ali no barracão, num tem onde pôr. Você entendeu? Eu acharia assim, já que não tem nada pra prensar, cata esses homem e manda pra esteira (AUTOCONFRONTAÇÃO J.).

As percepções de ambas voluntárias apontam, com a exemplificação da prática laboral, a visível correlação de trabalho produtivo e reprodutivo e a impossibilidade de desmembrar a promoção do cuidado da produção mercantil (GUERIN, 2005; CARRASCO 2006). Nas falas retratadas acima, a divisão sexual da atividade de organizar e limpar o barracão implica perda de material de triagem, e, conseqüentemente, em grande escala, perda dos lucros. Há muita contribuição não monetária para que a produção mercantil aconteça.

Em outro momento, a voluntária A. sugere que os homens não executam essa função por “não gostarem”. Em consonância com a análise de A., a voluntária L. também opina que eles “não aceitariam”.

P: Mas no banheiro não tem nenhum (homem)?

L: Não, no banheiro não tem nenhum.

P: Por que você acha, na sua opinião?

L: Porque os homens não aceitariam. Eles não aceitariam lavar banheiro, eu acho.

P: Mas tá dividido banheiro de homem e de mulher?

L: Tem.

P: Então vai e, mulher, no dia de lavar, tem que lavar os dois?

L: Os dois (AUTOCONFRONTAÇÃO L.).

Como já evidenciado, tanto L. quanto A. não se sentem à vontade sobre a decisão de terem de lavar banheiro por serem mulheres; trouxemos para o diálogo o porquê da aceitação dessa imposição no coletivo de mulheres, como evidenciado no diálogo reproduzido a seguir:

P: E as mulheres aceitam? Eles não aceitariam lavar o banheiro, mas elas aceitam?

L: É uma coisa a se discutir. Ah fosse, se fosse em casa...

P: Oi?

L: Eu queria que fosse comigo. Eu, tipo, eu iria falar... Eu, se fosse eu, se tivesse... Ia ser igual, tanto pro homem quanto mulher. Mas existe essa... [sinal com as mãos indicando separação - cada uma das mãos indo para um lado diferente] e a gente tem que respeitar. E eu prefiro não bater de frente. Não concordo. Mas...

[...]

P: E ninguém questionou o fato de só ter mulher ali?

L: Não. Porque não adiantaria. Não ia adiantar, eu acho que você só ia se desgastar. Então... Eu seria uma que eu não questionaria, mesmo não concordando (AUTOCONFRONTAÇÃO L.).

A fala de L. possibilita pensar dois fatores que ocorrem para a manutenção dessa submissão. Um primeiro diz respeito à negação: como se as imposições que acontecem com o coletivo, de mulheres, nesse caso, não passassem necessariamente por uma imposição pessoal. Nesse caso, a limpeza dos banheiros (tanto feminino quanto o masculino) chega a ser tão degradante para essas mulheres que num primeiro momento é esquecida enquanto função. Logo após a observação da pesquisadora, há um mal estar e o pedido para que não fossem filmadas nessa função.

Um segundo fator diz respeito ao silenciamento frente às condições que lhes são impostas. Ou seja, é possível observar o sucesso da educação sexista, cuja subjetividade feminina é construída para a submissão, quando o número de mulheres, ainda que extremamente superior ao número de homens no empreendimento, leva a que se sintam,

mesmo assim, acuadas para se posicionarem contrárias aos privilégios dos poucos homens presentes no grupo.

Há uma evidente subordinação das mulheres em relação aos homens. [...] entende-se que a subordinação da mulher no mundo do trabalho está vinculada à naturalização de papéis e ao desenvolvimento de habilidades ditas femininas, voltadas a atender os interesses do capital. Assim, é que qualidades exigidas das mulheres, como destreza, minúcia, rapidez, são consideradas inatas e não adquiridas, como fatos de natureza, não sociais (CISNE, 2015, p. 125).

Acerca dessa evidente submissão e silenciamento das mulheres, Mello (2005) aborda que:

Esse processo de transformação de um trabalhador submisso ou submetido em um trabalhador autônomo demanda tempo e a contínua prática da democracia. E o que significa democracia? Não significa apenas a igualdade, de poder uma ou duas vezes por ano escolher um governante. Também é isso mas não só. Viver a democracia é algo diferente. Viver a democracia é vivê-la diariamente, no cotidiano, nas relações com o seu próximo, com a sua família, com os companheiros de trabalho. Isto é difícil (MELLO, 2005, p. 155).

Os exemplos da higienização do banheiro e da organização e limpeza do barracão poderiam ser considerados eventos isolados, não fosse a constatação apresentada por J. e reafirmado por R. de que entre as membras/os da diretoria, somente a mulher fica incumbida da limpeza do escritório. A incumbência de limpar o escritório exime o homem e a diretora, que, apesar de ser mulher, ocupa um lugar de poder diferenciado que a escusa dessa condição feminina:

P: Todas as mulheres será que concorda com essa divisão?

J: Não sei... Sei que é uma boa pergunta... Eu não sei, eu não concordo. Até no escritório eu não concordo de só a S. limpar o escritório, eu acho que o R. também tinha que manter organizado.

P: Por que que só ela?

J: Porque ela é mulher (AUTOCONFRONTAÇÃO J.).

Por fim, J. imprime o tom humilhante que configura a lavagem dos banheiros, além de improdutivo:

J: Ah eu acho que é vergonhoso, eu acho que é humilhante sabia?! Além de ce trabaiá.. Sei lá, eu acho humilhante porque além de ce trabalhar, ce tem que lavar banheiro ainda (AUTOCONFRONTAÇÃO J.).

Nesse subitem evidenciaram-se as consequências da divisão do trabalho a partir do sexo. A divisão clássica de prensa destinada aos homens e esteira às mulheres, no âmbito do trabalho associado, trazem como consequência uma sobrecarga de trabalho, indignações silenciadas e perda da capacidade produtiva.

No subitem a seguir, abordaremos a função de motorista e as possibilidades de acesso das mulheres a essa atividade, considerando que, na segmentação das funções, corresponde ao trabalho masculino.

5.4 Direção de caminhão: “vai da mulher” ou “falta oportunidade”?

Como abordado em itens anteriores, outra finalidade do questionário era introduzir e direcionar as temáticas de gênero e trabalho, em busca de responder às questões iniciais da pesquisa. A resposta “não” foi unânime quando questionadas/os: “Alguma atividade/ função que você gostaria de executar, mas não se encontra apta/o, falta aptidão ou capacitação?”. O voluntário R, complementou ainda: *“Difícil achar uma que eu não saberia fazer, né?”* (ENTREVISTA R.).

Entretanto, em divergência com a resposta inicial presente no questionário, a autoconfrontação constatou principalmente uma função que duas das três mulheres do grupo de voluntariado gostariam muito de executar, mas não se encontravam aptas por faltar a elas capacitação necessária: a função de motorista. É importante frisar que esse desejo de ambas, além de apresentar uma contradição inicial à resposta de que não havia função alguma em que gostariam de atuar mas que não se encontravam aptas, também se apresentou como o não dito, porém não menos importante.

Essa função foi apontada por duas das voluntárias, L. e A., como um sonho a ser realizado dentro do empreendimento. Inicialmente, L. pontuava que a divisão do trabalho na cooperativa dependia muito da força de vontade individual, um esforço pessoal, para além da convenção de divisão por sexo.

P: Em relação à coleta de rua, eu percebi que, assim, a maioria também são mulheres.

L: São.

P: E os homens, em geral, tão no caminhão, levando vocês, enquanto motorista, coletando depois os carrinhos. Por que será?

J: Isso.

P: Por que será? Como explicar?

*J: Então, eu acho assim, é igual eu falo. **Vai da mulher.** Hoje eu posso ser... sei lá, tá puxando carrinho, aí daqui, não sei, se um dia a minha renda melhorar, eu me aperfeiçoar, eu*

tirar carta, que é um dos meus propósitos, também eu posso virar uma motorista da (nome da cooperativa). Por que não?

P: Então a maioria das mulheres aqui não tem carta também?

J: Algumas têm. Na verdade, uma só, se eu não me engano duas, no caso. O restante não tem (AUTOCONFRONTAÇÃO L., grifo nosso).

A utilização da expressão “vai da mulher” apresenta uma compreensão de que as mulheres precisam apenas e somente esforçar-se para alcançar a igualdade. Uma concepção que torna invisível toda a trajetória composta por sobrecarga de trabalho, duplas e triplas jornadas, as funções domésticas não remuneradas que impactam diretamente no trabalho produtivo. No decorrer da autoconfrontação, no entanto, L. abordou a falta de igualdade nas funções como falta de oportunidade para se qualificar, nesse caso, para obter a habilitação:

L: Mas é que ainda tá faltando, é falta de oportunidade pra eu crescer em outras áreas e poder exercer mesmas funções de homens - e uma delas que é dirigir (AUTOCONFRONTAÇÃO L.).

O impacto do trabalho reprodutivo, das funções de cuidado, sendo exclusivo da responsabilização feminina, se apresentou enquanto um complicador no que diz respeito à organização financeira para se qualificar e por fim exercer a função de motorista:

L: É, às vezes a renda e, no caso, eu moro sozinha, com dois filhos. Então eu não pude ainda, mas eu tenho fé que na hora certa as coisas vai melhorar e conseguir. Ah, eu quero só ficar sentada [sorri e gesticula, como quem dirige o volante] (AUTOCONFRONTAÇÃO L.).

As dificuldades apresentadas por L., ao se encontrar sozinha no cuidado enquanto provedora do sustento, ou “chefe da família”, são enfatizadas por Guérin (2005) como uma realidade recorrente na sociedade atual, que contribui no sentido de refutar a metáfora do *homo economicus*, base da economia liberal contemporânea, que justifica a divisão sexual do trabalho reservando às mulheres o espaço doméstico.

A entrevistada A., tal como L., também trouxe com bastante entusiasmo a vontade de obter a carteira de habilitação e ocupar a direção do caminhão.

P: Mas, por exemplo: motorista de caminhão, são os homens? Mas por que mulher não?

A: É porque não tem carta. De caminhão, por exemplo, só o J. e o R. que têm carta

P: Você gostaria de...

A: (me interrompe empolgada para responder): Ah eu gostaria né, vamos ver, to esperando pra tirar carta (AUTOCONFRONTAÇÃO A.).

Quando a pesquisadora questionou qual o sentido que buscava nesse sonho de ser motorista, a igualdade nas funções pareceu ser um norteador para A., que é uma das poucas mulheres que executa a função da prensa e segue elogiada por seus companheiros de prensa pela qualidade do trabalho:

A: Ah sei lá, é por que eu quero mesmo mexer com caminhão. Gostaria de depois, mais pra frente, trabalhar com caminhão.

P: O fato de ser mulher e mexer com caminhão....é poderoso...?

A: É, então, a gente faz tudo, eu quero fazer tudo. Igual, eu vou pra prensa, comporta. É mais uma função (dirigir caminhão) que eu quero fazer (AUTOCONFRONTAÇÃO A).

Em outro momento A. parecia compreender que o trabalho de motorista é um trabalho mais leve, que a pouparia, diante do esforço exigido nas outras funções, e demonstrou bastante expectativa para se habilitar:

A: [...] por isso que eu quero que assina logo o contrato que eu quero mexer com carta e ser motorista aqui [finaliza a fala sorrindo com a perspectiva de futuro] (AUTOCONFRONTAÇÃO A.).

A verticalidade das atividades, a exemplo da função de direção, é tema central nesse subitem, como um daqueles trabalhos considerados masculinos, em que duas das três entrevistadas ansiavam por executar.

A horizontalidade, abordada por Cisne (2015), ou divisão vertical, e a pirâmide ocupacional, nomeadas por Yannoulas (2003), são evidenciadas no desejo de L. e A. em ocupar funções para as quais não possuíam formação. Vale ressaltar que, na entrevista que antecedeu a autoconfrontação, quando questionadas se haveria alguma atividade que gostariam de executar, mas para o qual não tinham formação, ambas as respostas foram negativas.

Essa inaptidão não se restringe à falta de habilitação, mas tem raízes numa educação sexista, que começa a ser construída desde a mais tenra idade e, segundo Cabral e Díaz (1998, p. 1), influencia nos papéis executados durante a vida adulta, inclusive profissionalmente:

O papel do homem e da mulher é constituído culturalmente e muda conforme a sociedade e o tempo. Esse papel começa a ser construído desde que o(a) bebê está na barriga da mãe, quando a família, de acordo à expectativa, começa a preparar o enxoval de acordo ao sexo. Dessa forma, cor de rosa para as meninas e azul para os meninos. Depois que nasce um bebê, a primeira coisa que se identifica é o sexo: “menina ou menino” e a partir desse momento começará a receber mensagens sobre o que a

sociedade espera desta menina ou menino. Ou seja, por ter genitais femininos ou masculinos, eles são ensinados pelo pai, mãe, família, escola, mídia, sociedade em geral, diferentes modos de pensar, de sentir, de atuar.

A formação do gosto, da aptidão profissional, é em grande medida formatada a partir de uma socialização diferenciada entre homens e mulheres. Vasconcelos e Dias (2016, p. 3) defendem que:

[...] as formas como desde a infância há uma socialização diferenciada em termos de acesso à tecnologia, com meninos sendo desde muito cedo estimulados com brinquedos de montar, carrinhos, máquinas, ferramentas, ao mesmo tempo em que as meninas da mesma idade têm pouco, ou nenhum acesso a esse tipo de brinquedos – a elas restam bonecas e casinhas. No ambiente escolar, isso se reproduz, sendo eles mais estimulados do que elas a explorarem o mundo da tecnologia e da computação (VASCONCELOS; DIAS, 2016, p. 3).

Essa desvalorização de tudo aquilo que remete à esfera feminina tem como marco inicial a sociedade capitalista. Na era antecedente, pré-capitalista, por mais que houvesse uma segmentação das atividades, a hierarquização não estava presente, pois homens e mulheres executavam tarefas consideradas igualmente produtivas. Angela Davis (2016, p. 227) afirma que:

[...] a desigualdade sexual, como a conhecemos hoje, não existia antes do advento da propriedade privada. Durante as primeiras eras da história da humanidade, a divisão sexual do trabalho no interior do sistema de produção econômica era complementar e não hierárquica. Nas sociedades em que os homens eram responsáveis por caçar animais selvagens e as mulheres, por colher legumes e frutas, os dois sexos tinham incumbências econômicas igualmente essenciais à sobrevivência de sua comunidade.

Com o advento do capitalismo, e consequente divisão de trabalho produtivo e reprodutivo, o trabalho doméstico passou a ser caracterizado como uma função feminina, independente da classe social. A classe alta e branca o delegou a outras mulheres. Mulheres trabalhadoras e em sua maioria negras, que, além de terem de ocupar o papel de “donas de casa” em casa alheia, também se sobrecarregaram com os mesmos afazeres domésticos, caracterizados por Davis como “[...] um trabalho que não é nem estimulante, nem criativo, nem produtivo” (DAVIS, 2016, p. 226). Como pôde ser confirmado no EES estudado, a partir da emergência nas falas das/o cooperadas/o participantes, a direção do caminhar, por ser uma função compreendida como masculina (VASCONCELOS, 2011), ocupa um alto grau de importância na escala das hierarquizações.

Essa pirâmide implica diferença salarial, desigual possibilidade de ascensão funcional e desigualdade nas condições de trabalho, entre outros fatores que dificultam a ascensão profissional da mulher no mercado de trabalho, e que não acontece aos homens, tais como: maternidade, crianças pequenas, ausência de companheiros etc. “A existência dessa pirâmide nos remete à existência de ‘tetos de vidro’, expressão utilizada como metáfora para denunciar aqueles obstáculos invisíveis, mas que impedem sistematicamente a ascensão dessas mulheres dentro da estrutura produtiva” (ANDRADE, 2008, p. 66).

Embora a cooperativa de trabalho pesquisada não apresente diferença salarial, há uma espécie de “ascensão” de algumas e poucas mulheres na atividade considerada masculina, como aconteceu com L. e A., ao comporem a equipe de prensa. Processo que não se dá sem antes passar por uma espécie de *avaliação* dos demais preneiros. Situação diversa à função de motorista, onde essas mesmas voluntárias demonstraram real desejo de trabalhar, mas, por não possuírem carta de habilitação, se veem inaptas.

Quando questionada sobre por que não obter a carta, L. explicita uma história pessoal, mas que também diz respeito à história das mulheres, cujo teto é de vidro: “[...] *é falta de oportunidade pra eu crescer em outras áreas e poder exercer mesmas funções de homens - e uma delas que é dirigir*” (AUTOCONFRONTAÇÃO L.), e, no momento seguinte, apresenta outros impeditivos, como a sobrecarga de trabalho, não apenas no trabalho considerado produtivo, mas também no reprodutivo, do cuidado: “[...] *eu moro sozinha, com dois filhos*” (AUTOCONFRONTAÇÃO L.).

A percepção das mulheres em relação à sobrecarga do trabalho torna-se ainda mais explícita a partir do que será tratado no próximo núcleo, evidenciando um caráter de “ajuda” quanto ao trabalho exercido pelos homens, mesmo dentro do cenário laboral.

5.5 Homem vem “ajudar”? Sobre a dupla jornada e sobrecarga de trabalho das mulheres

No decorrer das autoconfrontações foi-se delineando o caráter de “ajuda” quando alguns trabalhos eram realizados pelos homens. Os trabalhos de limpeza e organização no barracão, assim como arrastar e amarrar *bags*, foram as tarefas que melhor evidenciaram esse aspecto. Em uma primeira leitura, aparentavam ser compreendidos como “ajuda” somente aqueles trabalhos considerados “leves”, ou ainda, aqueles cujas funções eram culturalmente concebidas como de incumbência das mulheres. Entretanto, mesmo ao tratar de trabalhos pesados, como o

carregamento de ferro, o trabalho executado pelos homens esteve relacionado com o pedido de “ajuda” pelas mulheres.

Esse comportamento menos responsivo dos homens contribui para a opressão das mulheres na sobrecarga de trabalho, em função do gênero pertencente. As estudiosas Hillenkamp, Guérin e Verschuur (2016) nos dão elementos para compreender a repetição de opressão de gênero, inclusive no contexto da economia solidária, ao abordarem que mesmo as estruturas e espaços públicos também podem apresentar maus funcionamentos e fragilidades; “[...] são constituídos de atritos, tensões e compromissos permanentes entre interesses individuais e coletivos, entre práticas locais e estruturas estabelecidas” (HILLENKAMP; GUÉRIN; VERSCHUUR, 2016, p. 22). Então, os mecanismos de opressão de gênero podem estar arraigados nos empreendimentos de economia solidária, tal como elemento estruturante da sociedade, como abordado no capítulo de Economia Feminista.

Ainda com relação à atitude de “ajudar” dos homens, há uma controvérsia flagrante visualizada nas autoconfrontações das entrevistadas J. e L. Para L., os homens tomavam a iniciativa, sem serem requisitados:

L: Claro que existe também, a gente vê que tem humanismo aqui. Você terminou de fazer o fardo, você não precisa de 'ô, vamos me ajudar?'. Não, eles tomam a iniciativa e vai pra ajudar (AUTOCONFRONTAÇÃO L.).

Já para J., ainda quando ociosos, os homens tinham de ser convocados para “ajudar”, como aconteceu no momento do carregamento de ferro:

J: Só tem mulher, você viu? Aí você escutou eu falando “Oh o J., vai vim carregar”? Teve que chamar ele pra poder vir carregar senão não vinha (AUTOCONFRONTAÇÃO J.).

A voluntária A. também demonstrou insatisfação quanto à pouca ou nenhuma “ajuda” encontrada entre os companheiros de trabalho, quando se tratava de tarefas relacionadas à limpeza:

A: É, eu acho assim, na minha opinião, às vezes tem mais homens aqui que poderiam ajudar a limpeza.

P: Mas é algo que fica pras mulheres...?

A: É, eu acho que os homens poderiam ajudar mais colaborar mais... Tem uns que ajudam, mas cedo assim é mais as mulheres.

P: E eles estão fazendo o quê?

*A: Às vezes eles tão na prensa, tão **procurando alguma coisa pra prensar.** (AUTOCONFRONTAÇÃO A., grifo nosso).*

Na fala acima, A. enfatizou que, para procrastinar no trabalho, os homens ficavam “*procurando alguma coisa pra prensar*” (AUTOCONFRONTAÇÃO A.), a fim de procrastinar e não colaborar nas demais tarefas. Então, muito embora os homens habitualmente se livrassem das tarefas de limpeza dos banheiros e da organização do barracão, esses mesmos homens “fica[vam] varrendo” ou “caçando” o que fazer, como estratégia para se esquivarem do trabalho. Isso acontecia principalmente por haver uma evidente separação dos trabalhos a serem executados pelos homens e pelas mulheres, e, em alguns casos, devido à existência de alguns cooperados do sexo masculino que são admitidos com a função específica de preheiro, previamente estipulada.

A voluntária J., por sua vez, corroborou com as percepções de A. e ao enfatizar que, embora houvesse pouca disponibilidade masculina para o trabalho relacionado à limpeza do barracão, essa era uma das tarefas procuradas convenientemente pelos homens com o objetivo de postergar:

*J: [...] eu acho que eles tinha de ir pra esteira quando num tem nada pra faze. Às vezes eles **ficam varrendo, caçando** o que fazer, só que eu colocaria na esteira, colocaria pra jogar bag dentro da comporta pra mandar pra esteira, puxar lixo...*

P: Não ficar sem fazer nada...

J: Não ficar sem fazer nada, ou então inverte... eu vou varrer, ele vai lá no lugar (AUTOCONFRONTAÇÃO J., grifo nosso).

Em outro momento da autoconfrontação J. reforçou essa opinião:

*J: [...] Nisso eu acho que, quando os homens estão sem fazer nada, poderiam fazer esse serviço, mas eles **ficam varrendo**...*

P: É? Então nessa hora eles fazem a limpeza?

J: (concorda com a cabeça)

P Quando eles estão sem fazer nada eles pegam a vassoura e vão varrer? Mas hora que vocês estão organizando mesmo, pegando bag, arrastando pelo barracão...

J: Aí eles têm as coisas pra fazer... Entendeu? (AUTOCONFRONTAÇÃO J., grifo nosso).

A divisão por sexo das funções, que resulta da desresponsabilização dos homens para o trabalho reprodutivo, acaba sendo legitimada na sociedade ao nomeá-los “ajudantes”. Como observado no subitem anterior, tal divisão culmina substancialmente na perda da potencialidade tanto produtiva quanto reprodutiva (RUBIN, 1993).

A divisão clássica entre prensa e esteira no trabalho associado traz como consequência, assim como no trabalho com viés capitalista, uma sobrecarga de trabalho e

indignações silenciadas. Acima de tudo, tal divisão não deixa de ser uma acertada autorização para que os homens protelem os trabalhos da cooperativa quando já finalizaram aquele para o qual foram contratados para executar, enquanto as mulheres, devido à pluralidade das funções que executam na condição de “associada normal”, têm impossibilitadas quaisquer “brechas” para procrastinar suas tarefas:

P: Você acha que as mulheres estão sobrecarregadas aqui, nesse sentido? Que os homens têm umas funções específicas, que às vezes é de sentar, ficar sentado, dirigindo ou não?

L: [...] você tem que ser muito forte, senão você entra numa deprê bem forte. Então você tem que saber conciliar, se não você se sobrecarrega sim. Eu, eu mesma tava me sentindo assim..

L: Agora eu tô chamando. Porque eu tava sentindo... Porque minha rotina, porque, depois que eu saio quatro e meia, a minha rotina aqui não acaba aqui. Tem mais coisa pra fazer, tem filho na escola pra buscar, tem janta pra fazer, eu tenho roupa pra lavar... Então... Tem dia que eu chegava, de jogar tudo... Tomar um banho porque eu não aguentava. Eu cheguei a travar por muito esforço físico. Remédio? Eu não sabia o que era tomar remédio. Semana passada eu tomei remédio a semana inteira, por causa das costas. Entendeu? Então tem isso. É que às vezes eu quero agarrar tudo. Falar 'não, não gosto de dar comentário'. Eu quero que as pessoas saibam que eu consigo desenvolver. Eu consigo, mas eu tenho uma consequência. Entendeu? (AUTOCONFRONTAÇÃO L.).

A sobrecarga de trabalho não ocorre somente no ambiente laboral, mas se dá principalmente pela dupla jornada de trabalho, nas tarefas de casa, que dizem respeito ao cuidado. Tal solidão ocorre também financeiramente, comprometendo outros aspectos, como a formação técnica para desenvolvimento de outras funções na cooperativa:

L: É, às vezes a renda e, no caso, eu moro sozinha, com dois filhos. Então eu não pude ainda, mas eu tenho fé, que na hora certa as coisas vai melhorar e conseguir. Ah, eu quero só ficar sentada [sinal de quem segura o volante de um carro] (AUTOCONFRONTAÇÃO L.).

Quando questionada se as mulheres também teriam esse momento sem fazer nada em serviço, J. reforçou que:

*J: Não. As mulheres trabalham o dia inteiro né... eu acho que devia ser assim... quando não tiver nada pra pensar e nada pra fazer.. ir pra esteira. Mas eles inventam... a gente vê que **enrolam** o dia inteiro, enrola o dia inteiro, e a mulher não, a mulher trabalha (AUTOCONFRONTAÇÃO J., grifo nosso).*

Acerca da sobrecarga da mulher, há um complicador adicional: para além da não divisão de tarefas, evidenciado no âmbito do trabalho, no âmbito doméstico a mulher segue sendo a principal responsável pelos trabalhos de cuidado. Os dados atuais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), abrangendo pessoas com idade igual ou superior

a 14 anos, assinalam que enquanto o homem dedica em média 11,1 horas semanais, a mulher dedica quase o dobro, contabilizando 20,9 horas semanais, a esses trabalhos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014).

No entanto, em outro momento da autoconfrontação, quando perguntado se o trabalho de triar “tem que ser feito por mulheres”, a entrevistada defendeu que os homens não eram aptos ao trabalho na esteira, tal como as mulheres:

J: Não, homem também tria... mas a mulher por que a mulher... porque são coisinhas que tem de separar e a cabeça do homem não é... não ajuda. Porque você tem que separar a pet, a pet verde... Os copinho de danone... então você pode ver que homem não tem a mente que a mulher tem.. homem não guarda tudo essas coisas...

P: Exige mais o quê?

J: Exige mais é... nem tanta agilidade com a mão, mas aqui também, oh (aponta os indicadores para a cabeça), porque não é tudo que a gente pega, então homem não sabe, se coloca um homem ali ele vai ficar perdido (AUTOCONFRONTAÇÃO J.).

Ou seja, apesar de haver cansaço e sobrecarga de trabalho, quando questionadas sobre uma divisão mais igualitária, foi possível de se encontrar resistência, devido ao ideário colocado em dualidade: homem forte versus mulher fraca. A partir de Mathieu (2009), trabalhada nos capítulos precedentes, a verticalidade das funções está previamente internalizada, de modos que a função exercida tem de apresentar coerência com o gênero, mais precisamente, em relação ao sexo biológico. Caso contrário o sujeito é passível de questionamento inclusive acerca da sua sexualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pessoas, e especialmente as mulheres, têm
necessidade de engajamentos mais breves, voltados para a
solução de problemas concretos.

Guérin (2005)

É preciso sinalizar que nesse estudo pretendemos, em consonância com os objetivos propostos, perseguir duas questões centrais e complementares. A primeira buscou compreender qual o sentido atribuído pelas pessoas voluntárias da pesquisa às categorizações de gênero. A segunda diz respeito à identificação de elementos potenciadores ou dificultadores da atividade laboral em função dos sentidos atribuídos à categoria gênero. Dessa maneira, o que se almejou foi possibilitar uma análise distinta das comumente utilizadas, com o propósito de auxiliar as/os cooperadas/os numa possível ressignificação da categorização de gênero. Tal ressignificação poderia vir a ocorrer mediante a reflexão de como, a depender das concepções adotadas à categoria de gênero, os sentidos atribuídos ao termo podem interferir positivamente ou negativamente na atividade laboral e nas relações de trabalho.

Pelo estudo apresentado, as concepções de gênero presentes no cotidiano de trabalho, e salientadas durante as autoconfrontações com as pessoas voluntárias da pesquisa, apresentam-se como aquelas calcadas na visão naturalista de homem e mulher, reiterando estereótipos, tais como o binômio – fragilidade *versus* força – utilizado por três, do total de quatro pessoas voluntárias da pesquisa, para designar as características de mulher e homem. Consequentemente, a concepção de gênero adotada justifica as motivações de mulheres e homens a ocuparem determinadas funções e não outras, a partir de “dons”, ou o contrário, reforça as dificuldades para ultrapassar tais barreiras e executarem tarefas distintas daquelas previamente estabelecidas em função do sexo biológico.

Nessa senda, há discursos presentes na autoconfrontação que qualificam as limitações – mesmo as limitações técnicas, no que envolve cursos, investimento – enquanto consequência de escolhas pessoais, o que exigiria maior esforço individual. Ao desconsiderar a opressão de gênero como fator estruturante das relações sociais e econômicas, tal como ocorre com as questões de raça e classe, incorre-se no risco da culpabilização ou responsabilização exclusiva dos sujeitos acerca da trajetória pessoal e profissional.

O sexo biológico é utilizado para reafirmar práticas de desigualdade, tanto no que se refere à segmentação das funções quanto à hierarquização, subvalorizando as atividades

desenvolvidas pelas mulheres. A segmentação encontrada no estudo segue com as mulheres cumprindo com a atividade de esteira, que implica em ser detalhista, embora com rapidez e agilidade; e os homens, com a prensa, que, justificado como sendo o processo final do material a ser vendido, acaba por ocupar uma singular importância na pirâmide hierárquica. Mesmo entre as voluntárias que se ocupam da atividade de prensagem, há o discurso de que a delicadeza das mulheres implicaria na baixa produtividade na prensa, desqualificando-as para a função.

A hierarquização se evidencia na fala de duas entrevistadas, pois sinalizam o desejo por ocupar a função de motorista, que apresenta um *status* diferenciado na cooperativa. Entretanto, a verticalidade das funções, metaforicamente nomeada “teto de vidro”, esbarra na formação técnica, a exemplo da falta de habilitação, para que as oportunidades de escolha das mulheres dentro da estrutura produtiva sejam minimamente equitativas.

No quesito segmentação das funções, as atividades reprodutivas presentes na cooperativa, tais como organização, limpeza geral do barracão e higienização do banheiro, são ocupadas, de forma massiva, pelas mulheres. A hierarquização, nessa função em especial, mostrou-se paradigmática em alguns pontos: primeiramente pela invisibilidade da função, ao não ser apontada como uma atividade que exigia uma divisão semanal entre as cooperadas; um segundo ponto observado foi o sentimento de inferioridade, adjetivado como *humilhação* entre as cooperadas e que por essa razão não aceitaram serem gravadas ao realizarem essa atividade.

Como explicado no início da análise de dados, a atividade de higienização dos banheiros foi inserida na autoconfrontação a partir da foto da tabela de divisão semanal. Essa atividade, sendo executada exclusivamente por mulheres, tanto na higienização do banheiro feminino quanto o masculino, somados aos sentimentos de inferiorização, humilhação e submissão declarados em entrevista, seguidos da impossibilidade de questionar a divisão de tarefas, evidenciam que a horizontalidade dos processos decisórios é um aspecto que nem sempre se faz presente nesse empreendimento.

A partir das contribuições da economia feminista, essa pesquisa de campo colabora no sentido de perceber que, mesmo no contexto da economia solidária e com iniciativas de comprometimento com a promoção da igualdade de gênero e ações dedicadas ao protagonismo e fortalecimento das mulheres, tal como a criação da SEMUC-SP, as atividades reprodutivas não deixam, automaticamente, de ocupar a esfera de atividades invisibilizadas e inferiorizadas.

Tendo em conta: a proposta da Economia Solidária em romper com a Divisão Social do trabalho; a explicação dos fenômenos relacionados à categorização de gênero a partir de um paradigma feminista, seria pertinente afirmar que a junção da Economia Solidária com a Economia Feminista oferece possibilidades reais de transformação social acerca das desigualdades de gênero.

Retornando à pergunta que intitula a pesquisa: “lugar de mulher é onde ela quiser?” Percebemos que a frase enquanto lema coletivo de engajamento político e ideológico é importante na reafirmação de que ocupar os espaços é um direito universal, evidenciando o gênero que historicamente teve seus direitos cerceados. No entanto, no âmbito pessoal pode recair sobre o indivíduo a responsabilidade de ocupar os espaços, caracterizando enquanto *escolhas pessoas*. Na pesquisa temos o exemplo das voluntárias A. e L., que almejavam conduzir caminhão, mas a por falta de habilitação foi decisivo para ainda não se concretizar. Precisamos pensar em fatores dificultadores para que essas mulheres adquiram a formação técnica e enfim possam ocupar todos os espaços. Qual a possibilidade de A. e L. disponibilizarem de um horário contra turno para essa formação? Quais iniciativas existem para que essa trabalhadora possa delegar o cuidado dos filhos e da casa para se dedicar em uma segunda e/ou terceira jornada de trabalho? Esses são alguns exemplos de que não basta ter iniciativa ou força de vontade. Mas se a frase for lema coletivo, tais questionamentos podem ser transportados para reivindicações de políticas públicas.

É preciso reconhecer que este trabalho apresenta algumas limitações para responder aos temas examinados. Ao considerar que: segundo as teorias abordadas, a opressão de gênero ocorre no âmbito privado; que as mulheres são subjetivadas para exercer funções submissas frente às tarefas de domínio masculino, ressalta-se a necessidade de pesquisas que abordem com maior abrangência o perfil e o cotidiano sócio-econômico-cultural de mulheres e homens trabalhadoras/es da economia solidária.

Por fim, ao apontar para pesquisas futuras, consideramos cinco aspectos levantados ao longo da pesquisa: primeiro, que o lugar da mulher na sociedade deve seguir em constante questionamento a fim de promover a ruptura da divisão sexual do trabalho; segundo, que essa transformação do trabalhador demanda tempo e contínua prática da democracia; em terceiro lugar, que a Economia Solidária apresenta condições reais de transformação social; um quarto ponto a considerar é que a Economia Feminista aborda a questão de gênero, mais precisamente a ruptura estrutural dessa opressão em consonância com a proposta da Economia Solidária, de ruptura da opressão de classe; e, finalmente, o quinto ponto consiste em considerar que, no cerne da divisão sexual do trabalho, estão a invisibilidade e a

submissão na escala de hierarquias das práticas reprodutivas, tanto as que ocorrem no âmbito público quanto no privado.

Tendo em conta esses cinco aspectos apreendidos da presente pesquisa, identificamos a necessidade de estudos futuros que objetivem dimensionar os diferentes percursos de mulheres e homens trabalhadoras/es da economia solidária, tanto no âmbito público quanto no ambiente doméstico, de modo a centralizar a análise nas funções reprodutivas como essência para promoção e sustentabilidade da vida.

Por fim, anunciamos a intenção imediata de devolutiva com a cooperativa de trabalhadoras/es de materiais recicláveis que se disponibilizou a voluntariar, oportunizando a realização desse trabalho.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 222-245, jun. 2006.
- ANDRADE, P. M. A economia solidária é feminina? A Política Nacional de Economia Solidária sob o olhar de gênero. **SER Social**, Brasília, v. 10, n. 23, p. 139-169, jul./dez. 2008.
- AZAMBUJA, L. R. Os valores da economia solidária. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 282-317, 2009.
- BLAY, E. A. **Trabalho domesticado**: a mulher na indústria paulista. São Paulo: Ática, 1978.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Economia Solidária**: O que é? 26 ago. 2015. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/o-que-e>>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- BUTHER, J. Variações sobre Sexo e Gênero – Beauvoir, Witting e Foucault. In: BENHABIB, S.; CORNELL, D. **Feminismo como Crítica da Modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1987. p. 139-154.
- CABRAL, F.; DÍAZ, M. Relações de gênero. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE. FUNDAÇÃO ODEBRECHT. **Cadernos afetividade e sexualidade na educação**: um novo olhar. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Rona, 1998. p. 142-150.
- CARRASCO, C. Introducción: hacia una economía feminista. In: _____. (Ed.). **Mujeres y economía**. Barcelona: Icaria, 1999.
- _____. La Economía Feminista: uma apuesta por outra economia. In: VARA, M. J. (Org.) **Estúdios sobre gênero y economia**. Madrid: Akal, 2006.
- _____. Por uma economia não androcêntrica: debates e propostas a partir da economia feminista. In: SILVEIRA, M. L.; TITO, N. (Org.). **Trabalho doméstico e de cuidados** – por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2008. p. 91-104.
- CARVALHO, A. M. R. de; RONDINI, C. A. Perfil Sócio-Profissional de Catadores em Associações e Cooperativas do Oeste Paulista. In: CONGRESSO DE PESQUISADORES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA – CONPES, I., 2015, São Carlos. **Anais...** São Carlos: Diagrama Editorial, 2015. p. 1-10. Disponível em: <http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/gt4/sessao-1/carvalho_ana_maria_rondini_carina_alexandra.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.
- CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CLOT, Y. A perspectiva do trabalho na França e a perspectiva da clínica da atividade. Tradução de Neide Ruffeill & Cláudia Osório. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 22, n. 1, p. 207-234, jan./abr. 2010a.

_____. **Trabalho e poder de agir**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira e Marlene Machado Zica Vianna. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010b.

CRUZ, T. C. S. “Qual é teu trabalho, mulher?” Mulheres empreendedoras no contexto da Economia Popular solidária. 2006. 396 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELPHY, C. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, H. et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 173-178.

FARIA, N. “Sexualidade e gênero: uma abordagem feminista”. In: _____. (Org.). **Sexualidade e Gênero**. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 1998. p. 9-59. (Cadernos Sempreviva).

FONSECA, F. P. **Associações e mulheres**: possibilidades de (re)construção identitária e empoderamento. 2010. 127 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2010.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - FBES. **Carta de Princípios da Economia Solidária**. 2 maio 2005. Disponível em: <<http://fbes.org.br/2005/05/02/carta-de-principios-da-economia-solidaria/>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

_____. **Relatório da VIII Reunião da Coordenação Nacional do FBES**. nov. 2008. Disponível em:

<http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=408&Itemid=18>. Acesso em: 10 ago. 2018.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. Trabalho Doméstico. In: HIRATA, H. et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p.256-260.

FRANÇA FILHO, G. C. de. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 16, n. 1-2, p. 245-275, dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922001000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 set. 2017.

_____. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **CIVITAS**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 155-174, 2007.

FRANÇA, G.; DZIMIRA, S. Economia solidária e dádiva. **Revista O&S**, Salvador, v. 6, n. 14, p. 141-183, jan./abr. 1999.

GUÉRIN, I. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Loyola, 2005.

HERK, A. C. V. **Gênero e economia solidária**: Um olhar sobre a participação e atuação das mulheres nas organizações no Terceiro Setor. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Gestão de Negócios, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

HILLENKAMP, I.; GUÉRIN, I.; VERSCHUUR, C. A Economia Solidária e as teorias feministas: possíveis caminhos para uma convergência necessária. **Debates feministas**, São Paulo, n. 3, p. 1-34, out. 2016.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (Org.) **As novas fronteiras da desigualdade**: Homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Ed. SENAC, 2003. p. 111-123.

_____. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Estatísticas de gênero**: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 33). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2018.

_____. **Estatísticas de Gênero** – Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 06 out. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4. ed. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2018.

_____. **Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacao_social_mat_reciclavel_brasil.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2017.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.

LANZA, L. M. B. et.al. **Dicionário Popular de Economia Solidária**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014.

LAVILLE, J.-L. A economia solidária: Um movimento internacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 84, p. 7-47, mar. 2009.

LECHAT, N. M. P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. In: SEMINÁRIO DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES, II., 2002, Campinas. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 2002. Disponível em: <http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-3278_pt.html>. Acesso em: 10 out. 2018.

LOBO, E. S. **A classe trabalhadora tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura e Brasiliense, 1991.

MANCUSO, M. J. C. **Além do observável: coanálise da atividade docente**. 2018. 200 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2018.

MARTIN, E. **A mulher no corpo: Uma análise cultural da reprodução**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

MATHIEU, N. C. Sexo e gênero. In: HIRATA, H. et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 222-231.

MELLO, S. L. Economia e Democracia. In: FÍGARO, R. (Org.). **Gestão da Comunicação no Mundo do Trabalho, Educação, Terceiro Setor e Cooperativismo**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 151-158.

MOMO, D. C. **Economia Solidária e relações de gênero na agricultura familiar: o caso do grupo produtivo “Mulheres Decididas A Vencer”**. 2013. 102 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

MOREIRA, L. de M. M. **Vida e trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis e suas relações com a economia solidária**. 2013. 133 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS - MNCR. **Carta Aberta do 1º Encontro Estadual de Mulheres Catadoras de Materiais Recicláveis do Estado de São Paulo**. 30 set. 2015. Disponível em: <<http://www.mncr.org.br/noticias/blog-sudeste/carta-aberta-do-1deg-encontro-estadual-de-mulheres-catadoras-de-materiais-reciclaveis-do-estado-de-sao-paulo>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Mulheres: Movimento ElesPorElas (HeForShe) de solidariedade da ONU Mulheres pela Igualdade de Gênero**. 2016. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/ceos-das-empresas-do-impacto-10x10x10-da-elesporelasrevelam-dados-de-genero-em-relatorio-lancado-durante-o-forum-economico-mundial/>>. Acesso em: 06 fev. 2016.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./abr. 2004.

PEREZ, D.; MESSIAS, C. A autoconfrontação e seus usos no campo da linguística aplicada ao estudo do trabalho do professor. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 2, n. 2, p. 92-112, jan./jun. 2013a.

_____. O dispositivo metodológico e interventivo: Autoconfrontação e seus usos em pesquisas de educação. **Nuances: estudos sobre educação**, Presidente Prudente, v. 24, n. 3, p. 81-100, set./dez. 2013b.

_____. Usos da autoconfrontação na linguística aplicada: o caso de um grupo de pesquisa. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 54, n. 2, p. 245-266, 2015.

PEREZ, D.; OLIVEIRA, S. O. Formação de Professoras no Curso de Pedagogia: O Refletido e o Vivido. **Comunicações**, Piracicaba, v. 22, n. 1, p. 99-118, jan./jun. 2015.

PIRES, A. S. **Autogestão, Economia Solidária e gênero**: as trabalhadoras de cooperativas incubadas da cidade de São Carlos. 2010. 106 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

QUEIROZ, J. L. A. P. **Trajetória de Vida e Trabalho das Mulheres Empreendedoras de Boa Vista, Roraima**: avanços e vitórias. 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

RAMOS, A. T. A. **Mulheres trabalhadoras em empreendimentos de economia solidária no norte mineiro**. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

RUBIN, G. **O trafico de mulheres**: Notas sobre a economia politica do sexo. Recife: SOS Corpo, 1993.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3. ed. Sao Paulo: Expressao Popular, 2013.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SINGER, P. Dez anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). **Mercado de Trabalho, Brasília**, v. 56, p. 89-93, fev. 2014.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Editora Contexto, 2001

_____. **Uma utopia militante: Repensando o Socialismo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

SOUZA, V. L.; ANDRADA, P. Contribuições de Vigotski para a compreensão do psiquismo. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 3, n. 30, p. 355-365, 2013.

SPECHT, A. A. Economia Feminista. **Cadernos Brasil Local: Desenvolvimento e Economia Solidária**, Brasília, suplementos 2009, p. 4-12, 2009.

STAKE, R. E. **The art of case study research**. London: SAGE Publications, 1995.

TYGEL, D. O que é FBES?. **Fórum Brasileiro de Economia Solidária**, 5 mar. 2011. Disponível em: <<https://cirandas.net/fbes/o-que-e-o-fbes>> Acesso em: 26 ago. 2017.

VASCONCELOS, B. M. de. **Gênero, tecnologia e Economia Solidária**: reflexões a partir da experiência de uma associação de mulheres rurais. 2011. 135 f. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

VASCONCELOS, B. M. de; DIAS, R. B. Trabalho Associado, Mulheres e Tecnologia. In: CONGRESSO DE PESQUISADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – CONPES, 2016, São Carlos. **Anais...** São Carlos: Universidade federal de São Carlos, 2016. p. 1-16. (GT 3 – Relações de Gênero).

VERONESE, M. V. **Psicologia Social & Economia Solidária**. São Paulo: Ideias & Letras, 2008.

VIEIRA, M.; FAÏTA, D. Quando os outros olham outros de si mesmo: reflexões metodológicas sobre a autoconfrontação cruzada. **Polifonia**, Cuiabá, v. 7, n. 1, p. 27-65, 2003.

VIGOTSKI, L. S. (1934). **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. (1926). **Psicologia pedagógica**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WIRTH, I. G. **Mulheres na triagem, homens na prensa**: questões de gênero em cooperativas de catadores. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2013.

WOOLF, V. Memórias de uma União das Trabalhadoras. In: _____. **Profissões para Mulheres e outros artigos feministas**. Tradução de Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2013. v. 10, p. 65-93.

YANNOULAS, S. C. (Coord.). **A convidada de pedra**: mulheres e políticas públicas de trabalho e renda: entre a descentralização e a integração supranacional: um olhar a partir do Brasil (1988-2002). Brasília: FLACSO; Abaré, 2003. (Coleção Políticas Públicas de trabalho Emprego e Geração de renda).

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

“Você assistirá trechos das sequências de trabalho que combinamos previamente que seriam registradas. Sempre que observar ou notar nas imagens situações que mereçam a sua análise, comente o que está vendo. Eu, pesquisadora, também solicitarei comentários seus sempre que considerar necessário”.

PERFIL DA/O VOLUNTÁRIA/O	
Idade: Escolaridade: Gênero:	Tempo de trabalho na cooperativa: Trabalhos anteriores: Funções exercidas na cooperativa:
1-Na Cooperativa, tem alguma função que gostaria de exercer, mas não se vê apta/capaz? Qual e por quê? 2-Na Cooperativa tem alguma função que você exerce/ é colocada(o), mas que não gostaria de estar? 3-No mundo do trabalho em geral, ou seja, de todos os trabalhos e funções que existem, você acha que existe trabalhos para homens e trabalhos para mulheres? Quais por exemplo? E por quê? 4-E na Cooperativa, das funções que existem, tem aquelas que em sua opinião é “de homem” ou “de mulher”? Quais e por que você pensa assim? 5-Na Cooperativa, tem alguma função que, em sua opinião, é melhor exercida por homens? Qual(s)? 6-Na Cooperativa, tem alguma função que, em sua opinião, é melhor exercida por mulheres? Qual(s)? 7-Voluntária (o), você pode me dizer algumas características que venha a resumir o que define ser homem, e o que define ser mulher? (Tanto características físicas, emocionais, psíquicas)?	

APÊNDICE B – CONSENTIMENTO**CONSENTIMENTO**

Eu, _____, RG: _____, abaixo assinado, concordo em participar, como PARTICIPANTE, da pesquisa “LUGAR DE MULHER É MESMO ONDE ELA QUISE?: Os Sentidos Atribuídos às Categorizações de Gênero por trabalhadoras/or de um Empreendimento de Economia Solidária (EES)”. Fui devidamente informada(o) e esclarecida(o) pela pesquisadora Naeli Simoni de Castro sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido, ainda, que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Declaro, ainda, que:

() concordo /

() não concordo com a publicação dos resultados desta pesquisa, ciente da garantia quanto ao sigilo das minhas informações pessoais e ao meu anonimato.

Local e data _____, ____ de _____ de ____.

Assinatura da(o) Participante

Eu, Naeli Simoni de Castro, pesquisadora responsável pelo estudo, obtive de forma voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do PARTICIPANTE para a participação na pesquisa.

Assinatura da Pesquisadora

**ANEXO A – AUTORIZAÇÃO E EXISTÊNCIA DE INFRAESTRUTURA
NECESSÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA**

**AUTORIZAÇÃO E EXISTÊNCIA DE INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O
DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA**

Eu, _____, autorizo a realização da pesquisa “LUGAR DE MULHER É MESMO ONDE ELA QUISE?: Os Sentidos Atribuídos às Categorizações de Gênero por trabalhadoras/or de um Empreendimento de Economia Solidária (EES)”, nesta instituição, sob a responsabilidade da pesquisadora Naeli Simoni de Castro.

Informo que o local dispõe de infraestrutura necessária e que esta será disponibilizada a pesquisadora para atendimento ao projeto, bem como para atender eventuais problemas dela resultantes, atendendo plenamente o Regimento do Comitê de Ética da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Campus de Assis e normas complementares ao mesmo.

_____, ____/____/____.

Nome, CPF e assinatura da(o) Responsável

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) (Capítulo IV, itens 1 a 8 da Resolução 466/2012 – Conselho Nacional de Saúde)**

Convidamos a(o) Sra.(Sr.) para participar da Pesquisa “Lugar de mulher é mesmo onde ela quiser?: os sentidos atribuídos às categorizações de gênero por trabalhadoras/or de um Empreendimento de Economia Solidária (EES)”, sob a responsabilidade da pesquisadora Naeli Simoni de Castro, a qual pretende identificar e analisar os sentidos que você atribui às categorizações de gênero, ou seja, como você concebe as classificações de homem e mulher e como essa compreensão pode interferir no cotidiano de trabalho de vocês.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevistas individuais e/ou coletivas com outros voluntários, que serão gravadas e filmadas. A pesquisadora também fará registros de áudio e imagem em um dia comum de trabalho. Todos os dados coletados serão guardados em HD externo na UNESP pelo período de 5 anos, sob responsabilidade do professor orientador em acordo com a mestrandia.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são desconforto, nesse caso você ficará assegurado do direito de encerrar sua participação na pesquisa sem que isso acarrete qualquer dano ou prejuízo a sua pessoa. Ainda, em caso de desconforto posterior decorrente da participação na pesquisa, a pesquisadora oferecerá orientação e acompanhamento para atendimento psicológico na rede de serviço público municipal de saúde ou custeará o atendimento na rede privada. Todos os dados serão sigilosos, e em caso de divulgação da pesquisa os nomes e demais dados das(os) voluntárias(os) serão omitidos.

Se você aceitar participar, estará contribuindo para ampliar os saberes sobre os sentidos atribuídos às categorizações de gênero por trabalhadoras/es no contexto da economia solidária, que pode servir de base para posteriores ações de políticas inclusivas na temática de gênero.

Se depois de consentir em sua participação a(o) Sra.(Sr.) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

A(o) Sra.(Sr.) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, a(o) Sra.(Sr.) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço Av. Dom Antônio, 2100 - Parque Universitário, Assis e pelo telefone (18) (98170-1535), ou poderá entrar em contato com o Departamento de Psicologia Evolutiva Social e Escolar pelo telefone (18) 3302-5889.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui informada (o) sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Data____/____/____

Assinatura da(o) Participante.

Assinatura da Pesquisadora Responsável